

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

MARIA VANDETE DE ALMEIDA

MOVIMENTOS SOCIAIS E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA EM
REDES VIRTUAIS DE COMUNICAÇÃO E CONHECIMENTO

MARINGÁ – PR
MAR – 2014

MARIA VANDETE DE ALMEIDA

**MOVIMENTOS SOCIAIS E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA EM
REDES VIRTUAIS DE COMUNICAÇÃO E CONHECIMENTO**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Maringá para obtenção do título de Mestre em História (Área de concentração: Política e Movimentos Populacionais e Sociais. Linha de Pesquisa: Política e Movimentos Sociais).

ORIENTADOR: Prof. Dr. Angelo Aparecido Priori

MARINGÁ – PR
MAR – 2014

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Biblioteca Central - UEM, Maringá, PR, Brasil)

A447m Almeida, Maria Vandete de
Movimentos sociais e participação política em
redes virtuais de comunicação e conhecimento / Maria
Vandete de Almeida. -- Maringá, 2014.
184 f. : il. color., figs., tabs., quadros

Orientador: Prof. Dr. Angelo Aparecido Priori.
Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de
Maringá, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes,
Departamento de História, Programa de Pós-Graduação
em História, 2014.

1. História social - Sociedade contemporânea. 2.
Sociedade da informação - Inclusão social e digital.
3. Tecnologia da informação e comunicação. 4.
Comunicação digital - Aspectos sociais. 5.
Movimentos sociais contemporâneos - Política. 6.
Cibercultura. 7. Redes sociais. I. Priori, Angelo
Aparecido, orient. II. Universidade Estadual de
Maringá. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes.
Departamento de História. Programa de Pós-Graduação
em História. III. Título.

CDD 21.ed. 909.83

MN-001404

MARIA VANDETE DE ALMEIDA

**MOVIMENTOS SOCIAIS E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA EM
REDES VIRTUAIS DE COMUNICAÇÃO E CONHECIMENTO**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Maringá para obtenção do título de Mestre em História (Área de concentração: Política e Movimentos Populacionais e Sociais. Linha de Pesquisa: Política e Movimentos Sociais).

ORIENTADOR: Prof. Dr. Angelo Aparecido Priori

Aprovado em: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Angelo Aparecido Priori (UEM)

Prof. Dr. Luiz Felipe Viel Moreira (UEM)

Profa. Dra. Luciana Regina Pomari (UNESPAR)

*Às minhas inesquecíveis e saudosas
avó e mãe Antonia Rosa de Souza,
e meia-irmã Maria José Almeida da Costa
(In Memoriam).*

AGRADECIMENTOS

A gratidão é composta de diversos graus, ensinou S. Tomás de Aquino. Um desses graus é o reconhecimento, que espero expressar nestas poucas linhas, estendendo meus agradecimentos àqueles que, de uma forma ou de outra, se fizeram ou se fazem presentes nesta breve jornada que trilhamos, chamada vida, e que sem as amizades, a convivência, o companheirismo, a solidariedade, o respeito mútuo e a troca de experiências muito pouco conseguiríamos concretizar.

E como penso que este seja um bom momento para reconhecer as sinergias, estendo e afianço meus agradecimentos, em primeiro lugar, ao Divino Pai que tudo e a todos criou, por suas bênçãos e pelos anjos que me acompanham e protegem pela vida a fora!

À pessoa muito atenciosa e amiga de Prof. Pedro Nunes (UFPB/Projeto Xiquexique); de Prof. Eduardo Lyra (UFAL/Bloco Carnavalesco Pinto da Madrugada) e de Prof. Siloé Amorim (UFAL), pelos quais nutro sincera afeição e amizade.

Aos amigos de ontem e de sempre, mesmo que a distância, que a vida me apresentou e presenteou: D. Edna Constant, Profa. Magnólia Rejane, Marcos André, Arquimedes Freire e Flora Monte. São únicos!

Aos amigos mais recentes e de mais de perto: S. José, Dalva, Décio Galdino e demais familiares, pela amizade, as atenções e gentilezas. Muito dez!

Ao amigo e simpático casal Lídia e Reginaldo Campana, pela atenção, amizade, cordialidade, confiança, noites de sábado, passeios e momentos compartilhados. Uma delícia (*risos*)!

Da mesma família Campana, D. Maria e S. Fausto, pela cortesia e gentileza com a qual me concederam o espaço para um novo lar. Sou muito grata!

Aos meus amigos quatro patas, muito mais que sencientes e cães-panheiros: Frida, Jonny, Rui, Mãezinha, Kiko, Rey, Fio, Samurai ... Os cães

que de momento habitam nesta universidade e, para todos e tantos outros que por aqui estiveram e passaram, e que permaneceram na minha mais saudosa lembrança. São criaturas muito especiais!

À Estela Afonso por me dispensar amizade, atenção e colaboração nos cuidados da cãopanheirada; e a Ailton Souza que tão prontamente me quebrou um grande galho. Valeu!

Aos companheiros, sempre vigilantes e atuantes, Sebastião Galvão e Walter Santim pela atenção, amizade e cortesias. É isso aí Tião, valeu pela colaboração!

À amiguinha de outras horas e outras leituras Gabriela Cavicchioli, pela amizade e o carinho tão peculiar de sua pessoa! Gabi, gabiroba, um doce essa garota!

Ao Prof. José Carlos Gimenez (o Zeca); e ao amiguinho Juliano Priori. Ambos de poucos momentos, mas que sempre me dispensaram atenção e apreço. Né, Ju?!

Aos autores e pesquisadores utilizados na realização deste trabalho, especialmente ao historiador Eric Hobsbawm, por sua extensa obra, um legado para a história da humanidade, e que em mim sempre despertou e aguçou a curiosidade.

Ao professor e orientador Ângelo Priori, pelo voto de confiança, sem o qual esta pesquisa não se realizaria.

Aos membros da banca examinadora, Profa. Luciana Pomari e, em especial, ao Prof. Felipe Viel pelo trato sempre gentil e atencioso. “Gentileza gera gentileza” como já dizia o poeta, e geram laços de amizade! É isso, não é Prof. Felipe?!

E a todas as demais pessoas amigas, que de momento não foram citadas, mas que com certeza, vivem em minhas lembranças e participam de minhas histórias. Um sincero e reconhecido agradecimento por suas ímpares presenças em minha tão singular existência.

“antes de existir computador existia tevê
antes de existir tevê existia luz elétrica
antes de existir luz elétrica existia bicicleta
antes de existir bicicleta existia enciclopédia
antes de existir enciclopédia existia alfabeto
antes de existir alfabeto existia a voz
antes de existir a voz existia o silêncio
o silêncio
foi a primeira coisa que existiu
um silêncio que ninguém ouviu”.

Arnaldo Antunes / O Silêncio

“Há homens que lutam um dia e são bons.
Há outros que lutam um ano e são melhores.
Há os que lutam muitos anos e são muito bons.
Porém, há os que lutam toda a vida.
Estes são os imprescindíveis”.

Bertold Brecht

RESUMO

ALMEIDA, Maria Vandete. **Movimentos Sociais e Participação Política em Redes Virtuais de Comunicação e Conhecimento**. Maringá, 2014. 184f. Dissertação de Mestrado (Programa de Pós-Graduação em História) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes – Departamento de História, UEM, 2014.

Em um contexto social caracterizado por revoluções industriais e tecnológicas que deflagram processos históricos de transformações culturais, econômicas e políticas em escala global, efetivam-se processos de apropriação. Neste sentido, objetiva-se com esta pesquisa o estudo da apropriação das tecnologias de informação e comunicação, empreendida pelos movimentos sociais contemporâneos na organização e divulgação de suas ações e reivindicações. De modo que também se acene para novas possibilidades de observação histórica, na qual se inclua e se considere pensar a tecnologia como um objeto social e de investigação com uma realidade própria e que requer novas abordagens, a orientação metodológica tomou como referência direta inicial a heurística das ferramentas de software e sistemas de informação eletrônicos para a descoberta e sistematização de fontes bibliográficas e, indiretamente, os pressupostos de análise da teoria crítica e perspectivas da abordagem intercultural. Com tais propósitos e sob estes pressupostos, a pesquisa logrou apontar que movimentos sociais contemporâneos, assim como outros segmentos da sociedade, além de apropriar-se dos meios e recursos tecnológicos da comunicação de massas, também assumiram a tendência progressiva em organizar-se, articular-se e relacionar-se em redes. Redes de movimentos sociais, com os mais diversificados fins, mas que articulados têm originado um novo tipo de ativismo, cujas ações diferenciais em relação às militâncias de épocas precedentes apontam para novas formas de ação social e política, que têm sido genericamente denominadas de ativismo em rede.

Palavras-chave: História, Tecnologia, Sociedade, Movimentos Sociais Contemporâneos

ABSTRACT

ALMEIDA, Maria Vandete. **Movimentos Sociais e Participação Política em Redes Virtuais de Comunicação e Conhecimento**. Maringá, 2014. 184f. Dissertação de Mestrado (Programa de Pós-Graduação em História) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes – Departamento de História, UEM, 2014.

Appropriation processes occur within social contexts characterized by industrial and technological revolutions that trigger historical processes of cultural, economic and political transformations worldwide. Current research analyzes the appropriation of information and knowledge technologies produced by contemporary social movements in the organization and dissemination of their activities and vindications. New possibilities of historical observation ensue in which technology is included and investigated as a social object, with its own reality and new approaches. Methodology included directly the heuristics of software tools and electronic information systems for the discovery and systemization of bibliographical sources and, indirectly, the presuppositions for the analysis of critical theory and perspectives of intercultural approach. With and under these presuppositions current research showed that contemporary social movements as other segments of society appropriated the technological means and resources of mass communication and also the progressive trend in network organization, articulation and relationship. Networks of social movements with the most different aims have given rise to a new type of activism whose different activities, when compared to the activities of preceding periods, lead towards new forms of social and political actions, normally known as network activism.

Key-words: History; Technology; Society; contemporary social movements

LISTA DE ILUSTRAÇÕES, QUADROS E TABELAS

FIGURA 1. <i>Ferrovia</i>	63
FIGURA 2. <i>Radar</i>	63
FIGURA 3. <i>Motor a Jato – Modelo original WU com painel de instrumentos</i>	64
FIGURA 4. <i>Transistor</i>	64
FIGURA 5. <i>Kenbak-1</i>	65
FIGURA 6. <i>Circuito Integrado</i>	65
FIGURA 7. <i>Foguetes Espaciais</i>	66
FIGURA 8. <i>Rádio</i>	66
FIGURA 9. <i>Televisão</i>	67
FIGURA 10. <i>Telégrafo</i>	100
FIGURA 11. <i>Teoria dos Grafos</i>	100
FIGURA 12. <i>Estrutura de uma rede de computadores</i>	101
FIGURA 13. <i>Teoria dos Seis Graus de Separação de Stanley Milgram</i>	101
FIGURA 14. <i>Logo da rede social Twitter</i>	102
FIGURA 15. <i>Homepage da Rede Social Friendster</i>	102
FIGURA 16. <i>Arquitetura típica da Internet</i>	103
TABELA 1. <i>Redes de organizações de apoio as ações coletivas e de movimentos sociais</i>	139
QUADRO 1. <i>Movimentos via tecnologias e redes de informação e comunicação</i>	160
FIGURA 17. <i>Exército Zapatista de Liberação Nacional (EZLN)</i>	162
FIGURA 18. <i>Fórum Social Mundial</i>	162
FIGURA 19. <i>A Batalha em Seattle 1999</i>	163
FIGURA 20. <i>Vitrine em Times Square</i>	163
FIGURA 21. <i>Atentado ao metrô em Madri</i>	164
FIGURA 22. <i>Red Shirt na Tailândia</i>	164
FIGURA 23. <i>Manifestantes na Tunísia</i>	165
FIGURA 24. <i>Revolução no Egito</i>	165

SUMÁRIO

RESUMO

ABSTRACT

LISTA DE ILUSTRAÇÕES, QUADROS E TABELAS

INTRODUÇÃO	12
Hipótese e Objetivos	18
Motivação e foco da pesquisa	19
Metodologia	20
Público-alvo e estrutura do trabalho	22
 1. CAPÍTULO 1 – Descortinando cenários: da história social à sociedade global	 26
1.1 Transformações históricas <i>versus</i> Evoluções tecnológicas	28
1.2 A histórica relação tecnologia e sociedade	42
1.3 Teoria Crítica, crítica da tecnologia e o determinismo tecnológico	48
 2. CAPÍTULO 2 – Paradigmas de uma Sociedade de Redes	 68
2.1 Redes Sociais	76
2.2 Redes Sociais Virtuais	87
 3. CAPÍTULO 3 – Movimento Social e Ativismo em Rede	 104
3.1 Transpondo Parâmetros	112
3.2 Redes de Movimentos	127
3.3 Movimentos em Rede	140
 CONSIDERAÇÕES FINAIS – Apropriação tecnológica em movimentos sociais	 166
 REFERÊNCIAS E FONTES ELETRÔNICAS	 175

INTRODUÇÃO

As transformações globais, mudanças sociais e tecnológicas ocorridas nos variados processos de criação, produção e organização humanas, com o uso e aplicação da informação, da informática e seus derivados, vêm determinando a transição de uma sociedade centrada na produção de bens de consumo para uma sociedade baseada na produção de valores informacionais; produtora de novos instrumentos básicos de tratamento eletrônico de informações, digitalização de dados, desenvolvimento e estabelecimento de redes eletrônicas de comunicação e informação, que ampliam o potencial de comunicação, a capacidade mental e eficiência dos indivíduos; multiplica poderes, e caracteriza a atual organização social.

Sob esta perspectiva, e fruto de revoluções industriais tecnológicas precedentes que deflagraram processos históricos nos sistemas econômicos de produção e decorreram na formação de uma “cultura global”, a sociedade contemporânea concretiza-se pelo desenvolvimento científico e tecnológico, pelo aperfeiçoamento de equipamentos e tecnologias, como a Internet e a *Word Wide Web*, que favorecem a introdução e utilização de tecnologias de informação e comunicação enquanto instrumento social de educação e formação profissional; de agrupamento e interação cultural, independentes de localidade geográfica, proximidade física e laços afetivos, que geram novos ambientes de sociabilidade possibilitados e mediados por dispositivos tecnológicos, pela eminência de máquinas e sistemas eletrônicos de informação, cujas inovações ultrapassam a velocidade das transformações sociais, provocam mudanças de comportamento individual e coletivo; abrangem nossa percepção de espaço, tempo e conhecimento; redefinem conceitos de cidadania e ideários de democracia.

Em outras palavras, a inserção de tecnologias da informação e comunicação e o espaço midiático aberto pelas redes de computadores originaram mudanças e alterações de comportamento que se apresentam em nosso cotidiano, em nossa produção artística e expressão cultural, ocasionando a procura incessante por tecnologias cada vez mais

padronizadas, eficazes e eficientes do ponto de vista social, técnico, cultural e mercadológico. São as implicações deste processo que tem o poder de alterar nosso comportamento, valores e costumes para um novo estado de coisas, que se atribui o nascimento de uma nova cultura denominada de *Cibercultura*, cujo termo, esclarece o historiador da ciência, sociólogo e filósofo da informação Pierre Lévy: é um neologismo que “especifica o conjunto de técnicas (materiais e intelectuais), de práticas, de atitudes, de modos de pensamento e de valores que se desenvolvem juntamente com o crescimento do ciberespaço” (1999, p. 17). Ciberespaço define como o “espaço de comunicação aberto pela interconexão mundial dos computadores e das memórias dos computadores” (1999, p. 92). Howard Rheingold, escritor norte-americano e crítico da *Cibercultura*, o define como “espaço conceptual onde as palavras e as relações humanas, dados, riqueza e poder são manifestados pelas pessoas que usam a tecnologia CMC” (RHEINGOLD, 1996 *apud* RODRIGUES, 1999), ou seja, que fazem uso da Comunicação Mediada por Computador.

Nessa dinâmica, a universalização dos processos de construção e de interação do proceder humano com os meios instaurados pela máquina e possibilitados pelos meios de comunicação das redes telemáticas¹ apresenta suas ambivalências e provocam novas categorias de problemas sociais como os de analfabetismo tecnológico, de exclusão digital, de choques de identidade cultural, além de promover o surgimento de novos conceitos e paradigmas para especificar, descrever, modelar e gerenciar as ferramentas, os comportamentos e demais processos relacionados com a mobilização humana existente sobre a infra-estrutura desterritorializada das redes de computadores, onde particularidades, diferenças e tradições culturais locais convergem para a produção de um conhecimento erudito e popular que inclui o artístico, o científico e o tecnológico, e que atenda aos novos preceitos estabelecidos no campo social, político, econômico, e cultural.

A computação remota estabeleceu o uso da máquina eletrônica, o computador, como meio de comunicação, de mediação e virtualização humana. Resignificou modelos e abriu o grande espaço virtual do ciberespaço dentro

¹ Podemos entender Telemática como a comunicação a distância dos meios informáticos associados aos recursos das telecomunicações.

das tradicionais vias de comunicação, de educação, de negócios, de governo. Comunicar, informar, participar, interagir, aprender, ensinar, mobilizar, tornou-se sinônimo de manipulação de softwares e hardwares, de linguagens programadas e orientadas para os infinitos processos de criação, abstração, aprendizagem, produção de conhecimentos e sociabilidades humanas.

A combinação das ferramentas tecnológicas com os elementos culturais, como a comunicação, a interação e a colaboração, favoreceram novas formas de relacionamento entre os sujeitos, de novas posturas para a assimilação de conceitos, constituição e integração de comunidades virtuais² em redes sociais de comunicação, informação e conhecimento, de natureza coletiva, colaborativa e cooperativa, por congregar mecanismos de suporte que viabilizam o desenvolvimento conjunto de atividades, nas descobertas de interesses comuns e de ajuda mútua, que recriam as relações dos seres entre si e com a sociedade eletrônica global e totalizante, delineando o que então se denominou sociedade da informação.

Sociedade da Informação é uma denominação recente dada ao atual estágio de desenvolvimento tecnológico e organização humana, atrelados à hegemonia dos canais de comunicação e uso intenso dos sistemas de informação a partir dos avanços da informática e da conquista de novas tecnologias, da qualidade e quantidade de produção e capacidade de armazenagem, localização e uso da informação (CASTELLS, 1999; TAKAHASHI, 2000). Sua história enleia-se ora com a história da sociedade pós-moderna e com a história da sociedade do conhecimento; ora com a história da sociedade do consumo e com a revolução das tecnologias de informação, cujo legado comum aflui para a conformação de que variáveis determinantes definiram uma nova relação homem, máquina, informação e conhecimento, e estabeleceram o cenário no qual o contexto e uso das ferramentas da comunicação, como o correio eletrônico, o bate-papo, fóruns e listas de

² Uma melhor compreensão dos vários significados e uso da palavra virtual na contemporaneidade podem ser obtidos nas obras *O que é o Virtual* (1996) e *Cibercultura* (1999), ambas da autoria de Pierre Lévy. Na obra *O que é o Virtual*, o autor esclarece que a “palavra virtual é empregada com frequência para significar a pura e simples ausência de existência, a ‘realidade’ supondo uma efetuação material, uma presença tangível. E prossegue afirmando que a palavra virtual vem do latim *virtualis*, derivado por sua vez de *virtus*, força, potência. Na filosofia escolástica, é virtual o que existe em potência e não em ato. [...] A árvore está virtualmente presente na semente. (LÉVY, 1996, p.15).

discussão dão margens a um número cada vez maior de ambientes virtuais profícuos em conteúdos informacionais que passam a suportar experiências novas e novos espaços eletrônicos para o compartilhamento de conhecimentos, como os ambientes virtuais que constituem os *groupware*³, a educação a distância, as redes sociais, e que se agrupam em torno de verdadeiras comunidades virtuais.

Comunidades virtuais têm se desenvolvido por intermédio das redes de comunicação, de interações e relacionamentos das mais variadas formas e objetivos a partir de agregações eletrônicas no ciberespaço, possíveis pela conversão de sinais analógicos em dígitos binários da informação digital. A estas possibilidades se atribui a qualidade de virtual aos processos de comunicação, informação, criação, disseminação do conhecimento e interação humana mediadas por computador, suportados por tecnologias da informação e disponibilizadas por e em sistemas híbridos de comunicação e conhecimento.

O termo comunidade virtual foi criado e popularizado por Howard Rheingold, que em sua obra *The Virtual Communities* descreve:

[...] as comunidades virtuais são agregações culturais que emergem quando pessoas suficientes começam a 'colidir' com outras frequentemente no ciberespaço. Uma Comunidade Virtual tal como ela existe hoje é um grupo de pessoas que pode ou não conhecer-se fisicamente, mas que troca palavras e ideias através da mediação do computador e de uma rede (RHEINGOLD, 1996 *apud* RODRIGUES, 1999, p. 1).

O sociólogo André Lemos (2002) distingue dois fatores fundamentais para o desenvolvimento e manutenção de uma comunidade virtual: “a estrutura técnica das redes de computadores e a intenção de seus membros no tempo e no espaço”. Sendo assim, as comunidades virtuais só existem e funcionam à medida que são frutos da atividade de cidadãos, entendidos esses como indivíduos, grupos formais e informais, empresas, organizações, etc., unidos pelas ferramentas da Web, pela interatividade das redes de comunicação e pela linguagem digital e referências cruzadas do hipertexto, que oferecem aos indivíduos a oportunidade de construir, individualmente ou em conjunto seu

³ Termo genérico que denomina sistemas desenvolvidos objetivando a utilização e integração de muitos dos softwares e hardwares existentes de maneira a permitir o trabalho colaborativo (KHOSHAFIAN e BUCKIEWICZ, 1995 *apud* ARAÚJO, CAMPANÁRIO, 2009).

próprio conhecimento, a partir de inúmeras fontes de informação, como o acesso compartilhado assinalado nas interfaces das bibliotecas digitais, armazenadas em banco de dados ou em computadores localizados em qualquer parte do mundo (HERMANA, 2006, p. 2). E a Internet é o recurso telemático que pode “propiciar a criação de ambientes ricos, motivadores, interativos, colaborativos, cooperativos e de comunicação síncrona e assíncrona rápida e de custo relativamente baixo” (MAÇADA; TIJIBOY, 1998, p. 5).

Caracteristicamente, tamanhas possibilidades de produção, de acesso e disseminação da informação por meio de tecnologias eletrônicas e de conexões planetárias concederam ao capitalismo contemporâneo ou ao “tecnocapitalismo”⁴, uma nova fase de desenvolvimento para o fenômeno econômico da globalização e à estrutura da sociedade um novo conceito, o de “sociedade em rede”, cuja dimensão tende a estabelecer direta relação e interação entre tecnologia e sociedade.

Ao tratar do debate que abarca a situação dos movimentos sociais e sociedade civil no Brasil, bem como, desta organização social em redes, Scherer-Warren e Lüchmann destacam que:

A abordagem de redes passou a tomar corpo no interior das análises sobre os movimentos sociais, devido não apenas às características articulatórias crescentes neste campo movimentalista, como às novas formas de institucionalidade e às novas sociabilidades decorrentes da lógica de cooperação solidária que passou a ser estimulada no interior de organizações voluntárias, pastorais, etc. Desenvolveu-se, assim, um campo de pesquisa privilegiado para a abordagem de redes, em sua dimensão estratégica e solidarística (SCHERER-WARREN; LÜCHMANN, 2004, p. 17).

E ressaltam que, dentre os temas transversais que se vem colocando como desafio para análise dos movimentos sociais no novo milênio, muitos se referem às formas de articulações numa sociedade de redes:

[...] redes sociais para controle da mídia e democratização da informação; movimento pelo software livre e inclusão digital; convergência entre os movimentos e superação da idéia de “unidade de luta”; organização de redes transversais para a articulação e o empoderamento dos movimentos; enraizar os movimentos em seus

⁴ Tecnocapitalismo, segundo Holgonsi Siqueira, significa a síntese do capital e tecnologia na atual organização da sociedade (SIQUEIRA, 2001).

territórios e ao mesmo tempo construir uma rede mundial dos movimentos (SCHERER-WARREN; LÜCHMANN, 2004, p. 22).

Outrossim, observando o mesmo cenário, sob uma ótica que contempla a presença e uso de tecnologia e a formação das redes tecnológicas de informação, o sociólogo e engenheiro de produção Márcio Souza avalia que:

[...] o desenvolvimento da multimídia, as novas formas interativas de acesso à informática, as conferências e redes via computação representam o mais novo território de disputa e luta na sociedade. As redes de movimentos sociais utilizam-se da possibilidade que oferecem as redes tecnológicas, de troca horizontal de informação, para fortalecer suas estratégias de conquista de espaço na sociedade. Atualmente, muitas redes de movimentos sociais e culturais estão surgindo estimulados pelas redes informacionais e a partir de seu *locus* (SOUZA, 2005, p. 6).

Nestes termos, e como em linhas gerais, o que importa aqui entender são os movimentos sociais em contexto contemporâneo, convém ressaltar que o conceito de movimento social ora adotado espelha-se na concepção de que movimentos sociais são “ações coletivas de caráter sociopolítico e cultural que viabilizam distintas formas da população se organizar e expressar suas demandas” (GOHN, 2011, p. 13), seja em suas formas tradicionais de protesto ou de ações solidárias, seja em sua recente aproximação com a mídia e tecnologias da informação, com destaque para a Internet, entendida, nesta pesquisa, como uma “tecnologia para a consulta e aquisição de informação; uma tecnologia social propiciadora de espaços de comunicação” (CARDOSO, 1998), e não menos relevante, como um forte recurso para a organização, ação e atuação dos novos movimentos sociais.

Partindo deste entendimento, o que também se faz relevante observar é que a infraestrutura própria e as tecnologias encontradas nos ambientes eletrônicos de informação das comunidades virtuais são, por excelência, apropriadas para a constituição e customização de redes comunitárias de informação e conhecimento, congregando e conectando indivíduos e organizações, a partir de *inputs* e *outputs* de informações acionados em um terminal de computador, que pode decorrer em movimento social inovado na forma e inovador na dinâmica contemporânea do ciberespaço e da cibercultura,

transformados em campo de ação e de intervenção crítica e política; promotores de apropriação cultural necessária para a formação do indivíduo livre, radicado em sua autonomia e consciência cujos ideais estejam, como defende Lemos (2002), canalizadas para a “transformação da apropriação técnica do social para uma apropriação social da técnica”, que conduza a humanidade para uma nova relação consigo própria, com o mundo ao seu redor, e na recente sociedade de redes.

HIPÓTESE E OBJETIVOS

Dado tais concepções e o contexto de avanços em tecnologia, em acessos à informação e possibilidades de comunicação instantânea; de transformações, mudanças e adaptações das atividades realizadas pelos indivíduos em sociedade, hipoteticamente, a questão que se quer colocar buscará respostas, mesmo que incipientes, para uma possível apropriação social dos recursos tecnológicos contemporâneos de informação e comunicação, os “recursos da sociedade”, empreendida pela prática social e residente nas formas de ação coletiva impetradas por movimentos sociais em suas lutas. Como visa não se deter absolutamente em demonstrar, mas enunciar e sugerir hipóteses, uma segunda questão, subjacente para a construção do objeto de conhecimento, está na condição de que haja uma dimensão histórica e temporal na prática da “apropriação social da tecnologia” empreendida por movimentos sociais enquanto agentes de transformação social e se, neste caso, trata-se de uma tendência momentânea pelo impulso dos modismos ou se configura prática consolidada, resguardando-se seu caráter inovador e tendências ao uso de tecnologias de informação e comunicação na contemporaneidade.

Muito embora se apresente como um estudo com características de maior cunho sociológico, com este trabalho de pesquisa busca-se, entre outras proposições, acenar com novas possibilidades de observação histórica, na qual se considere pensar a tecnologia, em um primeiro momento, como um poderoso instrumento político e ideológico, e não menos relevante, como um “objeto social e de investigação, com uma realidade própria” (TRIGUEIRO,

2008, p. 21), passível a interpretações como qualquer outro “artefato cultural dos mais variados campos do conhecimento humano, mas que em geral, é excluída dos estudos nas ciências humanas” (FEENBERG, 2010, p. 112).

Assim, em perspectiva similar de raciocínio e no intento de justificar a hipótese que se levanta, a pesquisa objetiva, em linhas gerais, estudar a apropriação das tecnologias digitais, especialmente das que se resumem sob a terminologia de tecnologias de informação e comunicação, posta em execução pelos novos movimentos sociais para a organização, divulgação e concretude de suas ações, participação e reivindicações políticas, tomando como diretriz as construções identitárias socioculturais, as políticas públicas da “democracia eletrônica”, a teoria dos paradigmas e a complexidade das técnicas que contribuem para a crescente tendência de organização e mobilização popular em redes sociais, redes virtuais e tecnológicas de informação e conhecimento, considerados fragmentos de uma mesma realidade social.

Esmiuçadamente buscará fundamentação em questões que abordem e contemplem discutir os movimentos sociais no contexto virtual e o determinismo tecnológico na sociedade contemporânea; delimitar e desmistificar conceitos advindos da organização social em redes; explorar e discutir processos de natureza cultural e identitários originados pelo paradigma social baseado em tecnologia; e por fim, discutir a comunicação, a interação, a articulação e a motivação em ambientes eletrônicos de sociabilidade e de reivindicações sociais originados em espaços de mobilização virtual.

MOTIVAÇÃO E FOCO DA PESQUISA

Sob esta demanda, o ímpeto para a realização desse estudo encontrou motivação inicial por se apresentar como uma pertinente questão na medida em que se é possível observar as características, condições e tensões às quais as sociedades contemporâneas estão expostas e submetidas em seu próprio processo de organização, funcionamento, mudança, transformação histórica, e desenvolvimento tecnológico jamais imaginado, e que também se referem à constante e intensa presença de tecnologias na organização e realização das práticas sociais, das mais simplórias às mais complexas. Do mesmo modo, o

entrelaçamento de temas de estudo e de fenômenos similares, como revoluções e movimentos sociais, como bem indica Hobsbawm (1998), podem ser integrados em um campo mais amplo que não apenas propicia, mas requer uma maior e abrangente compreensão das estruturas e dinâmicas sociais.

Dinâmicas modernas ou relações sociais contemporâneas, que em termos de comunicação e aquisição de informações e conhecimento, desde e após o aparecimento dos computadores e de suas redes, assumiram formatos digitais e tendências virtuais, como a grande rede mundial de computadores, a Internet. Estabeleceram novos paradigmas para as sociedades, como indica o próprio estudo em tela e que, em compasso com os acelerados ritmos das inovações tecnológicas, tenderam a moldar a relação tecnologia e sociedade, e despertaram e captaram a atenção das mais variadas áreas da pesquisa científica e empírica.

Desse modo, e na observação dos fatores determinantes das relações estabelecidas no duelo ou apaziguamento entre tecnologia e sociedade, e neste caso, entre tecnologias digitais e sociedades contemporâneas, o foco desta pesquisa, ou o que se busca assinalar, está na prática social que toma consciência e se apropria da presença, mediação e interferência da tecnologia em situações e no conjunto de questões que se apresentam sociais, culturais, políticas e econômicas, circunscritas por detrás ou em redor de acontecimentos e de fenômenos de interesse para a história social, como o tema socioeconômico das descobertas e invenções humanas, político-cultural dos movimentos sociais, e que se fizeram, antes de tudo, registrados e explicitados por sua própria história.

METODOLOGIA

Como o estudo da história da sociedade “suscita questões complexas” para a sua compreensão na medida em que se torna difícil estabelecer parâmetros e conceitos criticamente suficientes para a sua análise e apreensão recorreremos, em um primeiro momento, ao método ou as instruções que tão pertinentemente Eric Hobsbawm propõe e recomenda:

[...] que apliquemos se não um modelo formalizado ou elaborado de tais estruturas, pelo menos uma ordem aproximada de prioridades de pesquisa e uma hipótese de trabalho sobre o que constitui o nexo central ou complexo de conexões de nossos temas, ainda que, naturalmente, essas coisas impliquem um modelo (HOSBSBAWM, 1998, p. 94).

Do mesmo modo, e em consequência de tratar-se de uma temática que se apresenta com muitos desafios, haja vista a intempestividade das constantes transformações e mudanças sociais, que requer aplicar novas abordagens se considerados fatores como o crescimento ou declínio econômico, desordens políticas, guerras, e o próprio avanço em tecnologias, atentamos ao que Nicolau Sevcenko se reflete sobre, também observa e sugere:

Neste momento tumultuoso, em que a celeridade das mudanças vem sufocando a reflexão e o diálogo, mais que nunca é imperativo investir nas funções judiciosas, corretivas e orientadoras da crítica. Para isso é necessário adotar uma estratégia baseada em três movimentos distintos. O primeiro consiste em conseguirmos desprender-nos do ritmo acelerado das mudanças atuais, a fim de obter uma posição de distanciamento crítico que nunca conseguiríamos estabelecer se nos mantivéssemos colados às vicissitudes das próprias transformações. O segundo requer que recuperemos o tempo da própria sociedade, ou seja, o tempo histórico, que nos fornece o contexto no interior do qual podemos avaliar a escala, a natureza, a dinâmica e os efeitos das mudanças em curso, bem como quem são seus beneficiários e a quem elas prejudicam. O terceiro movimento seria, então, o de sondar o futuro a partir da crítica em perspectiva histórica, ponderando como a técnica pode ser posta a serviço de valores humanos. [...] considerando, portanto, valores de longa duração como participação democrática nas discussões e decisões que dizem respeito a todos, distribuição equitativa dos recursos e oportunidades gerados pelas transformações tecnológicas, luta contra todas as formas de injustiça, violência e preservação dos recursos naturais. Esses são os critérios para que se possa julgar criticamente o presente, com sentido histórico e senso de responsabilidade em relação ao futuro (SEVCENKO, 2001, p. 19-20).

Para tanto, sendo a temática multidisciplinar e complexa, e havendo que transitar entre diversas áreas do conhecimento científico (como história da ciência, filosofia da tecnologia, ciência da informação, ciências da comunicação, computação, sociologia, geografia, psicologia, dentre outras) em busca de consenso na integração de conceitos teóricos e de ferramentas de suporte analítico para o resgate histórico do objeto de estudo, quer seja, o

movimento social em ambientes de sociabilidade mediados por sistemas eletrônicos de informação e, considerando-se as premissas do “determinismo tecnológico”, termo que expressa uma corrente teórica na qual a tecnologia é o fator de análise para os fenômenos sociais e históricos, e a causa principal para mudanças na sociedade, a orientação metodológica para a realização da pesquisa tomou como referência direta inicial o procedimento heurístico para a descoberta de fontes e sistematização bibliográfica, e indiretamente os pressupostos de análise da teoria crítica, as orientações e perspectivas da abordagem intercultural.

Convém ressaltar que em decorrência da natureza do tema de estudo e, como os sistemas de informação e de comunicação atualmente permeiam e também viabilizam virtualmente boa parte das atividades de pesquisa, a Internet foi uma fonte primária de grande valia. Desse modo, o método heurístico empregado no processo de descoberta, localização, acesso e coleta de material bibliográfico muito se valeram e utilizaram das técnicas heurísticas que lidam com documentos em formato digital, empregadas por ferramentas de software, sistemas de recuperação de informações e mecanismos de busca presentes em ambientes virtuais e, particularmente, as disponibilizadas nas plataformas Google, multinacional norte-americana de serviços *on line* e software.

PÚBLICO-ALVO E ESTRUTURA DO TRABALHO

Como o intuito desta pesquisa, antes de tudo, está em oferecer reflexões iniciais para quem deseje uma maior compreensão de como o impacto de “novas tecnologias” podem modificar processos sociais, cenários culturais, discursos políticos e sistemas econômicos, endereçamos seu conteúdo ao público acadêmico, e mais genericamente, àqueles que de um modo ou de outro apresentem interesse nas inovações tecnológicas, como por exemplo, a expansão e alcance da comunicação por computador e o fenômeno das redes sociais que tem originado e operado transformações e mudanças em nossas sociedades, em nossos modos de viver, de lutar por melhores condições de vida, de registrar a história da humanidade, se partimos do princípio de que

história é toda e qualquer construção humana e que, em se tratando destes eventos, dá margem não apenas a um, mas a inumeráveis estudos de caso.

O trabalho encontra-se dividido em três capítulos, distribuídos de modo que possam contemplar prioritariamente o diálogo entre os campos teórico e histórico; social e econômico; político e cultural, sem que estejam definitivamente reduzidos entre si, mas de forma que possam se redistribuir na medida em que seja necessário reelaborar ou renovar a matriz discursiva, sem que se perca de vista a noção ou o princípio de que todos os níveis de abordagem se interligam, haja vista estarem todos inscritos no social.

No primeiro capítulo, “*Descortinando cenários: da história social à sociedade global*”, a ênfase recai sobre o debate teórico e contexto histórico das transformações e mudanças sociais, brevemente resgatando o percurso das revoluções e desenvolvimento de tecnologias que vem, com o passar dos tempos, imprimindo alterações no *modus vivendi* da humanidade. Em homenagem ao historiador marxista Eric Hobsbawm⁵, prestigia-se sua obra e seus estudos no que se refere às características do crescente predomínio de tecnologias na transformação do mundo, registradas a partir da primeira revolução industrial. E no calor das invenções técnicas e evolução tecnológica observadas na formação de novos cenários sociais que caracterizaram eras diferenciais na história, bem como, na consciência de que teorias sociais constituem ferramentas essenciais para a compreensão do mundo, aborda-se teorias que tiveram origem e que se detêm no estudo e análise crítica de uma realidade social que também se assenta em aparatos tecnológicos diversos, na qual o papel da ciência e a presença de tecnologias na sociedade, e mais precisamente nas sociedades modernas, tem suscitado e se pautado pelo debate ou, mais propriamente, pelo embate teórico, filosófico e real da relação entre tecnologia e sociedade, e *vice-versa*.

Com o segundo capítulo, “*Paradigmas de uma Sociedade de Redes*”, visando uma discussão sob um ponto de vista mais social e econômico, observa-se tanto a evolução e aplicação do conceito, como também, a crescente tendência social na formação e organização de “redes” para a realização e concretude de suas atividades. Redes sociais com os mais

⁵ Falecido em outubro de 2012, quando da releitura de suas obras para o desenvolvimento desta pesquisa.

diversificados propósitos, que em paralelo com processos de reorganização ou imposição econômica, reforçam-se com o aparecimento de “novas tecnologias”, as tecnologias da informação e comunicação. Recursos tecnológicos pelos quais as redes se potencializam em torno das possibilidades de virtualização para a expansão de seu alcance, de sua comunicação, aquisição de informação e disseminação de conhecimento, sistematizando a integração entre pessoas ou entre organizações formal ou informalmente constituídas para garantia efetiva de suas intenções e ações, e que, progressivamente, vem se apresentando e tem constituído prática efetiva na dinâmica de movimentos sociais.

No terceiro capítulo *“Movimento Social e Ativismo em Rede”* pretende-se, contemplando uma abordagem com maior ênfase política e cultural, e mesmo que incipientemente, delinear os aspectos ou a evolução de teorias que permitiram aos movimentos sociais um novo formato, ou para o campo de conhecimento que lida com o fenômeno, um novo paradigma, e que alguns teóricos definiram como o paradigma dos novos movimentos sociais. Marcadamente, um paradigma que apresenta uma diferencial aproximação destes movimentos com a mídia em geral, ou mais propriamente, com os meios e recursos tecnológicos da comunicação de massas, com os quais passam a dialogar. Do mesmo modo, e a partir desta nova configuração, observa-se a tendência progressiva que este segmento também tende a adotar e a se adequar, ou seja, que assim como outros setores da sociedade estes novos movimentos sociais também passam a organizar-se, articular-se e relacionar-se em redes. Redes de movimentos sociais, com os mais diversificados fins, mas que articulados têm originado um novo tipo de ativismo, amplamente discutido por estudiosos das muitas áreas do saber, e que devido suas ações diferenciais em relação às militâncias de épocas precedentes tem sido denominado, genericamente, como ativismo em rede.

E por fim, ao se concluir a pesquisa, quando serão tecidas as últimas considerações, espera-se deixar em aberto o convite para uma primeira reflexão assentada na constante de que não se pode perder de vista o papel da ação humana na história, cuja atitude esteja direcionada para o propósito de seu próprio crescimento pessoal, autonomia e emancipação social.

Pertinentemente, uma segunda reflexão que se quer como mote alude para a questão tão sabiamente lançada por Hobsbawm, com a qual indaga:

[...] como a humanidade passou do homem das cavernas para o astronauta, e um tempo que éramos assustados por tigres de dentes de sabre para um tempo em que somos assustados por explosões nucleares - isto é, não assustados pelos perigos da natureza, mas por aqueles que nós mesmos criamos? (HOBSBAWM,1998, p. 42).

Ou seja, para perigos, eventos ou fenômenos sociais que possam ser refletidos e analisados sob a perspectiva de que objetos técnicos ou tecnológicos fazem parte do percurso de evolução, sobrevivência ou destruição da humanidade, e que, enquanto parte do movimento de construção do conhecimento humano, se constituem objetos sociais; se constituem objetos de estudos historiográficos, haja vista, as experiências humanas serem processos passíveis à passagem dos tempos.

CAPÍTULO 1

Descortinando cenários: da história social à sociedade global

"A história não é acumulação de todos os tipos de eventos que aconteceu no passado. É a ciência das sociedades humanas".

Fustel de Coulanges

Há uma diversidade de perspectivas pelas quais torna-se possível observar e detectar as transformações e mudanças nas condições e modos de vida sofridas pela humanidade desde o início de sua existência e que se refletiram em sua evolução, estrutura e organização social ao longo da história.

Dentre estas perspectivas a história social, campo de estudo que tende a evoluir e se firmar a partir da década de 1950, tomando da “historicização das ciências sociais” como uma das razões para a reformulação de sua abordagem, passa a direcionar sua atenção para a existência e sentido dos “problemas de transformações históricas” ou, ao estudo dos “fenômenos sociais” em sua abrangência (HOBSEBAWM, 1998, p. 85). Muito embora de difícil demonstração, fenômenos de mudança social no tempo, que em sua dinâmica tendem a evidenciar as forças, os meios e as técnicas de produção postas ao alcance da humanidade em todas as esferas de sua atividade, quer seja, tanto na concretude de seus sistemas econômicos, quanto na consolidação de seus sistemas sociais e políticos.

Neste sentido, e dentro das possibilidades e canteiros de uma história social que abarque diversas áreas, inegável que ciência e tecnologia assumam papel relevante no curso e percurso das transformações e mudanças que remodelam o *status quo* da sociedade civil e política, assim como, exerçam poder e controle no desenvolvimento de novas e renovadas forças produtivas. Desse modo, sem que com isto se desconsidere tendências de uma abordagem inovadora ou se ultrapasse limites do campo de pesquisa, não há riscos em afirmar que a história da evolução humana – do *Homo erectus* ao *Homo sapiens* – esteja diretamente relacionada com a história da evolução das técnicas e do desenvolvimento tecnológico, se consideradas as “características

atuais dos sistemas técnicos e as suas relações com a realização histórica” e, do mesmo modo, a evidência de que “mesmo longe de ser uma explicação da história, a técnica se constitui uma condição fundamental”, como defende o geógrafo brasileiro Milton Santos (1997, p. 10). Sob o mesmo argumento complementa o autor:

A história do homem sobre a Terra é a história de uma rotura progressiva entre o homem e o entorno. Esse processo se acelera quando, praticamente ao mesmo tempo, o homem se descobre como indivíduo e inicia a mecanização do planeta, armando-se de novos instrumentos para tentar dominá-la. [...] No começo dos tempos históricos, cada grupo humano construía seu espaço de vida com as técnicas que inventava para tirar do seu pedaço de natureza os elementos indispensáveis à sua própria sobrevivência. Organizando a produção, organizava a vida social e organizava o espaço, na medida de suas próprias forças, necessidades e desejos (SANTOS, 1997, p. 17-18).

A técnica, ou mais precisamente a tecnologia, entendida enquanto o “estudo ou tratado das aplicações de métodos, teorias, experiências e conclusões das ciências ao conhecimento dos materiais e processos utilizados pela técnica” (VARGAS, 1994, p. 213), e sua constante relação com a ciência e a sociedade, tem sido alvo de intenso debate que abrange as mais diversas áreas do conhecimento e categorias de análise, sobretudo após os principais eventos, progressos técnicos e desenvolvimento tecnológico que caracterizaram as transformações sociais e culturais do mundo capitalista desde o advento da Revolução Industrial.

Sendo assim aborda-se, neste capítulo, as transformações e mudanças sociais privilegiando os estudos e a obra de Eric Hobsbawm quanto ao resgate e registro das revoluções e transformações tecnológicas pelas quais a humanidade tem trilhado seu caminho de evolução e a sociedade, seu percurso de progresso. Do mesmo modo, caracteriza-se a histórica relação entre tecnologia e sociedade, destacando-se teorias que se debruçam e exercem crítica quanto à existência e presença legítima e determinista da tecnologia na sociedade moderna e contemporânea.

Evidentemente que no contexto de desenvolvimento científico e tecnológico, ciência e tecnologia exercem poder, tanto na infraestrutura econômica, quanto na sociedade civil e política. Em áreas do conhecimento e

da produção material e econômica que contemplam tecnologias da informação e comunicação, o cenário de mudança e de exercício de poder se opera em todas as esferas da atividade humana e em um amplo leque de alcance e de decisão que fortemente caracterizam a evolução do pensar humano no esforço em conhecer e adaptar o mundo natural às suas necessidades tematizando, dentre outras, questões éticas diretamente relacionadas com a dimensão e legitimação cultural, com a ação social e participação política; e introduzindo um impulso considerável no ritmo das transformações sociais e algo de relativamente “novo” para a história social e para as sociedades humanas, em escala e em termos globais.

1.1 TRANSFORMAÇÕES HISTÓRICAS *VERSUS* EVOLUÇÕES TECNOLÓGICAS

Se houve um evento de grande impacto e de transformação sobre a estrutura da sociedade moderna, este foi a primeira revolução tecnológica por ocasião da expansão industrial na Inglaterra, em meados do século XVIII. Considerada como complemento da revolução burguesa iniciada no século XVII, a Revolução Industrial Inglesa se configurou, para o historiador britânico Eric Hobsbawm como a "maior transformação da história humana desde os tempos remotos quando o homem inventou a agricultura e a metalurgia, a escrita, a cidade e o Estado. Esta revolução transformou, e continua a transformar o mundo inteiro" (HOBSEBWM, 1981a, p.17).

Impressão que se reforça quando o historiador, ao observar os efeitos sociais desta revolução, faz lembrar que o evento apresentou um significado singular para a história da humanidade, sobre o qual sintetiza que:

[...] pela primeira vez na história da humanidade, foram retirados os grilhões do poder produtivo das sociedades humanas, que daí em diante se tornaram capazes da multiplicação rápida, constante e até o presente ilimitada, de homens, mercadorias e serviços. [...] Nenhuma sociedade anterior tinha sido capaz de transpor o teto que uma estrutura social pré-industrial, uma tecnologia e uma ciência deficientes, e consequentemente o colapso, a fome e a morte periódicas, impunham a produção (HOBSEBWM, 1981a, p.44).

Como irá reconhecer que houvera, dentre historiadores conservadores, a negação quanto ao emprego do termo "revolução industrial"¹ para a expansão industrial no século XVIII e que culminou com a construção de ferrovias e indústria pesada na década de 1840, substituindo-o por termos banais como "evolução acelerada", Hobsbawm argumentará que denominar a implicância deste processo de "revolução industrial" é lógico e está em conformidade com uma tradição bem estabelecida, considerando-se o impacto e permanência do processo, dentro de uma perspectiva que contempla mudanças no âmbito das condições econômicas, e que em sua avaliação "a revolução industrial não foi um episódio com um princípio e um fim", pela qual conscienciosamente conclui:

Não tem sentido se perguntar quando se "completou", pois sua essência foi a de que a mudança revolucionária se tornou norma desde então. Ela ainda prossegue; quando muito podemos perguntar quando as transformações econômicas chegaram longe o bastante para estabelecer uma economia substancialmente industrializada, capaz de produzir, em termos amplos, tudo que desejasse dentro dos limites das técnicas disponíveis, uma "economia industrial amadurecida" para usarmos o termo técnico. [...] Um pouco anterior, mas contemporânea da Revolução Francesa, este foi provavelmente o mais importante acontecimento da história do mundo, pelo menos desde a invenção da agricultura e das cidades, e que melhor reuniria as condições técnicas e comerciais para a organização do que então se denominou "revolução industrial". (HOBBSAWM, 1981a, p. 44-45).

Contudo, as condições da revolução industrial favoreceu o aparecimento de movimentos revolucionários e as consequências da primeira crise do capitalismo foram sociais. Neste sentido, como atesta Hobsbawm, se por um lado "a transição da nova economia criou a miséria e o descontentamento, os ingredientes da revolução social", por outro:

[...] a revolução social eclodiu na forma de levantes espontâneos dos trabalhadores da indústria e das populações pobres das cidades, produzindo as revoluções de 1848 no continente os amplos movimentos cartistas na Grã-Bretanha. O descontentamento não estava ligado apenas aos trabalhadores pobres. Os pequenos comerciantes, sem saída, a pequena burguesia, setores especiais da economia eram também vítimas da revolução industrial e de suas ramificações. Os trabalhadores de espírito simples reagiram ao novo

¹ Na França, o termo "revolução industrial" foi cunhado em 1827 pelo economista político Adolphe Blanqui (BRIGGS; BURKE, 2004, p. 115).

sistema destruindo as máquinas que julgavam ser responsáveis pelos problemas (HOBSEAWM, 1981a, p. 55).

Mediante o impasse do contexto econômico, e dentre os movimentos revolucionários originados por ocasião da revolução industrial, do progresso técnico e avanço tecnológico que conseqüentemente introduziu máquinas ao mundo do trabalho e que deu início a ação e luta das classes trabalhadoras, destacam-se como expoentes o movimento de rebelião denominado "quebra de máquinas" e seu correlato, o Luddismo.

Hobsbawm pondera que a força e base de poder destes primeiros movimentos na Inglaterra consistiram na "ação direta", quer seja, na "quebra das máquinas, nas arruaças e na destruição de propriedades em geral", consubstanciado para o que fora considerado como um sentimento de hostilidade da classe trabalhadora para com as novas máquinas da Revolução Industrial. No entanto, no que concerne a este sentimento de hostilidade, tomado como método de destruição e sob a perspectiva do trabalhador, Hobsbawm ajuíza que o trabalhador não estava preocupado abstratamente com o progresso técnico, mas em impedir o desemprego e manter o padrão de vida habitual, que incluía além dos salários, valores como liberdade e dignidade, que os levavam a considerar não apenas as máquinas como ameaça, mas as mudanças nas relações sociais de produção. Assim, os trabalhadores tinham como objetivo o controle do mercado de trabalho e quando a introdução de máquinas não lhes trazia desvantagem, não havia qualquer sentimento de hostilidade contra elas. Na verdade, conclui que a resistência a máquina esteve mais nas mãos do capitalista, do que do trabalhador; e que a luta destes trabalhadores não foi simplesmente uma luta contra o progresso técnico. Em determinadas circunstâncias e com o advento da mecanização completa, o objetivo de impedir a introdução de máquinas em muitas indústrias, cedeu lugar ao plano de resgatá-las para trabalhadores sindicalizados, enquanto minimizavam e se precavam das conseqüências do desemprego tecnológico. E sobre a possibilidade de que o tumulto da quebra de máquinas viesse a deter o avanço do progresso técnico, a leitura que faz é a de que, evidentemente, a destruição de máquinas não poderia deter o triunfo do capitalismo industrial em sua plenitude (1981b, p. 16-27).

Em se tratando das inovações que a Revolução Industrial produziu, observa Hobsbawm que, fruto da industrialização do século XIX, a ferrovia foi o produto que mais incendiou a imaginação, sendo "totalmente absorvido pela imagística da poesia erudita e popular²", e que, após 1830, promoveu significativas mudanças nas comunicações e acelerou o ritmo das mudanças sociais e econômicas; o grande marco da Revolução Industrial que solidificou o domínio do capitalista sobre o operariado, instaurou a concepção de "progresso" científico e tecnológico, e deu início ao processo de revoluções tecnológicas nas sociedades industrializadas (1981a, p. 61-191).

Sobre este estigma "revolucionário", estima que as transformações rápidas, profundas, radicais e contínuas são características do mundo a partir do final do século XVIII, e especialmente a partir de metade do século XX, mas especificamente a partir da década de 1950 quando passamos, segundo supõe, pelas mais abrangentes transformações sociais e culturais já registradas, decorrentes de desenvolvimentos econômicos e tecnocientíficos e de tal maneira que poucos duvidarão que elas estejam de algum modo interligadas (1998, p. 41-80).

Do mesmo modo, ao dissertar e caracterizar sobre o que ficou reconhecidamente denominado como os "Anos Dourados" delineia a "ideologia de progresso" que durante os anos 50 disseminava, sobretudo em países "desenvolvidos", a percepção de que os tempos haviam de fato melhorado após a Segunda Guerra Mundial, e que o domínio crescente da natureza pelo homem era a medida mesma do avanço da humanidade (1995, p. 253-255). Um avanço rápido e explosivo em consequência do crescimento econômico e industrial empreendido pelas nações tendo como objetivo recuperar-se da herança destruidora da guerra, sobre o qual avalia que:

Mal se notava ainda um subproduto dessa extraordinária explosão, embora em retrospecto ele já parecesse ameaçador: a poluição e a deterioração ecológica. [...] A industrialização nos países socialistas foi por isso particularmente cega às consequências ecológicas da construção maciça de um sistema industrial algo arcaico, baseado em ferro e fumaça. [...] Na verdade, longe de se preocupar com o meio ambiente, parecia haver motivos de auto-satisfação, pois os resultados da poluição do século XIX davam lugar à tecnologia e

² O poeta norte-americano Walt Whit-man (1819-92), entusiasmado com a nova tecnologia, chamou a ferrovia de realização dos sonhos de Colombo, "o casamento de continentes, climas e oceanos" (BRIGGS; BURKE, 2004, p.127).

consciência ecológica no século XX. [...] o que mais impressionou nesse período é a extensão em que o surto econômico parecia movido pela revolução tecnológica (HOSBSBAWM, 1995, p.257-259).

Se houvera o lado destrutivo, a guerra e suas demandas por alta tecnologia, segundo Hobsbawm, também preparou vários processos revolucionários para posterior uso civil com inovações científicas, ideias e técnicas variadas, dentre os quais, o radar e o motor a jato, que prepararam o terreno para a eletrônica e a tecnologia da informação do pós-guerra, antecipando a invenção do transistor³ em 1947 e dos primeiros computadores digitais civis em 1946. No entanto, mesmo que tais inovações, segundo considera, tenham se baseado na ciência do entre guerras ou do pós-guerra, no período técnico ou comercial entre os conflitos ou no grande avanço do pós-1945, que apresentaram os circuitos integrados na década de 1950, os lasers na década de 1960, e do mesmo modo, vários subprodutos dos foguetes espaciais, o que de fato caracterizou a Era de Ouro tinha como base a mais avançada e esotérica pesquisa científica que encontrava aplicação prática em poucos anos, possibilitando que pela primeira vez a indústria e a agricultura decididamente ultrapassassem a tecnologia do século XIX (1995, p. 260).

E quanto ao *boom* das inovações decorrentes da revolução tecnológica, destaca três aspectos. Em primeiro, a transformação absoluta da vida cotidiana, tanto no mundo rico quanto no mundo pobre, mesmo que em menor escala:

[...] no mundo pobre, no qual o rádio podia agora, graças ao transistor e à miniaturizada bateria de longa duração, chegar às mais remotas aldeias, a "revolução verde" transformou o cultivo do arroz e do trigo, e as sandálias de plástico substituíram os pés descalços. [...] Pois a revolução tecnológica entrou na consciência do consumidor em tal medida que a novidade se tornou o principal recurso de venda para tudo, desde os detergentes sintéticos (que passaram a existir na década de 1950) até os computadores laptop. A crença era que "novo" equivalia não só a melhor, mas a absolutamente revolucionado (HOSBSBAWM, 1995, p. 260-261).

³ A fabricação dos primeiros transistores dependeu dos avanços da física de semicondutores após experimentos realizados na Bell Laboratories e em diversos outros lugares. Em 1947, John Bardeen, Walter Brattain e William Shockley (que ganharam o prêmio Nobel três anos mais tarde) planejaram dispositivos de amplificação de estado sólido feitos de germânio e com dois detectores parecidos com bigodes de gato (BRIGGS; BURKE, 2004, p. 273).

Circunstancialmente, acerca deste aspecto de transformação da vida cotidiana provocada pelo ímpeto das inovações e respectivos aparatos tecnológicos, acrescenta:

[...] Quanto aos produtos que visivelmente representavam novidade tecnológica, a lista é interminável, e não exige comentário: televisão; discos de vinil (os LPs surgiram em 1948), seguidos de fitas (as fitas cassete surgiram na década de 1960) e dos *compact discs*, pequenos rádios portáteis transistorizados [...], relógios digitais, calculadoras de bolso a bateria e depois a energia solar; e os eletrodomésticos, equipamentos de foto e vídeo. Um aspecto não menos significativo dessas inovações é o sistemático processo de miniaturização de tais produtos, ou seja, a portabilidade, que ampliou imensamente seu alcance e mercado potenciais. Contudo, a revolução tecnológica talvez tenha sido de igual modo simbolizada por produtos aparentemente inalterados e que desde a Segunda Guerra Mundial se transformaram de alto a baixo, como os veleiros de lazer (HOBSBAWM, 1995, p. 261).

Em segundo, destaca a complexidade para a descoberta ou invenção e produção da tecnologia envolvida que requeria dispendioso processo em "Pesquisa e Desenvolvimento" e que, deste modo, tornou-se fundamental para o crescimento econômico, reforçando a vantagem das "economias de mercado desenvolvidas" sobre as demais economias. E como um terceiro aspecto, considera que as novas tecnologias, por serem calcadas em capital intensivo requeriam pouca mão-de-obra, ou mão-de-obra especializada como a de cientistas e técnicos altamente qualificados, ou até mesmo, que a substituíam (1995, p. 261).

Por sobre este aspecto, aponta Hobsbawm, residiu a grande característica da Era de Ouro, quer seja: "a de precisar cada vez mais de maciços investimentos e cada vez menos gente, a não ser como consumidores". Ao concluir sobre este estado de coisas que o impacto das inovações tecnológicas exerceram sobre a tessitura social e que caracterizou um estilo de produção econômica, capitula que:

[...] o ímpeto e rapidez do surto econômico eram tais que, durante uma geração, isso não foi óbvio. Pelo contrário, a economia cresceu tão depressa que mesmo nos países industrializados a classe operária industrial manteve ou mesmo aumentou seu número de empregados. Em todos os países avançados, com exceção dos EUA, os reservatórios de mão-de-obra preenchidos durante a depressão pré-guerra e a desmobilização do pós-guerra se esvaziaram, novos contingentes de mão-de-obra foram atraídos da zona rural e da

imigração estrangeira, e mulheres casadas, até então mantidas fora do mercado de trabalho, entraram nele em número crescente. Apesar disso, o ideal a que aspirava a Era de Ouro, embora só se realizasse aos poucos, era a produção, ou mesmo o serviço, sem seres humanos, robôs automatizados montando carros, espaços silenciosos cheios de bancos de computadores controlando a produção de energia, trens sem maquinistas. Os seres humanos só eram essenciais para tal economia num aspecto: como compradores de bens e serviços. Aí estava o seu problema central. Na Era de Ouro, isso ainda parecia irreal e distante, como a futura morte do universo por entropia, da qual os cientistas vitorianos haviam avisado a raça humana (HOBBSAWM, 1995, p. 262).

No entanto, ao reconsiderar todo complexo de transformação tomando como parâmetro o advento da revolução tecnológica que caracterizou os anos dourados, Hobsbawm argumenta que mesmo tão expressiva, não é tão seguro que a revolução tecnológica explique a Era Ouro e observa, do mesmo modo, que o impacto da tecnologia gerada pela alta pesquisa na indústria civil provavelmente só se tomou substancial nas Décadas de Crise depois de 1973, quando se deu a grande inovação na tecnologia de informação e na engenharia genética, além de vários outros saltos no desconhecido, e que, talvez as principais inovações que começaram a transformar o mundo assim que a guerra acabou tenham sido as do setor químico e farmacêutico (1995, p. 264).

De igual importância, outro aspecto pertinentemente dos escritos de Hobsbawm acerca dos anos dourados, está na observância de que na década de 1950, na maior parte do mundo socialista, países em desenvolvimento e mais dinâmicos do Terceiro Mundo⁴, optaram pela industrialização segregada e planejada, substituindo sua própria produção pela importação de manufaturas, a partir de uma dinâmica na qual, os países que compunham o núcleo do capitalismo ocidental, comerciavam com grande vantagem e favorecimento com o mundo de além-mar, e que assim podiam obter matérias-primas e alimentos mais baratos. É nessa constante que, segundo observa, a nova revolução industrial não se restringia a nenhuma região, e a reestruturação do capitalismo e avanço na internacionalização da economia foram fundamentais para que na década de 1960 surgisse uma economia cada vez mais transnacional, com um sistema de atividades econômicas para as quais os

⁴ Para maiores esclarecimentos acerca desta composição e formação econômica de que trata o autor, ver capítulos 12 e 13 da mesma obra.

territórios e fronteiras de estado não constituem o esquema operatório básico, mas apenas fatores complicadores (1995, p. 264-265).

Três aspectos dessa transnacionalização foram, para Hobsbawm, particularmente óbvios: as empresas transnacionais (muitas vezes conhecidas como "multinacionais"); a nova divisão social do trabalho; e o aumento de financiamento *offshore* (externo). Dos três aspectos, dirá que este último foi não só uma das primeiras formas de transnacionalismo a desenvolver-se, mas também uma das que demonstraram mais vividamente a maneira como a economia capitalista escapava ao controle nacional, ou de qualquer outro controle e que essa capacidade de operação reforçou naturalmente a tendência à concentração de capital, conhecida desde Karl Marx (1995, p. 272-274). Sobre tais aspectos de articulações econômicas, decorrentes dos processos transnacionais e seus efeitos inovadores na formação ou transformação social da época, conclui que:

Essa foi a inovação decisiva da Era de Ouro, embora só atingisse a maioria depois. Isso só poderia ter acontecido graças à revolução no transporte e comunicação, que tornou possível e economicamente factível dividir a produção de um único artigo [...], transportando por frete aéreo o produto parcialmente completo entre esses centros e controlando centralmente todo o processo com a moderna tecnologia da informação. Grandes fabricantes de produtos eletrônicos começaram a globalizar-se a partir de meados da década de 1960. A linha de produção cruzava afora não hangares gigantescos num único local, mas o globo. [...] Tudo isso produziu uma mudança paradoxal na estrutura política da economia mundial [...]. A Era de Ouro perdeu o seu brilho. Apesar disso, iniciara, na verdade realizara a mais impressionante, rápida e profunda revolução nos assuntos humanos de que a história tem registro (HOBBSAWM, 1995, p. 275 - 281).

E assim, se a primeira revolução industrial trouxera consigo elementos para mudanças e ingredientes para uma revolução social, a Era de Ouro, ou mais especificamente o período compreendido entre 1945 a 1990 trouxera consigo aspectos de importância que também implicaram em transformações evidentes para a sociedade ocidental, nomeadas por Hobsbawm de Revolução Social. E sobre este prisma de transformação, irá do mesmo modo atentar que não preparadas para o que enfrentaram em seus passados e em busca de palavras que desse nome ao desconhecido as pessoas, ou mais precisamente

os intelectuais do Ocidente, em um terceiro quartel do século, passaram a empregar "pós" como um prefixo para os diversos termos que tenderam a assinalar o território mental do século XX tornando o mundo, em seus aspectos relevantes, pós-industrial, pós-imperial, pós-moderno, pós-estruturalista, pós-marxista, pós-Gutenberg ou qualquer outra denominação, mas que, sobretudo, esta foi a transformação mais sensacional, rápida e universal na história da humanidade e que penetrou profundamente nas mentes pensadoras que a presenciaram. Em síntese, caracteriza:

A novidade dessa transformação está tanto em sua extraordinária rapidez quanto em sua universalidade. Claro, as partes desenvolvidas do mundo, isto é, para fins práticos, as partes central e ocidental da Europa e a América do Norte, além de uma pequena faixa de ricos e cosmopolitas em toda parte, há muito viviam num mundo de constante mudança, transformação tecnológica e inovação cultural. Para eles, a revolução da sociedade global significou uma aceleração ou intensificação de movimento [...]. Foi preciso algum tempo para se notar, e outro tanto para se avaliar, a transformação de crescimento material quantitativo em distúrbios qualitativos da vida, mesmo naquelas partes do mundo. Mas para a maior parte do globo as mudanças foram igualmente súbitas e sísmicas. Para 80% da humanidade, a Idade Média acabou de repente em meados da década de 1950; ou talvez melhor, sentiu-se que ela acabou na década de 1960. [...] a rapidez da mudança foi tal que o tempo histórico podia ser medido em intervalos mais curtos. No fim da década de 1970, barraqueiros na feira de uma aldeia mexicana já faziam as contas de seus clientes em pequenas calculadoras de bolso japonesas, ali desconhecidas no início da década. (HOBSEAWM, 1995, p. 283-284).

Mas, na base desta revolução e dentre os níveis de mudanças sociais de maior relevância ocorridas na segunda metade do século XX e que Hobsbawm irá avaliar como a mais impressionante, de mais longo alcance, e que isolou o presente do passado, foi a morte do campesinato provocada, dentre outros fatores, pelo êxodo e consequente declínio da população rural, e por uma produção agrícola propiciada mais pelo predomínio da tecnologia, do que pela mão de obra e de terras disponíveis. Neste sentido evidencia:

O aspecto imediato mais visível foi a expressiva quantidade de maquinário que o agricultor em países ricos e desenvolvidos tinha agora à sua disposição, e que realizava os grandes sonhos de abundância com a agricultura mecanizada [...]. Menos visíveis, mais igualmente significativas, foram as realizações cada vez mais

impressionantes da química agrícola, criação seletiva e biotecnologia. (HOBSBAWM, 1995, p. 287).

Igualmente significativo para Hobsbawm também foram as condições e presença das classes operárias na sociedade civil, que contrariamente as populações do campo e universitárias, não sofreram terremotos demográficos até a década de 1980 quando começaram a declinar visivelmente, segundo constata:

Isso é surpreendente, considerando-se o quanto se falava, mesmo na década de 1950 em diante, numa "sociedade pós-industrial"; considerando-se como foram revolucionárias de fato, as transformações técnicas da produção, a maioria das quais economizou, afastou ou eliminou mão-de-obra humana; e considerando-se como os partidos e movimentos baseados na classe operária entraram obviamente em crise após 1970 ou por volta desta data. Contudo, a impressão generalizada de que alguma forma a velha classe operária industrial estava morrendo era estatisticamente errada, pelo menos em escala global. [...] claro, as classes operária acabaram - e de maneira muito clara após a década de 1990 - tornando-se vítimas das novas tecnologias (HOBSBAWM, 1995, p. 296- 298).

Uma outra possibilidade de análise do fenômeno das mudanças sociais, ainda no campo da história social, e que também se apresenta relacionada com a evolução de técnicas e ao desenvolvimento de tecnologias, é o estudo histórico dos meios de comunicação e das diferentes mídias que influenciaram e se desenrolam em sincronia com cenários e contextos de transformações sociais, culturais, econômicas e políticas. Esta perspectiva se faz presente nos estudos dos historiadores Asa Briggs e Peter Burke, quando se propõem dividir e “mostrar a importância do passado em relação ao presente, trazendo a história para o interior dos estudos de mídia, e a mídia para dentro da história” (2004, p. 13), de modo que tematize a estreita relação que ela, a mídia, estabelece com o desenvolvimento de tecnologias, desde a revolução da prensa gráfica à invenção da Internet. A partir deste entendimento, inicialmente esclarece Peter Burke que:

De acordo com o Oxford English Dictionary, foi somente na década de 1920 que as pessoas começaram a falar de "mídia". Uma geração depois, nos anos 1950, passaram a mencionar uma "revolução da

comunicação". O interesse sobre os meios de comunicação, porém, é muito mais antigo. A retórica — estudo da arte de se comunicar oralmente e por escrito — era muito valorizada na Grécia e na Roma antigas. Foi estudada na Idade Média e com maior entusiasmo no Renascimento [...]. Com o desenvolvimento da comunicação elétrica, começada com o telégrafo, surgiu uma percepção de mudança iminente e imediata. Os debates na mídia na segunda metade do século XX estimularam a reavaliação, tanto da impressão gráfica, quanto de todas as outras tecnologias que foram tratadas no princípio como maravilhas (BRIGGS; BURKE, 2004, p. 11-21).

Nestes debates, o que em geral se aceitava, segundo Peter Burke, é que “as mudanças na mídia tiveram importantes consequências culturais e sociais”, e que nas controvérsias em torno de sua natureza e escopo, as indagações se constituíam em questionar se estas consequências seriam primordialmente políticas ou psicológicas, destacando que alguns pioneiros desses debates, das mais variadas áreas acadêmicas, como Carlo Cipolla, Marshall McLuhan e seu aluno Walter Ong; David Olson e Jack Goody, deram respostas positivas a estes questionamentos. No entanto, como ressalta, a partir de 1990, as análises da mídia foram postas de lado, tanto por antropólogos quanto por historiadores, enquanto que, se por um lado, os economistas, “ao confrontar os temas levantados no interior da rubrica ‘globalização’, tendiam a se concentrar no estatisticamente mensurável” (BRIGGS; BURKE, 2004, p. 21-23) , por outro:

Alguns produtores e roteiristas, desviando-se do problema da relação entre ciência e tecnologia, reduziam “todas as coisas do mundo a pontos luminosos, dados, unidades de mensagem contidas dentro do cérebro e de seu assistente, o computador”. Outros alongavam-se sobre a complexidade e o modo como o computador alterou “a arquitetura das ciências (e artes) e a imagem que temos da realidade material” (BRIGGS; BURKE, 2004, p. 23).

Mas é para além das imagens que se possa assimilar de uma determinada realidade que, examinando a questão em torno do aparecimento de uma esfera pública (ou do que também ficou conhecido como “política cultural”), de como diferentes meios de comunicação contribuem para os acontecimentos que ocorrem dentro de uma sociedade em determinada época, e vice-versa, e relacionando estes acontecimentos com a origem de um novo conceito de público, com a invenção de novas técnicas e com a evolução e modificação do sistema de mídias, observa ainda este historiador que:

A tecnologia nunca pode ser separada da economia, e o conceito de revolução industrial precedeu o de revolução da comunicação — longa, contínua e eterna. O segundo conceito, claramente formulado apenas no fim do século XX, já tinha começado a tomar forma no século XIX. Seguindo o que Charles Knight (1791-1873), pioneiro do livro barato e da imprensa popular, chamou de uma "vitória sobre o tempo e o espaço", o tempo (e distância) foi redefinido sob a influência, primeiro, da ferrovia e do primeiro barco a vapor; e depois, de um conjunto de novos meios de comunicação — telégrafo, rádio, fotografia e cinema. (BRIGGS; BURKE, 2004, p. 23).

Evidenciando este mesmo cenário de transformações tecnológicas que, se consideradas enquanto condições históricas concretas, são de fundamental importância para entender as mudanças sociais daí decorrentes, Asa Briggs, ao registrar e relatar o avanço e desenvolvimento de novas tecnologias, frequentemente exaltados pela mídia, no período compreendido entre o advento da energia a vapor e a era da eletricidade, sustenta que:

Dentro (de uma mesma) perspectiva, a "Revolução Industrial" e a "revolução da comunicação" podem ser vistas como parte do mesmo processo — com a revolução dos transportes em primeiro lugar na sequência tecnológica que parecia ter uma lógica própria, principalmente depois que a eletricidade substituiu o vapor como nova fonte de energia apesar de ser, no início, ainda mais misteriosa (a palavra "eletrônica" surgiu muito depois). No século XX, a televisão precedeu o computador, do mesmo modo que a impressão gráfica antecedeu o motor a vapor, o rádio antecedeu a televisão e as estradas de ferro e os navios a vapor precederam os automóveis e aviões. A sequência não manteve um ritmo regular, e cada demora precisa ser explicada. "Uma máquina de voar factível", foco de aspiração de muitas pessoas, teve de esperar a invenção do motor a combustão interna para se tornar uma possibilidade técnica. O telégrafo precedeu o telefone, e o rádio deu início à telegrafia sem fio. Mais tarde, depois da invenção da telefonia sem fio, ela foi empregada para introduzir uma "era da radiodifusão", primeiro em palavras, depois em imagens (BRIGGS; BURKE, 2004, p. 112).

Leituras de uma mesma interface, ou de momentos históricos "revolucionários", que se entraram para os calendários comemorativos de muitas nações, também evidenciaram mudanças, tanto nos sistemas e complexos midiáticos, quanto no mundo do trabalho e do desenvolvimento industrial. Mediante a formação deste novo paradigma, observa Briggs:

[...] A automação dos processos industriais, tornada possível pela eletrônica, afetou e continua a afetar diretamente a oferta de empregos, assim como afetou e afeta a mídia - com consequências imediatas para os indivíduos. [...] Bem antes que a automatização se tornasse tema de discussão [...], os padrões, lugares, contexto e significados do trabalho haviam mudado substancialmente. A primeira transformação ocorreu no fim do século XVIII e início do XIX, quando a "indústria", pensada no início do século XVIII como uma qualidade humana, começou a ser vista em separado da agricultura e finalmente identificada como um setor não-agrícola da economia produtiva. No fim do século XX a palavra também seria aplicada à agricultura, cuja participação na força de trabalho — e no produto nacional bruto — diminuía drasticamente. Uma segunda mudança veio com a "administração científica", baseada em estudos de tempo e movimento, desenvolvida primeiro nos Estados Unidos e posteriormente adaptada, sob diversas formas, em países muito diferentes entre si [...]. No fim do século XX, a palavra "trabalho" começou a ser aplicada também a lazer, viagem e esporte (BRIGGS; BURKE, 2004, p. 190).

E assim, mesmo que tecnologia, se há um tempo requer, também produz mudanças significativas na sociedade, traz consequências imediatas para os indivíduos provocando, em muitas situações, evidente aversão as tecnologias de produção e reprodução da força de trabalho é que, passados quase dois séculos da primeira revolução industrial e da derrota do movimento de quebra de máquinas e do Luddismo, depara-se a humanidade com mais uma revolução⁵: a Revolução Tecnológica contemporânea, cuja inovação e legado foi o computador eletrônico digital. Também denominada de revolução informacional, cronologicamente esta revolução intensificou-se a partir das décadas de 1970 e 1980, com a criação dos primeiros microcomputadores e expansão das telecomunicações, tomando força a partir dos anos 1990 com o aparecimento e desenvolvimento da comunicação em rede de computadores,

⁵ Não há ainda, entre estudiosos e na literatura que trata do tema, uma consideração bem definida e determinada sobre qual das revoluções tecnológicas depara-se recentemente a humanidade, sobre a qual a sociedade atual tem organizado sua atividade produtiva e seu *modus vivendi*: se uma segunda ou uma terceira revolução industrial tecnológica. Contudo, para os fins deste estudo, consideraremos o que mais comumente se apresenta, ou seja, que a primeira revolução tecnológica, a Revolução Industrial Inglesa, em paralelo com a Revolução Francesa, ocorreu ao final do século XVIII e concorreu para o processo de transição do feudalismo ao capitalismo, com a consequente substituição de ferramentas manuais por máquinas (a mecanização); a segunda, ao final do século XIX, cujos destaques tecnológicos apresentam como expoentes os motores de explosão e a eletricidade como fonte de energia; e na segunda metade do século XX, após a II Guerra Mundial, a terceira revolução industrial ou tecnológica, também denominada digital, e que em meio aos processos e tecnologias de informação e comunicação consubstancia-se no contexto da globalização e do neoliberalismo e, portanto, no seio do mundo moderno e nas recém-estabelecidas sociedades da informação e de redes.

propagação da Internet e criação de sistemas hipermidiáticos⁶ utilizados na obtenção e disponibilização de informações nos meios eletrônicos virtuais.

Para pesquisadores, em geral classificados como tecnóforos, que se debruçam sobre as consequências danosas do progresso e introdução de novas tecnologias nas diversas instâncias da existência humana e vida em sociedade, um novo movimento de resistência, similar ao Luddismo primário, surge na década de 1990, nos Estados Unidos, em reação aos conceitos e pressupostos do pensamento moderno. Mas diferentemente do movimento de resistência e quebra de máquinas por ocasião da Revolução Industrial inglesa, o novo movimento contestador, denominado Neoludismo, surge como uma filosofia de resistência e aversão ao estilo de vida contemporâneo, as modernas tecnologias, as consequências do capitalismo e hegemonia da globalização.

O escritor e historiador norte-americano Kirkpatrick Sale, e sua obra *Inimigos do Futuro* (*Rebels Against the Future*, 1995), são considerados a filosofia inspiradora de ligação entre o movimento de resistência do século XVIII e o moderno movimento luddita do século XX. Em sua crítica à obra de Sale, o professor e historiador Jorge Ferreira avalia que *Inimigos do Futuro* apresenta uma resposta:

[...] à desumanização tecnológica com as ações dos novos luditas, formados por intelectuais, ONGS, organizações da sociedade civil, grupos políticos e ecológicos, associações de vítimas de tecnologias químicas e que constituem o movimento neoludista de resistência ao mundo globalizado (FERREIRA, 2006, p. 3).

Assim, após a Segunda Guerra e a intensa evolução tecnológica do século XX, a humanidade se deparou com a redefinição e surgimento de novos conceitos, incertezas e desafios; questões e princípios, colocados por novas, diversificadas e intensivas tecnologias, aos indivíduos e à sociedade civil organizada e que incitaram à nova concepção e ao moderno conceito de

⁶ A contração da palavra multimídia com hipertexto originou o termo hipermídia cujo conceito, criado na década de 1960 pelo filósofo e sociólogo estadunidense Ted Nelson, significa em linhas gerais a reunião de vários tipos de mídia (áudio, vídeo, texto, imagens, etc.) em um único meio de comunicação e suportado por sistemas eletrônicos de informação.

Luddismo, bem como, a origem do termo tecnofobia⁷, cujo contexto coloca em cheque a conflituosa e íntima relação entre tecnologia e sociedade, e em acirrado debate, teorias clássicas e contemporâneas.

1.2. A HISTÓRICA RELAÇÃO ENTRE TECNOLOGIA E SOCIEDADE

Grande parte da experiência histórica e herança social apontam que a maioria das mudanças conceituais e transformações contextuais pelas quais passou a humanidade em sociedade, desde a Revolução Industrial do século XVIII, foram provocadas pelas descobertas científicas, inovações da técnica e aperfeiçoamento de tecnologias. Desde então, as revoluções subsequentes tem emergido do universo técnico e de inovações tecnológicas que implicaram em novos conceitos e diferenciados procedimentos para as relações de produção econômica, criação e relações culturais, formação educacional e profissional; para novos estilos de vida e de organização social.

Com a Revolução Industrial, os problemas técnicos da indústria passaram a lançar incessantes desafios às ciências, delineando o cenário de interdependência entre ciência e procedimentos produtivos e, na medida em que se intensificou o processo de industrialização, assistiu-se à evolução da ciência e sua associação com a tecnologia, e do mesmo modo, a produção e uso intensivo de conhecimento científico culminando em inúmeros artefatos técnicos e recursos tecnológicos (MATTAR, 2008; VERGARA, 2002).

Ao longo do século XIX, as conquistas científico-tecnológicas e o desenvolvimento econômico, sistematizaram e institucionalizaram as atividades de pesquisa, favorecendo e dando lugar a uma crescente especialização dos diversos campos da ciência moderna (VERGARA, 2002) que, mediante o contexto socioeconômico com o advento da industrialização, muito colaborou para a formação de um conhecimento histórico tomando como base a idéia de progresso industrial e capitalismo relegando à segundo plano, ou não reclamados pela historiografia, os inventos técnicos que auxiliaram os homens na realização de atividades práticas e emprego de sua força de trabalho.

⁷ Na década de 1930, o filósofo alemão Martin Heidegger, cunhou o termo “tecnofobia” para expressar o horror suscitado pelo avanço tecnológico, a padronização da linha de montagem e o fordismo, encerrando em si a perda da individualidade humana (RAMOS, 2012).

Todavia, desde a invenção do alfabeto, cada movimento de ascensão da humanidade em direção ao que se denominou “civilização” necessitou de inventos e de inovações tecnológicas que marcaram a história da humanidade, fundamentaram os preceitos da ciência, justificaram o conseqüente progresso material das sociedades que se tem apoiado, a partir de então, em ciência e tecnologia, e que remete à desproporcional diferença entre a força de trabalho do homem e as capacidades produtivas da máquina. Ou seja, que o desenvolvimento e aperfeiçoamento de técnicas, baseado em conhecimentos científicos e postos em prática por meio de tecnologias também contribuíram, dentre outros fatores, para a passagem de um sistema de produção artesanal e agrário para um sistema de produção dominado por máquinas que alteraram a estrutura social, os interesses na esfera econômica, padrões culturais e consolidaram-se sob a denominação de industrial.

O historiador Nicolau Sevcenko, em sua analogia com o movimento da montanha-russa, observa o impacto das mudanças tecnológicas no mundo ocidental, num período compreendido entre o século XVI até meados do século XIX, caracterizando-o em dois momentos. O primeiro momento, ou de ascensão contínua da montanha-russa, é aquele em que:

[...] as elites da Europa ocidental entraram numa fase de desenvolvimento tecnológico que lhes asseguraria domínio de poderosas forças naturais, fontes de energia cada vez mais potentes, de novos meios de transporte e comunicação, de armamentos e conhecimentos especializados (SEVECENKO, 2001, p. 14).

E o segundo momento, o descreve como uma queda vertiginosa, na qual se perde “as referências do espaço e das circunstâncias que nos cercam e até o controle das faculdades conscientes”.

Poderíamos interpretar essa situação como um novo salto naquele processo de desenvolvimento tecnológico, em que a incorporação e a aplicação de novas teorias científicas propiciaram o domínio e a exploração de novos potenciais energéticos de escala prodigiosa. Isso ocorreu ao redor de 1870, com a chamada Revolução Científico-Tecnológica, no curso da qual se desenvolveram as aplicações da eletricidade, com as primeiras usinas hidro e termo elétricas, o uso dos derivados de petróleo, que dariam origem aos motores de combustão interna e, portanto, aos veículos automotores; o surgimento das indústrias químicas, de novas técnicas de prospecção mineral, dos altos-fornos, das fundições, usinas siderúrgicas e dos

primeiros materiais plásticos. No mesmo impulso foram desenvolvidos novos meios de transporte, como os transatlânticos, carros, caminhões, motocicletas, trens expressos e aviões, além de novos meios de comunicação, como o telégrafo com e sem fio, o rádio, os gramofones, a fotografia, o cinema. (SEVCENKO, 2001, p. 15).

A analogia de Sevcenko, além de caracterizar o cenário de revolução e de mudanças tecnológicas, descortina uma particular relação entre tecnologia e sociedade, quando da origem de muitas inovações que alterariam as relações econômicas entre as nações, com a descoberta de novas fontes de energia, aplicação direta de conhecimentos científicos na produção industrial e invenção de muitos objetos utilizados no cotidiano, e que intensificou, ao final do século XIX, a interação entre teoria e técnica (leia-se: ciência e tecnologia) na consolidação de uma organização social, sob a denominação de sociedade industrial.

Tantas e renovadas invenções tecnológicas foram de suma relevância para a civilização moderna e transformação do mundo, no entanto, e além do circunstancial poder financeiro, a sociedade tende a se confrontar com os conflitos nas novas relações sociais de produção, dentre os quais, o desemprego e a descentralização familiar. Desta realidade social advêm os primeiros movimentos sociais de luta operária⁸ e a teoria do socialismo científico apresentada por Karl Marx, ao aperceber-se do quanto o avanço técnico e progresso capitalista possibilitava e gerava crescimento e poderio econômico para alguns – a burguesia industrial, em detrimento da exploração e empobrecimento de muitos – o proletariado.

Na passagem para o século XX, foram rápidos e inumeráveis os avanços em tecnologia, e especialmente os provenientes da tecnologia eletrônica. Para Nicolau Sevcenko ainda num segundo momento da corrida de sua montanha-russa, a impressão que transparece neste momento histórico e de desenvolvimento tecnológico é a de que o mundo já era praticamente tal como o conhecemos hoje, no entanto, como em linhas gerais interpreta:

O otimismo, a expansão das conquistas européias e a confiança no progresso pareciam ter atingido o seu ponto mais alto. E então, num

⁸ Dentre os quais, o movimento de quebra de máquinas e o Luddismo, anteriormente mencionados.

repente inesperado, veio o mergulho no vácuo, o espasmo caótico e destrutivo, o horror engolfou a história: a irrupção da Grande Guerra descortinou um cenário que ninguém jamais previra. Graças aos novos recursos tecnológicos produziu-se um efeito de destruição em massa; nunca tantos morreram tão rapidamente e tão atrozmente em tão pouco tempo. Essa escala destrutiva inédita só seria superada por seu desdobramento histórico, a Segunda Guerra Mundial, cujo clímax foram os bombardeios aéreos de varredura e a bomba atômica. Após a guerra houve uma retomada do desenvolvimento científico tecnológico, mas já era patente para todos que ele transcorria à sombra da Guerra Fria, da corrida armamentista, dos conflitos localizados nas periferias do mundo desenvolvido, dos golpes e das ditaduras militares no chamado Terceiro Mundo. Quaisquer que fossem os avanços o que prevalecia era a sensação de um apocalipse eminente (SEVCENKO, 2001, p. 15-16).

Assim, como num rasgo de transformação profunda na sociedade, as grandes guerras, ou mais concretamente a Segunda Guerra Mundial disseminou, como no dizer de Sevcenko, a “sensação apocalíptica” que acabou com o espírito de otimismo europeu, despertado pelas “explosões das bombas atômicas em Hiroshima e Nagasaki, que abalaram o prestígio e levaram a comunidade científica a empreender, mesmo que abstratamente, a distinção entre ciência e tecnologia motivando a origem do neologismo tecnociência⁹”, como retrata o historiador e filósofo da ciência Marcos Oliveira (2002).

No transcorrer do século, e mais categoricamente no período posterior a Segunda Guerra, tem início e ganha força processos de revolução e inovação tecnológica, com a histórica mudança das tecnologias mecânicas para as tecnologias eletrônicas, da qual a televisão¹⁰, a informática e o computador são protagonistas. Tal como relata Sevcenko:

As inovações técnicas ocorridas logo após a Primeira Guerra assentaram as bases da eletrônica, multiplicando o potencial dos recursos já existentes mais ainda muito limitados, como o cinema, o rádio e o fonógrafo. Implementos eletrônicos, que além de permitirem a transmissão de sinais e sons com grande precisão, possibilitaram o aperfeiçoamento de sistemas de ampliação, o que os fazia passíveis

⁹ O termo, criado pelo filósofo belga Gilbert Hottois em fins dos anos 1970, é um conceito utilizado pela comunidade interdisciplinar de estudos de ciência e tecnologia para designar o contexto social e tecnológico da ciência e indica um reconhecimento comum de que o conhecimento científico não é somente socialmente codificado e socialmente posicionado, mas sustentado e tornado durável por redes materiais não-humanas (AGUIAR, 2009).

¹⁰ Observa o historiador Asa Briggs que “McLuhan, cujas palavras e imagens subsistem, era mais comentador do que analista, e a televisão provocou mais comentários e estimulou mais discussões (e mais charges) do que qualquer outra mídia na história, tenha começado, talvez, com o comentário do *Daily Mirror* em 1950: ‘Se você deixar um aparelho de televisão entrar por sua porta, a vida jamais será a mesma’ (BRIGGS; BURKE, 2004, p. 243).

de ser consumidos em mercados de massa. Assim, o fonógrafo se tornaria a eletrola, permitindo que a audiência dos discos passasse do ambiente do lar e da família para os grandes salões de baile, teatros, *music-halls* e grandes *juke-boxes*. O rádio, em vez de limitados aos fones de ouvido individuais, soaria audível não só para as casas, mas para as ruas, os carros, os bares, os restaurantes, as barbearias. O cinema, mágica das mágicas, além das imagens em movimento, apresentava agora o som sincronizado com as falas e com as ações dos personagens. Porém, mais importante, a partir desse momento o sistema cultural inteiro adquiria uma nova consistência, na medida em que a eletrônica permitia uma interação sinérgica entre todos esses recursos. Assim, as rádios tocavam as músicas da indústria fonográfica, que por sua vez haviam sido lançadas pelos filmes musicais da indústria cinematográfica [...]. Para completar a cena, nos anos 30 se difunde a criatura-chave do século XX - a televisão -, já na sua versão totalmente eletrônica, com tubo de raios catódicos de grande definição visual. (SEVCENKO, 2001, p. 75 – 76)

Se por um lado Sevcenko observa que a conjunção emergente dos recursos da revolução eletrônica configurava um “fenômeno cultural que um historiador denominou ‘a revolução do entretenimento’ e outro teórico anunciou como a ‘sociedade do espetáculo’¹¹” (2001, p. 77), o historiador Gildo Magalhães do mesmo modo o observa, ressaltando o uso comercial da televisão, ao que estudiosos do fenômeno irão atribuir mais uma denominação para delinear as características e contextos sociais da época, cujo rótulo será “sociedade de consumo”. Dentro de sua argumentação, a particular relação econômica entre tecnologia e sociedade:

As primeiras transmissões regulares públicas de TV ocorreram nos EUA, em 1941, mas o esforço de guerra obrigou as indústrias

¹¹ Na obra *A Sociedade do Espetáculo* (1970), Guy Debord afirmava que “a sociedade do século XX é uma ‘sociedade do espetáculo’ em que a ‘classe dominante discursa interminavelmente sobre si mesma em um ininterrupto monólogo de auto-elogio’. Tradução de um manifesto em francês e publicada em 1967 com poucas evidências empíricas, argumentava que em sociedades nas quais prevalecem as modernas condições de produção toda a vida se apresenta como uma imensa acumulação de espetáculos. Tudo que era vivido diretamente mudou-se para uma representação. Portanto o espetáculo tornou-se o mundo”. [...] E, “enquanto os professores universitários franceses começavam a discutir a mídia no fim da década de 1960, com pontos de vista bastante diversos, os estudantes universitários envolvidos com *les événements* de 1968 em Paris aprendiam, como os participantes das marchas de protesto de direitos civis nos Estados Unidos, por meio da experiência, e não da pesquisa, como usar a televisão para garantir que fossem vistos e ouvidos. [...] A guerra do Vietnã, longa com fases distintas, foi o primeiro conflito visto na tela, mesmo que de forma seletiva [...], e quando John Glenn entrou em órbita em 1962, o mundo e os Estados Unidos viram seu lançamento; e sete anos depois, as primeiras imagens da Lua foram um prelúdio do que foi saudado como ‘o maior espetáculo da televisão’ - a descida da Apolo XI. Esse foi um evento de mídia, além de tecnológico e científico” (BRIGGS; BURKE, 2004, p. 50-51; 249; 252).

eletrônicas a produzir outros itens, e só em 1946 a televisão vingou, inaugurando um tremendo mercado de consumo, até então inexplorado. Além da própria indústria eletrônica, o poder multiplicador da imagem, em relação à palavra, tornou a televisão o veículo ideal para impulsionar a venda de qualquer idéia [...]. (MAGALHÃES, 1994, p. 325).

Emblemático neste contexto de desenvolvimento tecnológico também o é a história do computador e da informática, contada e recontada por muitos estudiosos e teóricos das mais diversas áreas do conhecimento, cuja constatação, de consenso comum, é a de que a história da computação ou da informática “está intimamente entrelaçada com a Segunda Guerra Mundial” (MATTAR, 2008, p. 118), se bem que, do “ângulo histórico mais geral, as origens da informática são bem mais remotas, perdendo-se nas priscas eras da Antiguidade”, como observam o historiador da ciência Shozo Motoyama e o cientista e jornalista Paulo Marques (1994, p. 376).

Em seus apontamentos para o estudo da informática no Brasil, Motoyama e Marques resgatam que do “ponto de vista da computação moderna, um dos acontecimentos mais importantes é o surgimento em 1624 da ‘Pascalina’, máquina de calcular concebida por Blaise Pascal”. Contudo, foram de Charles Babbage¹², com a criação da “máquina analítica” e da “máquina de diferenças” por volta de 1840, as idéias para a construção do primeiro computador digital: o ENIAC¹³, construído entre 1944 e 1946 pela Universidade da Pensilvânia (EUA), para atender as necessidades de cálculos científicos (tabelas balísticas), em decorrência da Segunda Guerra Mundial (1994, p. 377). A partir de então, de geração em geração, computadores evoluíram e baseados em micro-processadores e silício são inventados na década de 1970 por jovens californianos com o objetivo de revolucionar a sociedade¹⁴.

¹² O conceito de divisão do trabalho estimula igualmente as reflexões de Charles Babbage (1792-1871) sobre a “divisão do trabalho mental”, que o levam a elaborar seus projetos de mecanização das operações da inteligência, a “máquina de diferença” e a “máquina analítica”, ancestrais das grandes calculadoras eletrônicas que precederam a invenção do computador (MATELLART, 1999, p. 15).

¹³ *Eletronic Numerical Integrator an Calculator* ou Computador e Integrador Numérico Eletrônico.

¹⁴ É também na pré-história da Internet, composta de quatro mitos de origem diferentes que, além de sua origem *militar*, de sua comum associação com a comunidade de *engenheiros* eletrônicos e informáticos, e com a comunidade *científica* e *acadêmica* e suas necessidades de intercâmbio de informação que, como um quarto mito, figura os herdeiros da *contracultura californiana* com seus sonhos de um meio de comunicação alternativo que capacitaria uma

Revolução, dita tecnológica, que se concretizou e se acelerou com os recursos da informática aplicados ao “desenvolvimento da cibernética¹⁵, às bases da teoria dos sistemas e da inteligência artificial” (MATTAR, 2008, p. 118), e que, reunidos sob a terminologia de tecnologias da informação e comunicação também foram decisivos para o desenvolvimento e a existência de redes de computadores, sendo a Internet, dentre as conexões de redes entre redes, seu ícone mais popular.

Com o surgimento da Internet e das tecnologias multimídia, combinadas com incontáveis alternativas de comunicação e troca de informações entre indivíduos, organismos sociais, corporações civis e estatais, se intensificaram os padrões gerais de globalização econômica e cultural, situando o debate dos analistas da sociedade contemporânea em torno de suas possibilidades e capacidade em gerar e transmitir informação e conhecimento. Mediante tais prerrogativas tendem a analisá-la sob as denominações de sociedade “pós-industrial” ou “pós-moderna”, como mencionara Hobsbawm (1995). Das inúmeras manifestações e contribuições deste debate a idéia de “sociedade global da informação” ou simplesmente “sociedade da informação” é uma delas, seguida da teoria do cientista social Manuel Castells que propõe, tomando como referencial o paradigma tecnológico-informacional, denominá-la “sociedade em rede”.

1.3. TEORIA CRÍTICA, CRÍTICA DA TECNOLOGIA E O DETERMINISMO TECNOLÓGICO

No século XIX, a revolução do progresso científico e tecnológico, e mais recentemente, as novas tecnologias de informação e comunicação adotaram e adaptaram um modelo de organização social e globalização econômica que aperfeiçoou o consumismo, incrementou o individualismo e gerou conflitos.

Para Nicolau Sevcenko, a precipitação das transformações tecnológicas tende a nos submeter a uma anuência passiva. No entanto, advoga que, o fato de não podermos prever o curso e o ritmo das inovações tecnológicas, e de

comunidade altamente democrática e secundariamente anárquica (RIBEIRO, 2000, p. 475-476).

¹⁵ “Cibernética, a ciência do controle automático e dos processos de comunicação dos animais e equipamentos, foi o título de um estudo pioneiro do norte-americano Norbert Wiener (1894-1964), publicada em 1948 (BRIGGS; BURKE, 2004, p. 190).

que também não podemos resistir a elas, não é verdadeira. Neste sentido, comparte da ideia de que podemos fazer muitas coisas com a técnica, e cada vez mais, graças ao seu incremento, mas se há algo que a técnica não pode prescindir é da crítica, haja vista, dela necessitar para descortinar novos horizontes. Sobre tal percepção, em termos gerais, conclui:

A crítica, portanto, é a contrapartida cultural diante da técnica, e o modo de a sociedade dialogar com as inovações, ponderando sobre seu impacto, avaliando seus efeitos e perscrutando seus desdobramentos. A técnica, nesse sentido, é socialmente consequente quando dialoga com a crítica (SEVCENKO, 2001, p. 17).

Tal perspectiva de diálogo, de crítica a realidade social e de estudos que considerem, além de outros elementos, a presença da técnica na sociedade, um novo gênero de teoria crítica tem origem por volta de 1930 quando da fundação do Instituto de Pesquisas Sociais junto a Universidade de Frankfurt. Considerada como a primeira instituição de orientação marxista, a Escola de Frankfurt, como se tornou conhecido o próprio Instituto e a corrente de pensamento a partir de 1950, visava em seus primeiros estudos, a análise da economia capitalista e a história do movimento operário (MATTELART, 2011, p. 74).

No entanto, o filósofo Max Horkheimer, ao publicar o artigo *Teoria Tradicional e Teoria Crítica* em 1937, opondo-se à concepção teórica tradicional e colocando-se criticamente em relação às filosofias neo-idealistas e empíricas, propõe uma filosofia que desse conta da razão humana no tempo (MORGADO, 2003). Designado diretor do instituto, Horkheimer em conjunto com o musicólogo e também filósofo Theodor Adorno, com o qual publica *Dialética do Iluminismo* em 1947, obra referencial desta corrente de pensamento, redefinem a orientação teórica das pesquisas realizadas até então, revisando e reordenando o método marxista para uma filosofia da cultura, da ética e da psicanálise. Acerca deste processo de reorientação, cuja crítica recai por sobre o fracasso do projeto de autonomia da razão humana, a pesquisadora em ciências da comunicação Isabel Morgado observa que:

A metodologia crítica por eles utilizada consistia em reconhecer todas as formas de opressão potencializadas pela razão histórica (nos discursos e nas atividades), para depois procederem à desmontagem

das ideologias opressoras. Ao invés da razão se apresentar como motor dinamizador das "luzes", do esclarecimento, da emancipação e do progresso do indivíduo e da sociedade onde está inserido, apresenta-se como uma "razão instrumental" que contribuindo para a ilusória imagem que o homem tem de si como senhor da natureza, os benefícios imediatos que estamos a ter das suas riquezas, o inevitável desenvolvimento tecnológico que se prende com as explorações e desenvolvimentos de meios mais eficientes para obter mais saber, poder, tempo e capacidade produtiva, fazem com que se privilegie como valor de interação social, e nas relações do homem com o mundo, o tipo de ação que se denomina de estratégica (MORGADO, 2003, p. 1)

E assim, em busca de um método alternativo para uma "filosofia social", conclui a autora que o reconhecimento ou a identificação das circunstâncias que produziu o estado de crise da razão, com base nas análises e teorias críticas que se foram formando e ocupando as mentes de boa parte dos filósofos do século XIX e autores do século XX e, sobretudo, dos filósofos da Escola de Frankfurt, que em busca de solucionar a problemática de fundo, quer seja, a crítica a autoridade, findam por se utilizar de um contexto teórico comum, a "Teoria Crítica" (MORGADO, 2003). Em outros termos, ao pensamento de Karl Marx juntou-se o de Sigmund Freud, originando a teoria crítica, cuja aplicação visa investigar e analisar o mal-estar das sociedades industrializadas do mundo ocidental (POLISTCHUK; TRINTA, 2003, p. 109).

Panoramicamente, Isabel Morgado faz perceber que por "Teoria Crítica" entende-se uma determinada teoria da sociedade, um método de investigação e uma Escola de Pensamento, considerando-se em sua abrangência, dentre outros aspectos:

[...] o estudo do papel da ciência e tecnologia na sociedade moderna, sendo-lhe atribuído um papel negativo no que à formação da consciência e da razão diz respeito (sobretudo nas obras de Horkheimer, Adorno e Marcuse) e; [...] uma teoria que no fim da década de sessenta e princípio da de setenta, serviu como referência teórica para os movimentos sociais de protesto na Alemanha (MORGADO, 2003, p. 3).

Em seus estudos sobre o "fenômeno ideológico" designado Escola de Frankfurt, o filósofo político Paul-Laurent Assoun ajuíza que a teoria crítica é, antes de qualquer outra classificação, uma teoria da história que é também uma teoria da *Kultur*, segundo o conceito e o sentido que a língua alemã atribui

ao termo. Sua problemática é uma intervenção sobre o curso da política, e o marxismo é a principal referência que a legitima, ou seja:

O marxismo não intervém na problemática frankfurtiana como uma doutrina exterior: é a principal referência teórica que legitima a Teoria Crítica, o que quer dizer ao mesmo tempo que a Crítica encontra necessariamente o materialismo histórico para conseguir a sua passagem à história e que o marxismo não é um "sistema" que rebentaria com a crítica, mas unicamente a ferramenta-piloto da crítica (ASSOUN, 1991, p. 56).

E ao perscrutar sobre a situação histórica que originou a Escola de Frankfurt e que colocou o marxismo em primeiro plano da prática historiográfica, Assoun coloca em retrospectiva que:

No rescaldo da Revolução Bolchevique e da história do comunismo europeu, nomeadamente o alemão, punha-se a questão do próprio sentido do marxismo na atualidade: da República de Weimar à tomada de poder por Hitler, a Escola vê desenrolar-se um drama histórico no qual ela é parte atuante. Para mais, é a época de renovação particularmente ativa da teoria marxista, com George Lukács e Karl Korsch: é nessa situação de "teoria cercada" que a Escola toma o seu lugar (ASSOUN, 1991, p. 56-57).

Dos pensadores-filósofos e colaboradores associados à história da Escola de Frankfurt e relacionados com a autoria da Teoria Crítica destacam-se os nomes de Max Horkheimer, Theodor Adorno, Hebert Marcuse, Walter Benjamin, Eric Fromm, Max Weber, Georg Simmel e Karl Jaspers, que mediante suas linhas de investigação, procuraram intervir com suas teorias e críticas sobre a prática social vigente em busca de uma nova ordem para as relações sociais. Resumidos sob a rubrica da teoria, subjaz a proposta de “transformação da realidade social, objetivando emancipar o homem de um conjunto de relações de poder exploradoras de suas forças e aptidões”, e de “resistência as formas de poder estabelecido” (ASSOUN, 1991, p. 9; MORGADO, 2003, p. 3).

A partir de uma postura teórica particular, dentre as problemáticas e temas das reflexões produzidas por esta escola de pensamento, foram criados os conceitos de “dialética do esclarecimento” e “indústria da cultura” por Adorno e Horkheimer, e que resumidamente destinava sua crítica à transformação e uso da cultura enquanto produto mercadológico, e a propagação da ideologia

por meio de instrumentos de reprodutibilidade técnica. Com o conceito de “dialética do esclarecimento”, Adorno e Horkheimer “introduziram crítica radical à ‘razão instrumental’, que desbancava a ‘razão objetiva’”, segundo apontam e esclarecem os teóricos da comunicação Ilana Polistchuck e Alúzio Trinta, cujo pressuposto originava-se no argumento de que:

Se o iluminismo filosófico do século XVIII chegara a libertar o homem dos misticismos e da mitificação, também lhe havia assegurado o acesso aos benefícios da razão. Todavia, a racionalidade técnica - hoje tecnológica - vigente em sociedades capitalistas e industrializadas, longe de garantir aos seus membros o exercício de um livre arbítrio, os submeteu à dominação ideológica; no mais, aprofundou contrastes sociais pelo desnivelamento socioeconômico (POLISTCHUCK; TRINTA, 2003, p. 111).

Por outro lado, o conceito de “indústria da cultura”, da década de 1940, concebia e destinava crítica à produção em série de bens culturais padronizados com valor econômico e em escala industrial. Sobre este juízo crítico, Polistchuck e Trinta também observam:

A produção em série e a promoção publicitária acarretaram a homogeneização dos padrões de gosto, proporcionando uma deterioração da *Kultur* genuína. A racionalidade técnica havia subordinado os fatos de cultura a um princípio de serialização e uma padronização, “massificando-os”. [...] Conceito-chave da proposição frankfurtiana, a “indústria da cultura” era viva ilustração e ardorosa denúncia do processo capitalista de mercantilização de artefatos culturais. A exploração comercial de produções culturais traria um reforço à dominação ideológica exercida, proporcionando “alienação”, “conformismo político” e “passividade mental”. [...] Em seu intento de agradar sempre a um número extenso e indeterminado de consumidores, a “indústria da cultura” tende a um rebaixamento da qualidade de seus “produtos”, sejam eles de que natureza forem (POLISTCHUCK; TRINTA, 2003, p. 112).

Dignos de nota, neste contexto de conformação e composição do quadro teórico-crítico da Escola de Frankfurt, também o são a colaboração, os estudos e escritos de Walter Benjamin, Herbert Marcuse e Jürgen Habermas. A exemplo, e mesmo antecedendo Adorno e Horkheimer, a crítica de Walter Benjamin também recai sobre a reprodução das obras de arte e a capacidade da sociedade capitalista em debilitar a autenticidade cultural. Em *A Obra de*

Arte na Época de sua Reprodutibilidade Técnica, de 1935, Benjamin faz perceber sua crítica e protesto direcionados a reprodutibilidade de obras de arte por meio de dispositivos técnicos (MATELLART, 1999, p. 77-19).

Em sua essência, a obra de arte sempre foi reprodutível. O que os homens faziam sempre podia ser imitado por outros homens. [...] Em contraste, a reprodução técnica da obra de arte representa um processo novo, que se vem desenvolvendo na história intermitentemente, através de saltos separados por longos intervalos, mas com intensidade crescente. [...] Mesmo na reprodução mais perfeita, um elemento está ausente: o aqui e agora da obra de arte, sua existência única, no lugar em que ela se encontra. [...] O aqui e agora do original constitui o conteúdo da sua autenticidade [...]. A esfera da autenticidade, como um todo, escapa a reprodutibilidade técnica, e naturalmente não apenas à técnica (BENJAMIN, 1955, p. 14).

Herbert Marcuse foi outro importante pensador da Escola de Frankfurt. Crítico da cultura e civilização burguesas, bem como, das formações históricas da classe operária, seus estudos se detiveram na análise de um "mundo moderno" no qual a "instrumentalização" das coisas contagiou os homens. Na década de 1960 seus escritos exerceram forte influência na luta ideológica da época, assim como, nos movimentos estudantis de contestação às instituições regularmente estabelecidas ("establisment"), tanto na Europa quanto nos Estados Unidos (POLISTCHUK; TRINTA, 2003, p. 109).

Marcuse foi das figuras de maior destaque da Escola de Frankfurt, a ponto de se "evocar, em maio de 68, os três 'emes': Marx, Mao e Marcuse". Em sua produção teórica, a obra *O homem unidimensional* de 1964, foi a que lhe valeu celebridade, e sua pretensão estava em desmascarar as novas formas de dominação política, impetrada "sob a aparência de um mundo cada vez mais modelado pela tecnologia e pela ciência, no qual se manifesta a irracionalidade de um modelo de organização da sociedade que subjuga o indivíduo, em vez de libertá-lo" (MATELLART, 1999, p. 80). Para Marcuse, segundo observa Matellart:

A racionalidade técnica, a razão instrumental reduziram o discurso e o pensamento a uma dimensão única, que promove o acordo entre a coisa e sua função, entre a realidade e a aparência, a essência e a existência. Essa "sociedade unidimensional" anulou o espaço do pensamento crítico. (MATELLART, 1999, p. 81).

Nos estudos e observações de Polistchuk e Trinta:

Marcuse se deteve na análise crítica de um "mundo moderno" no qual a "instrumentalização" das coisas contagiou os homens. Desencantado, mas lúcido, afirmou que as formas habituais de discurso dos meios de comunicação muito contribuíram para que tal situação, filosoficamente ruinosa, viesse a se institucionalizar. (POLISTCHUK; TRINTA, 2003, p. 114).

Jürgen Habermas, herdeiro da Teoria Crítica nas problemáticas do presente, é um dos representantes da Escola de Frankfurt que prossegue as linhas de investigações em busca de respostas às questões que perpassam as gerações de críticos sociais. Suas reflexões manifestaram-se no início dos anos 60, com a publicação da obra *Teoria e Prática* em 1963; *Conhecimento e Interesse e Técnica e Ciência como Ideologia*, publicadas em 1968. Nessas obras, “prolongando a ambição fundadora da Teoria Crítica e mostrando os efeitos metodológicos da mesma, empreende a leitura sintomática dos efeitos do tecnicismo e do positivismo como justificação ideológica”, que demanda em “um novo arranjo para a Teoria Crítica, sessenta anos após a fundação do Instituto, e em um mundo historicamente diferente”. Para fins objetivos, “pretende uma teoria da sociedade que contribua para a auto-emancipação das pessoas de todas as formas de coação e dominação sociais” (ASSOUN, 1991, p. 18; MORGADO, 2003, p. 4).

Quanto às questões relacionadas com a ação social e de movimentos sociais, Isabel Morgado enuncia que Habermas o fará no contexto científico que lhe proporcionou a Teoria Crítica, quer seja, em relação às situações histórico-sociais vivenciadas pelo autor, quer em relação às novas informações filosófico-sociológicas disponíveis. Sobre esta proposição, complementa:

À explicação teórica acerca dos movimentos sociais, continua Habermas a exigir, na senda do que fizeram os primeiros teóricos da Escola de Frankfurt, que se dê conta do plano de aplicação prática das ideias. Habermas assume ter que relacionar permanentemente as formulações cognitivas com as produções inerentes ao processo social, fazendo subordinar o conhecimento ao interesse revelado pela espécie humana em alcançar sua identidade, de se reproduzir e coordenar suas ações, quer através das relações de trabalho (relação dos homens com a natureza, como o entendera Marx), quer através da interação linguística/comunicativa (relação dos homens entre si, tal como Habermas o entende) (MORGADO, 2003, p. 4).

Observam Polistchuck e Trinta que Habermas, tendo-se dedicado a analisar a técnica e a ciência em sua qualidade ideológica, anotou que nem a linha positivista nem a teórica-crítica definem de maneira satisfatória a relação, existentes nas modernas democracias, entre o “saber especializado” (ou “tecnologias”) e o uso político que se faz delas. De acordo com estes teóricos, Habermas adianta nesta relação, um “modelo pragmático” de análise, ou seja, um modo de inter-relação crítica que possa ser caracterizado por seu movimento circular, com o qual, procede-se melhor a uma crítica do empirismo (funcionalista ou determinista) em sua pretensa “objetividade” e em suas tentativas de reduzir a análise do real a quantidades, pondo de lado estratégias discursivas e planos histórico-culturais (POLISTCHUCK; TRINTA, 2003, p. 115).

É de Habermas a autoria dos conceitos de “agir comunicacional”, criado em 1981, proveniente da associação entre Comunicação e prática ética; e o conceito de “esfera pública”, apercebendo-se em 1989 que no curso das duas últimas décadas do século XIX estas esferas públicas, originadas com o desenvolvimento do capitalismo na segunda metade do século XVII e palco de debates temáticos e das trocas comunicacionais que animavam a vida burguesa no mundo ocidental, foram tomadas por um Estado agigantado e pela expressão de interesses econômicos próprios e de uma economia em vias de se tornar monopolística (POLISTCHUK; TRINTA, 2003, p. 116-117).

De forma conclusiva, avaliam Polistchuk e Trinta que:

De saída, a teoria habermesiana previra a substituição do monólogo pelo diálogo: e a do trabalho material por atividades de linguagem. O que o modelo teórico de Habermas põe em destaque é a “competência dialógica”, em sua condição de alicerce e esteio do “agir comunicativo”, que tem lugar em um *Lebenswelt* (“mundo da vida”). “Agir comunicacionalmente” quer dizer corrigir as distorções de uma “consciência tecnocrática”, sempre suficiente em si mesma, fazendo o mesmo com o seu modo de se expressar como “razão instrumental” (POLISTCHUK E TRINTA, 2003, p. 118).

Por fim, observa Paul-Larent Assoun que, “filha do materialismo histórico, a Teoria Crítica tem sua filiação assumindo paternidade marxista,

sem perder sua diferença” na qual, ou pela qual, “acentua-se sempre o caráter humano do processo, ou seja, o sujeito social de trabalho e da prática, mais do que o aspecto tecnológico e instrumental” (1991, p. 64-66). Quanto à colaboração de Habermas à teoria crítica, arremata:

[...] em Habermas, o marxismo deve "demonstrar de novo sua força pela análise concreta", o que requer uma "reconstrução do materialismo histórico". [...] É notável que esta correção se faça ao mesmo tempo por uma reativação do componente idealista (transcendental) e por um regresso ao terreno da ciência. Trata-se de reanimar assim o desafio de uma razão "encurralada" pela racionalidade técnica (ASSOUN, 1991, p. 71).

E, em termos conclusivos, Isabel Morgado recapitula:

Os que preconizam os princípios da Teoria Crítica defendem que na sociedade tecnocrática em que vivemos só poderemos emancipar-nos física, intelectual e socialmente, se alcançarmos uma real qualidade de vida, e isso desde que se transformem as condições sócio-econômicas que estruturam essa sociedade (MORGADO, 2003, p. 2)

Mas recentemente, o filósofo canadense Andrew Feenberg vem retomando o pensamento de Hebert Marcuse e atualizando os princípios da Teoria Crítica, por meio dos quais destaca aspectos contextuais da tecnologia ignorados pela Escola de Frankfurt, a partir da idéia de que a tecnologia não implica simplesmente no controle racional da natureza, mas que seu desenvolvimento e impacto são intrinsecamente sociais (DAGNINO, 2006, p. 78).

Em seus estudos e pesquisas no campo da filosofia da tecnologia, Feenberg tem criado conceitos e organizado teorias que deram origem à Teoria Crítica da Tecnologia, com a qual visa, sobretudo, discutir sobre a repercussão e efeitos da tecnologia sobre a sociedade contemporânea. Seu trabalho tanto aspira quanto aguça a necessidade em se refletir e discutir sobre o fenômeno da tecnologia, que não seja por sua íntima relação com a ciência, como as reflexões que emanaram das clássicas discussões filosóficas nas quais, segundo o sociólogo Michelangelo Trigueiro (2008), pensava-se a tecnologia como ciência aplicada ("neta da filosofia") – uma "engenharia de conceitos" – e

não como uma forma de conhecimento própria, mais antiga que a ciência e sempre presente em toda a história humana.

Em nota autobiográfica, o próprio Feenberg expressa às questões e argumentos que o motivaram e que deram origem à sua teoria:

A sociologia da tecnologia sofria uma revolução de si mesma nos anos 1980 com a emergência das polêmicas entre a escola do construtivismo social e a teoria de rede de atores tanto na Inglaterra quanto na França. Tinha conhecimento desses debates e com eles muito aprendi, mas estava insatisfeito com a recusa das duas escolas de pensamento em engajarem-se com os temas mais amplos da modernidade levantados pela Escola de Frankfurt. No entanto, a nova sociologia da tecnologia não oferecia uma metodologia frutífera e argumentos fortes contra o determinismo tecnológico que poderiam ser empregados para apoiar a idéia de mudança democrática na esfera técnica. Minha abordagem é informada pelos estudos tecnológicos contemporâneos e, desse modo, alcança um nível de concreticidade que Marcuse não logrou em sua obra. No entanto, acredito que pode ser, de certa maneira, ligada à tradição a que Marcuse se integra. Portanto, eu a chamarei de “teoria crítica da tecnologia” (FEENBERG, 2012, p. 3).

Assim, com uma visão não-determinista da tecnologia na sociedade moderna, segundo avalia o sociólogo Ricardo Neder, a Teoria Crítica de Feenberg dialoga e polemiza com as demais perspectivas, ao tempo em que renova a matriz crítica sobre racionalidade instrumental e tecnologia na tradição da Escola de Frankfurt. E se os marxistas, embebidos de crítica às relações de poder, destacavam mais um ambiente de racionalidade instrumental em geral, Feenberg direciona sua crítica à apologia da tecnologia sob o socialismo real. Para Neder a teoria de Feenberg, mesmo que herdeira da tradição marcuseana, é significativa por razões que resultaram, com base nos estudos construtivistas contemporâneos, na elaboração de uma filosofia que tem implicações para a ação social e política, cultural e político-cognitiva numa sociedade dita do conhecimento, e que reforça a proposta de que seja aberta a “caixa-preta dos códigos técnicos” (2010, p. 11). Em outras palavras, sentencia Neder:

[...] trata-se de estabelecer regimes sociais de regulação para democratizar os circuitos complexos entre conhecer os detalhes dos modos operatórios e atuar democraticamente para retificar, superar ou proibir, transformar e revolucionar tecnologias nocivas embora lucrativas. Para tornar esta tarefa mais acessível ou prática

necessitamos de uma filosofia das formas de subjetivação dos sujeitos. (NEDER, 2010, p. 12)

Desse modo, e em extenso debate que revisa as teorias filosóficas da tecnologia, dentre as quais as teorias de Heidegger, Habermas e Borgman, consideradas como de concepção essencialista e a-histórica, a filosofia de Feenberg funda a teoria crítica da tecnologia visando, dentre outras finalidades, confrontar os princípios do determinismo tecnológico e, do mesmo modo, os fundamentos do construtivismo social, propondo que se analise o sentido político e social dos dispositivos técnicos. Na avaliação de Trigueiro:

O trabalho de Feenberg constitui, neste entendimento, uma boa síntese do que pode representar um lado promissor para o tratamento contemporâneo da tecnologia. Ao desenvolver sólida argumentação contra a abordagem dominante na Sociologia da Ciência, e o legado de Max Weber – a respeito de sua teoria sobre a racionalização do mundo moderno, notadamente a isenção de uma "ética de responsabilidade" quanto à esfera da ciência, e a forte demarcação entre a ciência e a política ou a prática –, Feenberg apresenta a idéia de "Racionalização Democrática" – um novo modo de racionalização, consentâneo ao atual estágio do desenvolvimento científico-tecnológico – e amplia consideravelmente o entendimento a respeito da natureza, do papel e do lugar da ciência e da tecnologia no contexto contemporâneo (TRIGUEIRO, 2008, p. 190).

Para Feenberg “a tecnologia não é só o controle racional da natureza: tanto seu desenvolvimento, quanto seu impacto são intrinsecamente sociais”. Daí resulta seus argumentos e a proposta de racionalização subversiva da tecnologia, ou seja, a “democratização dos processos técnicos” (2010, p. 105-106). De seus argumentos e crítica, decorre o entendimento de que:

A tecnologia é uma das maiores fontes de poder nas sociedades modernas. Quando as decisões que afetam nosso dia-a-dia são discutidas, a democracia política é inteiramente obscurecida pelo enorme poder exercido pelos senhores dos sistemas técnicos [...]. Eles possuem muito mais controle sobre os padrões de crescimento urbano, o desenho das habitações, dos sistemas de transporte, a seleção das inovações, sobre nossa experiência como empregados, pacientes e consumidores do que o conjunto de todas as instituições governamentais da sociedade (FEENBERG, 2010, p. 105).

Segundo Feenberg, Marx constatou o início de tal conjuntura social, política e tecnológica em meados do século XIX, e em palavras próprias discorre:

Ele [Marx] argumentava que a tradicional teoria democrática teria errado ao tratar a economia como um domínio extra político, regido por leis naturais como a lei da oferta e da procura. Afirmava que permaneceremos alienados e sem uma verdadeira cidadania enquanto não tivermos voz ativa no processo das decisões industriais. A democracia deve ser estendida do domínio político para o mundo do trabalho. Esta é a demanda fundamental por trás da ideia de socialismo. As sociedades modernas foram desafiadas por essa demanda por mais de um século. [...] em muitos países, as vitórias parlamentares ou as revoluções levaram ao poder partidos voltados para o seu alcance. Porém, ainda hoje, parece que não estamos mais perto da democratização industrial do que nos tempos de Marx (FEENBERG, 2010, p. 108).

E se “para muitos críticos da sociedade tecnológica Marx é hoje irrelevante, um crítico antiquado da economia capitalista”, Feenberg discorda e contra argumenta:

Creio que Marx tem insights importantes para a filosofia da tecnologia. Ele centralizava seu interesse na produção porque este era o principal domínio de aplicação da tecnologia em seu tempo. Com a penetração da mediação técnica em toda esfera da vida social, as contradições e potenciais que ele identificou na tecnologia continuam válidos. Tento trazer a teoria de Marx para explicar a temática geral do poder tecnocrático [...]. Num estágio final, que Marx não previu, as técnicas de gerenciamento e a organização e os tipos de tecnologia anteriormente aplicados no setor privado são exportados ao setor público onde influenciam campos como administração governamental, medicina e educação. O ambiente total da vida social submete-se à regra da técnica (FEENBERG, 2012, p. 9).

Quer se queira, quer não, o poder democrático ou mais especificamente a tecnocracia¹⁶ é uma tendência das sociedades modernas, ou como nas

¹⁶ A palavra tecnocracia foi inventada em 1919 por William Henry Smyth, inventor e engenheiro californiano. Adotada por Howard Scott, popularizou-se entre 1933-34, quando a tecnocracia luziu momentaneamente como movimento social e panacéia para a depressão. Quando se tornou nacionalmente popular graças a Scott, a palavra foi repudiada por Smyth, o qual afirmou que, ao utilizá-la, Scott fundia tecnologia e autocrata "governo de técnicos responsáveis perante ninguém", enquanto sua palavra original implicava um "governo do povo, tornado efetivo por intermédio de seus servidores, os cientistas e técnicos". Na França, onde a noção de tecnocracia foi mais amplamente discutida que em qualquer outro país, a mesma foi definida como "um sistema político, na qual a influência determinante é exercida pelos técnicos

argumentações de Feenberg é uma extensão de tal sistema à sociedade como um todo em resposta ao alastramento da tecnologia e gerenciamento a todos os setores da vida social e que armada contra as pressões públicas, sacrifica e ignora valores e necessidades que se apresentem incompatíveis com sua própria lógica de reprodução e perpetuação de suas tradições técnicas. Pelo mesmo viés argumentativo, complementa Feenberg:

A tendência tecnocrática das sociedades modernas representa um caminho possível de desenvolvimento, um caminho que é peculiarmente obstruído pelas exigências do poder. Como Dewey, e pode surpreendê-los saber, como Marcuse, creio que a tecnologia tem outros potenciais benéficos que são suprimidos sob o capitalismo e pelo socialismo de Estado que poderia emergir ao longo de um caminho desenvolvimentista diferente (FEENBERG, 2012, p. 10).

Seja como for, e nas palavras apreciativas e conclusivas de Ricardo Neder:

Feenberg reabre, após Marcuse, a crítica aos sistemas técnicos. Concorde que é dramático e irremediável o sentido da perda (humana e afetiva) inerente à racionalização técnica [...]. Para Feenberg a tecnologia é um meio pelo qual a coordenação-ação instrumental substitui a compreensão comunicativa mediante objetivos marcados pelo interesse em qualquer esfera social. Esta coordenação sufoca as possibilidades de sistemas regulares de consulta e democracia entre os senhores dos sistemas técnicos e a população. A teoria crítica da tecnologia de Feenberg nos convida a conectar tal compreensão aos esforços de resistência dos movimentos em favor da abertura das especificações das tecnologias de informação, farmacêuticas, médicas, midiáticas, ambientais, alimentício-nutricionais, saberes populares e étnicos. (NEDER, 2010, p. 12-16)

Dentre as teorias discutidas por Feenberg que se ocupam em analisar a presença e o papel da tecnologia na sociedade, e que se contrapõe à sua perspectiva de que “tecnologia não é só o controle racional da natureza: tanto seu desenvolvimento, quanto seu impacto são intrinsecamente sociais” (2010, p. 108), está uma das teorias mais populares na contemporaneidade, reconhecidamente denominada de Determinismo Tecnológico.

Considerando a tecnologia como uma força motriz da história, na qual o conhecimento do mundo natural serve ao homem para adaptar a própria

da Administração e da Economia”, e o tecnocrata, por sua vez, é “um homem que exerce a autoridade em virtude da sua competência técnica” (BELL, 1973).

natureza, o determinismo tecnológico esteve subjacente à visão marxista e socialista clássica mediante o fenômeno técnico e o progresso capitalista (NEDER, 2010, p. 5). O conceito, segundo Feenberg “se baseia na suposição de que as tecnologias têm uma lógica funcional autônoma, que pode ser explicada sem se fazer referência à sociedade”. Sob esta noção conceitual, esclarece:

Presumivelmente, a tecnologia é social apenas em relação ao propósito a que serve e propósitos estão na mente do observador. A tecnologia se assemelharia assim à ciência e à matemática, devido à sua intrínseca independência do mundo social. No entanto, diferentemente da ciência e da matemática, a tecnologia tem impactos sociais imediatos e poderosos. Pode parecer que o destino da sociedade diante da tecnologia seja ficar dependente de uma dimensão não-social que age no meio social sem, entretanto, sofrer uma influência recíproca (FEENBERG, 2010, p. 108).

Quanto à contribuição da teoria e postura de Marx nas discussões sobre interveniência e mediação tecnológica nas relações de produção e na vida em sociedade, o engenheiro e cientista social Renato Dagnino, em seu debate sobre tecnociência, na questão que polariza a neutralidade da ciência e o determinismo tecnológico, também observa que foi no ensaio “A miséria da Filosofia”, publicado entre 1846 a 47, que Marx apresentou, na visão de seus seguidores, evidente aceitação do determinismo tecnológico, ao sugerir relação de causalidade entre as forças produtivas e as relações de produção. No entanto, prossegue Dagnino, a compreensão da C&T desenvolvida por Marx é contraditória, no que tange a sua compreensão de como se dá a construção social: há momentos em que a tecnologia apresenta-se como elemento neutro, meramente instrumental e que, o que importa é sua apropriação pela classe operária. Em outros, é vista como trazendo intrinsecamente consigo elementos de subordinação e maior exploração do trabalhador. Mas, independente das divergentes opiniões, considera Dagnino que Marx, em sua “abordagem social da tecnologia, incorpora o desenvolvimento tecnológico como um elemento constitutivo das explicações históricas, ou seja, do papel absolutamente central da mudança tecnológica na história, espalhadas e reiteradas em muitas de suas numerosas obras” (2006, p. 31-33).

Entretanto, para além de concepções não-deterministas, o conceito de determinismo tecnológico, criado em 1940 pelo sociólogo americano Thorstein Veblen e aperfeiçoado por Robert Ezra Park, foi o marco inicial que originou a corrente teórica inovadora, e partia do princípio de que os recursos tecnológicos estavam alterando a estrutura e as funções da sociedade. Por meio desta teoria, procura-se explicação para os fenômenos sociais e históricos, tomando-se da tecnologia como fator principal de análise.

Neste grupo de teóricos, destacam-se nomes como os de Harold Innis, historiador e economista canadense e seu conterrâneo filósofo educador e teórico da comunicação Marshall McLuhan; o autor norte-americano e teórico da comunicação Neil Postman, e o filósofo francês Jacques Ellul. Reunidos defendem a hipótese de que, independente do uso social que se faça, a tecnologia é capaz de produzir seus próprios efeitos, e sua força possui a capacidade de moldar a vida e a sociedade.

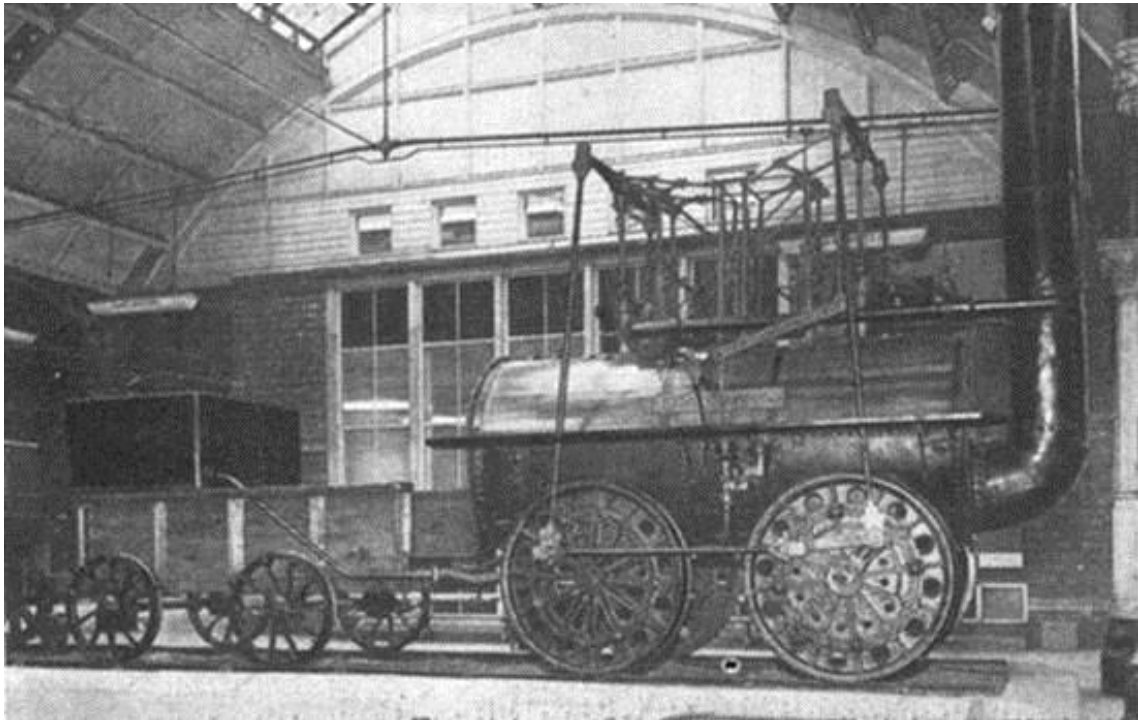


FIGURA 1. FERROVIA

A Locomotion nº 1 foi a locomotiva pioneira de George Stephenson, que inaugurou a primeira ferrovia do mundo - de Stockton a Darlington - no dia 27 de setembro de 1825. Fonte: <http://www.novomilenio.inf.br>.



FIGURA 2. RADAR

O primeiro dispositivo para detectar objetos a longas distâncias foi construído pelo cientista alemão Christian Hülsmeyer, em 1904. Fonte: <http://www.radarworld.org>.

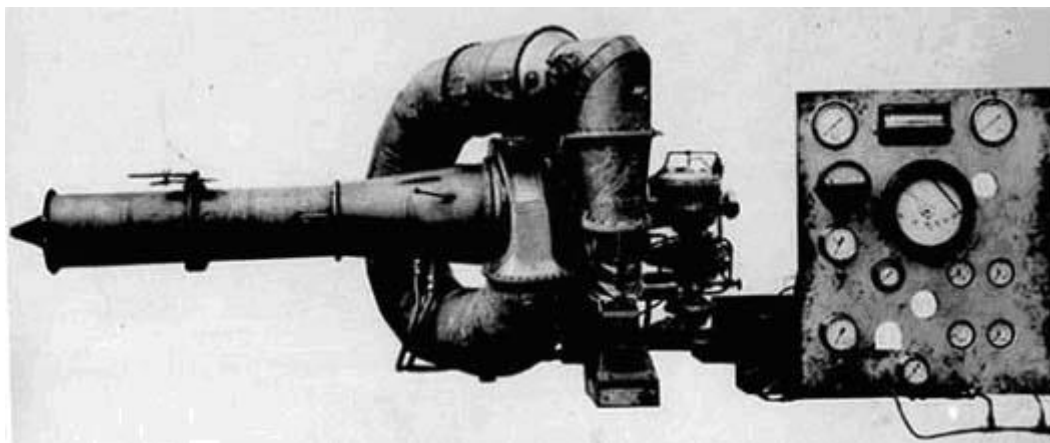


FIGURA 3. MOTOR A JATO – MODELO ORIGINAL WU COM PAINEL DE INSTRUMENTOS

O motor a jato foi inventado em 1929 pelo piloto e inventor inglês Frank Whittle, que foi o primeiro a utilizar o motor a jato na propulsão de aeronaves. Fonte: <http://eaglesgate.com>

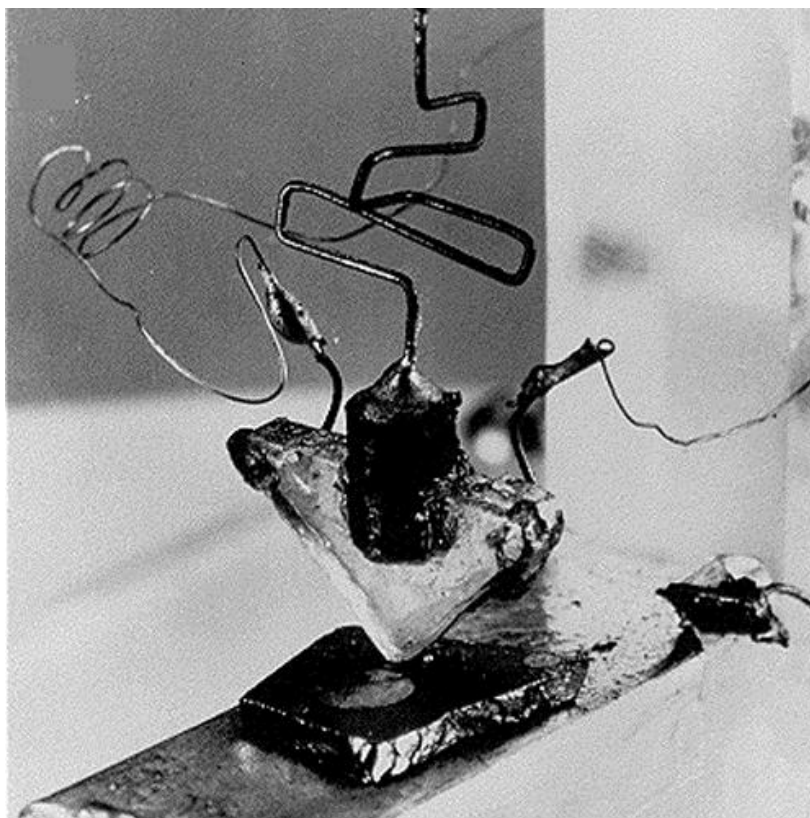


FIGURA 4. TRANSITOR

O Prêmio Nobel de 1956 foi conferido aos pesquisadores John Bardeen, William Shockley e Walter Brattain pela invenção do transistor, em 1947. Fonte: <http://www.newtoncbraga.com.br>



FIGURA 5. KENBAK-1

O Kenbak-1 foi o primeiro computador pessoal lançado em 1971.
Fonte: <http://www.museudocomputador.com.br>.

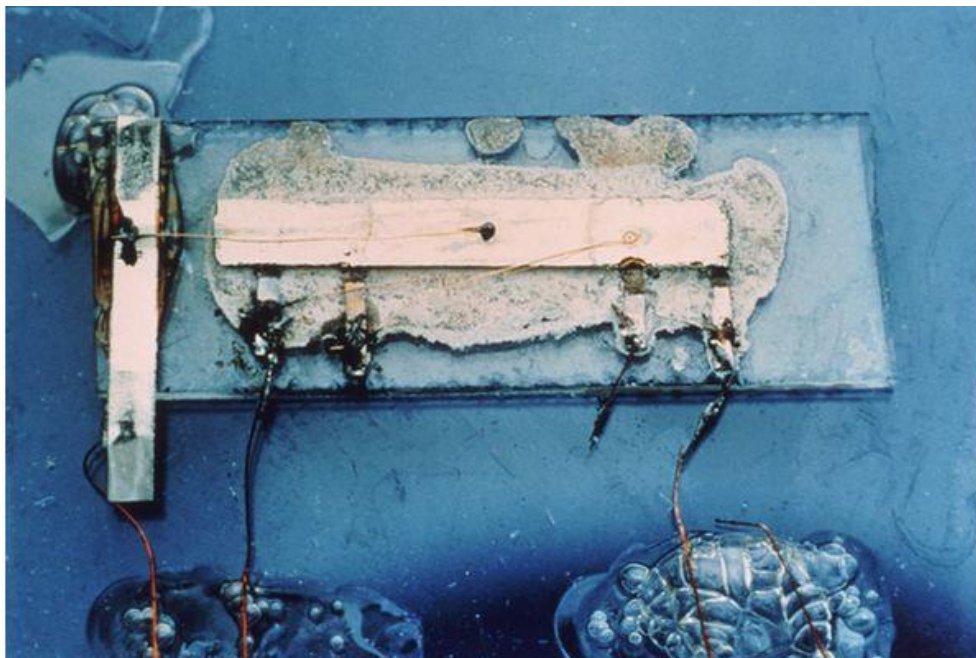


FIGURA 6. CIRCUITO INTEGRADO

Protótipo do primeiro circuito integrado, desenvolvido por Jack S. Kilby em 1958. Fonte: <http://www.techtudo.com.br>.



FIGURA 7. FOGUETES ESPACIAIS

O Foguete V2, criação do engenheiro alemão Wernher von Braun, foi o míssil balístico que revolucionou a tecnologia bélica durante a II Guerra Mundial. Fonte: <http://historica.com.br>



FIGURA 8. RÁDIO

Guglielmo Marconi, físico e inventor italiano, ao lado do primeiro rádio do mundo em 1895. (Sobre a invenção do rádio existem várias histórias controversas. Uma delas registra que o padre brasileiro Roberto Landell de Moura teria sido o inventor do primeiro radio, dois anos antes do italiano Marconi). Fonte: <http://imastoria.blogspot.com.br>.



1928 Baird Model "B"

FIGURA 9. TELEVISÃO

Um dos três modelos da primeira linha comercial de TV oferecido ao público por Baird da Grã-Bretanha em 1928.

Fonte: <http://www.wired.com>.

CAPÍTULO 2

Paradigmas de uma Sociedade de Redes

“A história é objeto de uma construção cujo lugar não é o tempo homogêneo e vazio, mas um tempo saturado de agoras”.

Walter Benjamin

“Palavras são testemunhas que muitas vezes falam mais alto que os documentos”.

Eric Hobsbawm

No século XX, outro fenômeno característico que toma impulso e que também decorre da Revolução Industrial, é o fenômeno econômico da globalização. Historicamente, para alguns estudiosos, suas origens têm raízes na era do Renascimento e no advento das Grandes Navegações, quando houvera o incremento do comércio entre diferentes regiões do mundo europeu e quando, gradualmente, se necessitou aumentar a produção, com a consequente substituição do trabalho artesanal e da manufatura pela máquina movida a vapor e pela energia elétrica. Indissociável de conceitos como "hegemonia e dominação", sua dinâmica e efetivação consiste na intensificação das relações econômicas e padronização das relações culturais entre as nações (isto é, na apropriação de riquezas e implantação de sistemas de poder), e mais incisivamente onde constantes inovações tecnológicas são capazes de diluir distâncias e transcender fronteiras nacionais.

No decorrer do século, a expansão dos mercados financeiros e de empresas transnacionais, especialmente a partir da década de 1950, correspondeu aos mecanismos econômicos de maior significância quanto à ampliação dos espaços de lucro e de mercadorias que conduziram as sociedades ao mundo globalizado da informação, da padronização cultural e do consumo generalizado. Acerca deste contexto socioeconômico, Eric Hobsbawm, ao tratar do complexo de transformações do Breve Século XX, salienta que as “sociedades ao perderem seus limites regionais também se tornaram transnacionais e desintegraram os velhos padrões de relacionamento

social” (1995, p. 23). Em peculiar observação comparativa, tomando como denominador características da globalização e seu conseqüente transnacionalismo, e como referência o período compreendido entre o começo e o fim do século, tece as seguintes considerações:

[...] não podemos comparar o mundo do final do Breve Século XX ao mundo de seu início, em termos de contabilidade histórica de "mais" e "menos" [...]. Entre 1914 e o início da década de 1990 o globo foi muito mais uma unidade operacional única, como não era e não poderia ter sido desde 1914. Na verdade, para muitos propósitos, notadamente em questões econômicas, o globo é agora a unidade operacional básica, e unidades mais velhas como as "economias nacionais", definidas pelas políticas de Estados territoriais, estão reduzidas a complicações das atividades transnacionais. O estágio alcançado na década de 1990 na construção da "aldeia global" — expressão cunhada na década de 1960 (McLuhan, 1962) — não parecerá muito adiantado aos observadores de meados do século XXI [...]. Talvez a característica mais impressionante do fim do século XX seja a tensão entre esse processo de globalização cada vez mais acelerado e a incapacidade conjunta das instituições públicas e do comportamento coletivo dos seres humanos de se acomodarem a ele. É curioso observar que o comportamento humano privado teve menos dificuldade para adaptar-se ao mundo da televisão por satélite, ao correio eletrônico, às férias nas Seychelles e ao emprego transoceânico. (HOBSBAWM, 1995, p. 23-24).

Sobre tais paradigmas, e no que também se constitui condições *sine qua non* no cenário de debates sobre a formação da modernidade, o sociólogo Anthony Giddens, sugere que a globalização tanto pode ser definida quanto entendida segundo:

[...] a intensificação das relações sociais em escala mundial, que ligam localidades distantes de tal maneira que acontecimentos locais são modelados por eventos ocorrendo a muitas milhas de distância e vice-versa. Este é um processo dialético porque tais acontecimentos locais podem se deslocar numa direção anversa às relações muito distanciadas que os modelam. A transformação local é tanto uma parte da globalização quanto a extensão lateral das conexões sociais através do tempo e do espaço (GIDDENS, 1991, p. 60).

Por sua vez, o sociólogo brasileiro Octavio Ianni, voltando-se para as mesmas características ou para os “horizontes que se descortinam com a globalização, sugere mapear suas teorias como um recurso com o qual se possa melhor alcançar esclarecimentos sob as configurações e movimentos da sociedade global”. Da mesma forma, sugere que o “problema da globalização

em suas implicações empíricas e metodológicas, ou históricas e teóricas, possa ser colocado de modo inovador e heurísticamente, cuja reflexão recaia sobre algumas das metáforas originadas pelos desafios reflexivos e imaginativos colocados ao pensamento científico daí decorrentes, ou paralelamente suscitados com a transformação e declínio do século” (1997, p. 11-12). Dentre as metáforas¹ elencadas e discutidas, sobre a expressão “Aldeia global” impressa pelo teórico da comunicação Marshall MacLuhan², ora mencionada por Hobsbawm (1995), e que possivelmente seja das mais conhecidas, discorre Ianni:

“Aldeia global” sugere que, afinal, formou-se a comunidade mundial, concretizada com as realizações e as possibilidades de comunicação, informação e fabulação abertas pela eletrônica. Sugere que estão em curso a harmonização e a homogeneização progressivas. Baseia-se na convicção de que a organização, o funcionamento e a mudança da vida social, em sentido amplo, compreendendo evidentemente a globalização, são ocasionadas pela técnica e, neste caso, pela eletrônica [...]. Na aldeia global, além das mercadorias convencionais, sob formas antigas e atuais, empacotam-se e vendem-se informações. Estas são fabricadas como mercadorias e comercializadas em escala mundial. As informações, os entretenimentos e as ideias são produzidas, comercializadas e consumidas como mercadorias (IANNI, 1997, p. 16).

Assim, se no início da globalização, a imprensa³ foi a tecnologia que possibilitou ao europeu expandir sua informação e consequentemente sua civilização, na “aldeia global”, como observa Ianni, prevalece a mídia eletrônica como um poderoso instrumento de comunicação, informação, compreensão,

¹ Demais expressões e metáforas citadas pelo autor na obra Teorias da Globalização são: “fábrica global”, “terra-pátria”, “nave espacial”, “nova babel” (IANNI, 1997, p. 15).

² MacLuhan via nas tecnologias usadas na comunicação os fatores desencadeadores do nascimento e consolidação do sistema social, assim como os marcos de dominação política. Acreditava com profunda convicção que as mídias definem o ambiente do homem e da sociedade, alterando todos os aspectos da vida. Com as expressões “o meio é a mensagem” e “aldeia global” procurava sintetizar suas ideias centrais. Com a noção de “aldeia global” queria alertar no sentido de que o progresso tecnológico estava reduzindo todo o planeta à mesma situação que ocorre em uma aldeia, ou seja, a possibilidade de se intercomunicar diretamente com qualquer pessoa que nela vive (VICENTE, 2009).

³ De certa forma, e distinguindo a relevância desta tecnologia para a história e estrutura de sistemas sociais, observa Giddens que: “o cotejo, análise e recuperação de informação que estimula e expressa a historicidade são possibilitados, em primeiro lugar, pelo desenvolvimento da imprensa e da alfabetização em massa; e, em segundo lugar, pela invenção dos meios eletrônicos de comunicação. Cada um desses processos expandiu o distanciamento de seu autor; a imprensa é, em sua maior parte, uma extensão quantitativa de tal distanciamento. Os meios eletrônicos separam a presença no tempo da presença no espaço, um fenômeno de importância decisiva para as formas contemporâneas de coletividade” (GIDDENS, 2006, p. 23).

explicação e imaginação sobre o que acontece pelo mundo. Em conjunto com a imprensa, tende a desempenhar o singular papel de intelectual orgânico dos centros mundiais de poder e dos grupos dirigentes das classes dominantes. Articulada com as organizações e empresas transnacionais predominantes nas relações, processos e estruturas de dominação política e apropriação econômica, tecem o mundo em comum acordo com a ‘nova ordem econômica mundial’ (1997, p. 95).

Para Ianni a “aldeia global pode ser uma metáfora e uma realidade, uma configuração histórica e uma utopia”. Possibilidades “possíveis” desde que as técnicas da eletrônica intensificaram e generalizaram as comunicações para além das fronteiras, e aceleraram processos já em desenvolvimento no âmbito das relações internacionais, das organizações multilaterais e das corporações transnacionais. Do mesmo modo, pondera que em fins do século XIX e começo do XX, o que era mundialmente conhecido como monopólios, trustes e cartéis na tessitura de geoeconomias e geopolíticas de sistemas imperialistas ou economias-mundo, prenunciavam os contornos do que então seria a aldeia global, na mesma medida em que se desenvolviam as relações, os processos e estruturas de dominação e apropriação que constituíam a sociedade global, intensificadas e generalizadas com a crescente mobilização de técnicas eletrônicas (1997, p. 98). Na base da aldeia global, destaca o avanço da informatização e a presença das técnicas eletrônicas na composição de uma “vasta e labiríntica máquina universal” e que onipresente, opera múltiplas mensagens (1997, p. 99).

E como cada época, segundo anuncia Milton Santos, “se caracteriza pelo aparecimento de novas possibilidades concretas, modificam equilíbrios preexistentes e procura impor sua lei” (1997, p. 48), os anos da década de 1970⁴, além da crise do petróleo e das medidas de liberação que forneceram às empresas transnacionais as circunstâncias para que sistematicamente se difundissem pelo mundo e que desde então, denominassem o período de tal

⁴ No início da década de 1970, segundo relatam Briggs e Burke, foi a reação do Terceiro Mundo ao domínio norte-americano na geração e distribuição da informação (“hegemonia”), e não a pressão política ou a opinião interna norte-americana, que levou a informação para o centro do debate internacional. [...] Nas ciências biológicas a descoberta do DNA (ácido desoxirribonucleico), o portador da informação genética - a maior descoberta da década de 1960 - deu novo impulso ao que foi chamado de “paradigma da informação”, e a informação foi considerada o princípio organizacional da própria vida” (BRIGGS; BURKE, 2004, p. 255; 260).

fenômeno econômico de “era da globalização”, também registraram a expansão conjunta de modificações tecnológicas que ficou conhecida como Revolução Técnico-Científica, ou como melhor se propalou: revolução das tecnologias de informação e comunicação. Modificações ou revolução tecnológica, nas quais ou pela qual as “técnicas eletrônicas, compreendendo a micro-eletrônica, a automação, a robótica e a informática em suas redes e vias de alcance global, intensificaram e generalizaram as capacidades dos processos de trabalho e produção”, e se apresenta, segundo considera Ianni, como uma das características mais notáveis da globalização do capitalismo (1997, p. 157). Sobre o mesmo contexto, no qual a economia mundial e as políticas de investimento além fronteiras passam a articular-se por meio de, e a usufruir das potencialidades das tecnologias, de circuitos eletrônicos e respectivos mecanismos de disseminação de informações, descreve Sevcenko:

[...] A especulação com moedas e títulos de diferentes naturezas, na esfera ampla do mercado globalizado, se tornou por si só um atrativo irresistível para os agentes financeiros. Nesse sentido, eles foram beneficiados não só pelas medidas de liberalização e desregulamentação dos mercados, mas também pelas conquistas das novas tecnologias microeletrônicas. A multiplicação, num curtíssimo intervalo, de redes de computadores, comunicações por satélite, cabos de fibras ópticas e mecanismos eletrônicos de transferência de dados e informações em alta velocidade, desencadeou uma revolução nas comunicações, permitindo uma atividade especulativa sem precedentes. A rapidez dos fluxos nessa rede mundial tornou o papel-moeda praticamente obsoleto, estimulando fluxos contínuos de transações eletrônicas, que passaram a atuar 24 horas, acompanhando o ciclo dos fusos horários [...]. Cada fração de segundo em que uma informação nova possa ser traduzida pelo simples toque de uma tecla eletrônica transfere volumes fabulosos de recursos de uma parte do mundo para outra e de milhares de fontes para as contas de um pequeno punhado de agentes privilegiados (SEVCENKO, 2001, p. 29-30).

Face a face, ou como um novo ciclo de expansão do capitalismo, tal imperativo tecnológico nos negócios toma tamanha amplitude por um lado, devido ao papel valorativo da informação em escala mundial e por outro, por ser resultado de um mundo em franca e concretizada globalização, no qual as corporações mundiais integradas em “rede” consolidam-se com novas dinâmicas globais, regionais e locais.

Ainda na mesma década, a origem do termo “Sociedade da Informação” emerge, especialmente nos Estados Unidos e Japão, e tende a reforçar o relevante papel que a geração, disseminação e aplicação efetiva da informação, aliada ao impacto da evolução e inovações da revolução tecnológica, com a marcante influência dos novos sistemas de comunicação, nos quais se destacam a televisão e redes de computadores (leia-se: Internet), passa a desempenhar fator decisivo nos setores econômicos, social, cultural e político das nações. Segundo Armand e Michéle Mattelart:

Nesses anos 70, acumulam-se nos grandes países industriais os relatórios oficiais sobre o futuro da "sociedade da informação". Em 1978, é publicada A informatização da sociedade, de Simon Nora e Alain Minc. Inaugurando o termo "telemáticas" (que traduz a crescente interpenetração entre os computadores e as telecomunicações), esse relatório propõe apostar nas novas tecnologias da informação e da comunicação para sair da crise econômica e política, qualificada de "crise de civilização". Graças a um "novo modo global de regulação da sociedade", o "sistema nervoso das organizações e da sociedade como um todo" deveria "recriar uma ágora informacional, ampliada para as dimensões da nação moderna" e deixar desabrochar a "abundância da sociedade civil" (MATTELART, 2011, p. 128).

Assim, como se pode ver, em uma simples visão dessa sociedade da informação e de sua informatização, a ênfase recai sobre a importância e aplicação da informação e de inovações tecnológicas a partir de qualquer situação ou lugar social e que, em breve definição ou em comum compreensão como observam Polistchuck e Trinta, destaca a “reorganização dos modos de relação e das culturas humanas, bem como o crescimento da produção e da distribuição de bens, sem esquecer-se da vivência política” e nem mesmo segundo concluem, de “que não se pense estar diante de um processo homogêneo, ainda que se leve em conta o peso específico da globalização” (2003, p. 163).

Mas será em fins da década de 1980 e início da década de 1990, definitivamente hegemônico e com a roupagem de neoliberalismo, que se afirma o capitalismo globalizado e o paradigma de uma nova “economia informacional”, cujo potencial tem sido determinado e catalisado por fluxos de informação e redes de intercâmbios instrumentais que simbolizam a transição, caracterizam a emergência de dinâmicas diferenciadas e de novas condições

históricas à produtividade, bem como, de uma nova terminologia à organização social, o de sociedade em rede, segundo propõe e teoriza Manuel Castells:

Gostaria de fazer uma distinção analítica entre as noções de “Sociedade da Informação” e “Sociedade Informacional” com conseqüências similares para economia da informação e economia informacional. O termo sociedade da informação enfatiza o papel da informação na sociedade. Mas afirmo que informação, em seu sentido mais amplo, por exemplo, como comunicação de conhecimentos, foi crucial a todas as sociedades, inclusive à Europa medieval que era culturalmente estruturada e, até certo ponto, unificada ao escolasticismo [...]. Ao contrário, o termo informacional indica o atributo de uma forma específica de organização social em que a geração, o processamento e a transmissão da informação tornam-se as fontes fundamentais de produtividade e poder devido às novas condições tecnológicas surgidas nesse período histórico. [...] Uma das características principais da sociedade informacional é a lógica de sua estrutura básica em redes, o que explica o uso do conceito de “sociedade em rede” [...] Contudo, outros componentes da “sociedade informacional”, como movimentos sociais ou o Estado, mostram características que vão além da lógica dos sistemas de redes, embora sejam muito influenciadas por essa lógica, típica da nova estrutura social. Dessa forma, “a sociedade em rede” não esgota todo o sentido da “sociedade informacional” (CASTELLS, 1999, p. 46)

E sobre a concepção de uma economia informacional tendo em vista a complexidade das relações em termos de informação e influência da lógica de redes, resguarda-se o autor na concepção e consideração de que:

Uma nova economia, informacional e global, surgiu nas duas últimas décadas. É informacional, porque a produtividade e a competitividade de unidades ou agentes nessa economia dependem basicamente da sua capacidade de gerar, processar e aplicar de forma eficiente a informação baseada em conhecimentos. É global porque as principais atividades produtivas estão organizadas em escala global, diretamente ou mediante uma rede de conexões entre agentes econômicos. É informacional e global porque a produtividade é gerada e a concorrência é feita em uma rede global de interação. E ela surgiu no último quartel do século XX porque a Revolução da Tecnologia da Informação fornece a base material indispensável para essa economia. É a conexão histórica entre a base de informação/conhecimentos da economia, seu alcance global e Revolução da Tecnologia da Informação que cria um novo sistema econômico distinto (CASTELLS, 1999, p. 87).

Nesse novo sistema econômico, tanto a globalização quanto sua aliada, as redes de informação, comunicação e poder constituem paradigmas para a

compreensão dos diferentes aspectos da realidade e do contexto social, se tomados sob entendimento de que:

[...] a globalização cria novas formas de estratificação global em que certos indivíduos, comunidades, países ou regiões se vêem integrados em redes globais de poder e de prosperidade, enquanto outros são excluídos e marginalizados. [...] As redes e os fluxos transfronteiriços, que constituem a face visível da globalização, dificilmente podem ser compreendidos a não ser enquanto fenômenos transnacionais. Os fluxos referem-se aos movimentos de realidades tangíveis, como o capital, as mercadorias, os artefactos culturais, os migrantes e os refugiados. Esses fluxos incluem ainda realidades intangíveis, como os valores, as imagens veiculadas pelos meios de comunicação, as ideias científicas e a governança. As redes dizem respeito aos enquadramentos em que assentam a comunicação, a regulação e a gestão das interligações: empresas transnacionais, organizações intergovernamentais, enquadramentos legais, organizações não governamentais internacionais, associações criminosas transnacionais, entre outros (CASTLES, 2002, p.125).

Paradigmas que abrem e estabelecem novos espaços de comunicação, interação e socialização, como o ciberespaço e a formação de comunidades virtuais. Espaços públicos de poder e de comunicação mediados por computador que excedem e suplantam métodos remotos, reconfiguram hábitos e ignoram distâncias geográficas, fundados no interesse comum de pessoas físicas e jurídicas, de novos mercados, e arraigados na constituição de uma nova sociedade e na interoperabilidade de tecnologias e de redes.

Desse modo, tomando de tais características como pressupostos procura-se, neste capítulo, desmistificar e analisar, em panorama restrito e histórico, a constituição e aplicação do conceito de redes aos estudos dirigidos e à compreensão das complexas relações sociais e da sociedade, considerando-se que em simultaneidade aos processos de globalização neoliberal e mesmo em paralelo com a dialética do capitalismo, redes materiais (*off line*) ou virtuais (*on line*), das mais diversas e com variados propósitos, tem se espalhado pelos quatro cantos do globo terrestre e se afirmado em muitos “nós” das relações humanas, independente de sua natureza e finalidades; e que, independentemente de suas dimensões nacionais ou transnacionais, fazem parte de um processo de longa duração e que não deixam de estarem,

elas próprias, passíveis aos fenômenos e processos de inscrição e de transformações históricas.

2.1. REDES SOCIAIS

É histórica a formação de redes na sociedade. Surgem nos primórdios da civilização e da necessidade do ser humano em criar laços sociais e compartilhar afinidades e interesses entre si. Mas para alguns estudiosos suas origens se encontram no período das Grandes Navegações entre os séculos XV e XVI quando se deu a formação das grandes redes de relações comerciais que concorreram para a homogeneização dos fluxos econômicos e de padrões culturais, e que deram origem ao histórico processo econômico denominado globalização. O economista e tecnólogo espanhol David de Ugarte, por exemplo, atribui o nascimento de redes econômicas à tecnologia dos transportes e das telecomunicações, e em breve histórico enfatiza a invenção e a importância do telégrafo⁵ para a formação de redes sociais:

A chave que tornou possível a divisão da África em 1885, em Berlim, foi a existência prévia de uma rede primitiva de telecomunicações instantâneas: o telégrafo. Em novembro de 1851 foi aberta ao público a primeira linha de telégrafo entre o Reino Unido e a França. A

⁵ Nos registros dos historiadores Asa Briggs e Peter Burke “a telegrafia foi o primeiro grande avanço da área de eletricidade, descrita em 1889 pelo primeiro-ministro britânico, o marquês de Salisbury, como ‘uma estranha e fascinante descoberta’ que tivera influência direta na ‘natureza moral e intelectual e nas ações da humanidade’. Ela havia ‘reunido toda a humanidade em um grande nível, em que se podia ver [sic] tudo que é feito e ouvir tudo que é dito, e julgar cada política adotada no exato momento em que os eventos aconteciam’. [...] O desenvolvimento do telégrafo estava intimamente associado ao desenvolvimento das ferrovias — métodos instantâneos de sinalização eram necessários, por motivo de segurança, em linhas simples —, embora houvesse alguns fios telegráficos que seguiam os trilhos, não das ferrovias, mas dos canais”. Na Austrália, o telégrafo foi mais importante que a ferrovia (BRIGGS; BURKE, 2004, p. 137). Sobre o mesmo artefato o sociólogo Anthony Giddens também registra que: “em meados do século XIX, um pintor de retratos de Massachussets, chamado Samuel Morse, transmitiu a primeira mensagem através do telégrafo elétrico: ‘Qual é a vontade de Deus?’. Ao fazê-lo deu início a uma nova fase da História Mundial. Nunca tinha sido enviada uma mensagem sem que uma pessoa a transportasse ao seu destino. [...] A 1 de fevereiro de 1999, cerca de 150 anos depois de Morse ter inventado o seu sistema de pontos e traços, o Código Morse, enquanto meio de comunicação no mar, desapareceu finalmente da cena mundial. Foi substituído por um sistema que utiliza tecnologia de satélites e permite localizar imediatamente qualquer navio em perigo. A maioria dos países preparou a transição com alguma antecedência. A França, por exemplo, deixou de usar o Código Morse nas águas costeiras em 1997, desligando-o com um floreado tipicamente gaulês: ‘Atenção a todos. Esta é a nossa última chamada antes do silêncio eterno’” (GIDDENS, 2006, p. 22-23).

primeira mensagem direta entre Londres e Paris chegou poucos meses depois. Em 1858, o primeiro cabo transatlântico uniu os Estados Unidos com a rede européia. [...] o telégrafo uniu não somente as bolsas, mas também uniu e miscigenou os interesses econômicos dos três países, dando impulso tanto à primeira globalização como ao imperialismo. E impulsionou-os com uma potência maior do que a rivalidade gerada pelas forças centrífugas da competição entre os três países. [...] Com efeito, o telégrafo também foi a chave para a ascensão de novos sujeitos com novos valores. Foi a chave que permitiu sonhar com ações sindicais coordenadas entre a França e a Inglaterra. A convocatória de 1864, para a conferência que propiciaria a fundação da Primeira Internacional, foi uma consequência direta da instalação do primeiro cabo telegráfico sob o Canal da Mancha. Tratava-se de impedir que os patrões enfrentassem as greves em ambos os lados do Canal trasladando a produção. Os sindicatos e as agremiações operárias viram no telégrafo a possibilidade de coordenar suas reivindicações. O internacionalismo operário, que marcaria o final do século XIX e as três primeiras décadas do século XX foi, tanto quanto seu contrário, o imperialismo, uma possibilidade resultante daquela primeira rede internacional de cabos de cobre (UGARTE, 2008, p. 17-18).

Para outros, a tentativa de explicar o fenômeno “redes sociais” remonta ao século XVIII quando o matemático e físico suíço Leonhard Euler, propondo uma solução para o trânsito das sete pontes existentes na cidade russa de Kaliningrad⁶, inicia uma nova área da matemática que ficou reconhecida como a teoria dos grafos⁷ e que se tornou a base do conhecimento sobre redes (FERREIRA, 2011, p. 210).

Entretanto, mesmo que exista certa diversidade de abordagens e concepções que geralmente vêm se apresentando vinculada às novas tecnologias de informação e comunicação, a palavra “rede” tem origem no latim, do vocábulo *rete* ou *retis*, significando o entrelaçamento de fios com aberturas regulares que formam uma espécie de tecido; sugere a ideia de fluxo, de movimento, e indica uma aproximação com as mais variadas áreas do conhecimento (ACIOLI, 2007; FERREIRA, 2011; OLIVIERI, 2003).

⁶ No séc. XVIII, a cidade de Königsberg, atualmente Kaliningrad, na Rússia, tinha sete pontes, cinco das quais ligavam a ilha Kneiphof, cercada pelo rio Pregel, com o restante da cidade. Um intrigante problema assolava a população local: seria possível encontrar um caminho atravessando as sete pontes sem nunca atravessar uma mesma ponte duas vezes? Em 1736, Leonhard Euler propôs a solução para o problema das pontes de Königsberg, oferecendo uma rigorosa prova matemática de que não existia um caminho que passasse por todas as sete pontes uma única vez. Assim, além de resolver o problema das pontes de Königsberg, Euler, de forma não intencional, iniciou uma nova área da matemática, a teoria dos grafos. (FERREIRA, 2011)

⁷ Um grafo é uma representação de um conjunto de nós conectados por arestas, formando uma rede (RECUERO, 2004).

Ao longo do tempo a palavra, ou a metáfora, foi ganhando e tomando diferentes significados, sendo inicialmente utilizada na sociologia para associar comportamento individual com a estrutura a qual ele pertence, transformando-se em metodologia, a sociometria⁸. Mas é tão somente no início do século XX, a partir de reflexões e abordagens analíticas do fenômeno, que contribuiu e trouxe para o campo das ciências sociais o método de Análise das Redes Sociais (ARS)⁹, que surge a noção de “redes sociais”¹⁰, correspondendo a ideia de que as relações sociais compõem um tecido que condiciona a ação dos indivíduos nele inseridos (FERREIRA, 2011, p. 210). Ou ainda, que se trata de “sistemas organizacionais capazes de reunir indivíduos e instituições, de forma democrática e participativa, em torno de causas afins” (OLIVIERI, 2003, p. 1). Desde então, e apesar das diversificadas significações e abordagens, o termo “rede” ou seu conceito em ciências sociais e humanas tem sido utilizado com frequência segundo o sentido ou significado que lhe atribui a pesquisadora em comunicação e informação Regina Marteleto, quer seja, enquanto um “sistema de nodos e elos; uma estrutura sem fronteiras; uma comunidade não geográfica; um sistema de apoio ou um sistema físico que se pareça com uma árvore ou uma rede”. E rede social, se derivar deste conceito, segundo propõe a autora, “passa a representar um conjunto de participantes autônomos, unindo

⁸ Autores dos estudos sociais creditam em grande parte a Sociometria aos trabalhos de Jacob Moreno (RECUERO, 2009).

⁹ A Análise de Redes Sociais (ARS) é uma ferramenta metodológica de origem multidisciplinar (sociologia, psicologia, antropologia e matemática) e estabelece um novo paradigma na pesquisa, sobre a estrutura social. A abordagem analítica de redes sociais tem os seus próprios postulados teóricos, seus métodos, seus pesquisadores e software de ARS. (FERREIRA, 2011, p. 214-215).

¹⁰ Há referências de que a noção de redes ou redes sociais nasceu na Antropologia Social. A primeira aproximação remonta à década de 40, quando da análise etnográfica das estruturas elementares de parentesco, desenvolvida por Claude Lévi-Strauss (ACIOLI, 2007, p. 3). No parecer de Scherer-Warren (2006), enquanto área temática nas ciências humanas, as redes sociais surgem na década de 1940, visando o entendimento de relações interpessoais em contextos comunitários circunscritos. A noção de redes, para análise de ações coletivas mais amplas e de movimentos sociais, será desenvolvida apenas a partir da década de 1970, quando essa área teve seu *boom*, especialmente na sociologia, através de abordagens das Teorias dos Novos Movimentos Sociais e das Teorias da Mobilização de Recursos. Contudo, sua aplicação para o entendimento de coletivos políticos no contexto da denominada “sociedade da informação” é ainda mais recente, principalmente, a partir da década de 1990 (SCHERER-WARREN, 2006, p. 215). No entanto, e segundo Catia Antunes (2012), a análise social de redes iniciou-se como movimento teórico nas ciências sociais durante os anos 30 do século XX, pela mão de investigadores alemães ligados ao movimento da Gestalt, que incluía psicólogos, geógrafos e filósofos (ANTUNES, 2012, p. 12).

idéias e recursos em torno de valores e interesses compartilhados” (2001, p. 72). De outro modo retratado:

[...] uma rede é uma representação formal de atores e suas relações; uma rede social se refere a um conjunto de pessoas, organizações ou outras entidades sociais conectadas por relacionamentos sociais, motivados pela amizade e por relações de trabalho ou compartilhamento de informações e, por meio dessas ligações, vão constituindo e reconstruindo a estrutura social (TOMAÉL; MARTELETO, 2006, p.75).

Seja como for, para a antropóloga social Ana Lucia Enne, o conceito de rede tem se tornado de uso comum nas análises da sociedade contemporânea e muito empregado para definir as novas formas de socialização e fluxo informacional dentro da chamada ordem globalizada e que, segundo concebe, significa:

[...] uma construção social de relações de grandezas distintas, mas que possibilitariam o contato entre os diversos elementos que iriam gerar sua composição - por exemplo, parentesco, vizinhança, laços políticos, dentre outros (ENNE, 2004, p. 264, 265).

Sobre esta formação conceitual, e mesmo que a noção de rede (ou de rede social) venha adquirindo notoriedade teórica entre estudiosos como um instrumento possível de estudo da realidade social, Enne também observa a diversidade de conceituações ou de sentidos com os quais redes têm sido pensadas e que em sua abrangência sistematiza: a integração entre pessoas – em sentido mais social; a troca de mercadorias e bens materiais – em sentido mais econômico, e a troca de informações e bens culturais – em sentido mais cultural (2004, p. 271).

Mas afora pluralidades e abrangências conceituais, e tomando como referência o cenário de mudanças sociais a partir da década de 1970, decorrentes da transição de um regime econômico de acumulação fordista para um regime de acumulação flexível, bem como da própria globalização, em seus processos de internacionalização ou “mundialização” das relações sociais, culturais, políticas e econômicas, que deflagraram transformações nas relações entre indivíduos e sociedade, teóricos das ciências sociais e humanas, e de

áreas afins, resgatam a noção de rede nos estudos e contribuição do sociólogo alemão Norbert Elias, que possivelmente seja um dos primeiros estudiosos a utilizar metaforicamente o termo em sua obra “*A sociedade dos Indivíduos*”, com um primeiro ensaio produzido em 1939, e na qual procura refletir o problema da relação entre indivíduo e sociedade partindo de um tema central: “de que os indivíduos e a sociedade não são entidades estanques, mas apenas perspectivas diferentes de uma mesma instância” (1994, p. 7).

Permeia a obra de Elias, em um primeiro momento, a proposição de que cada pessoa está unida a outras por laços invisíveis, como laços de trabalho e propriedade, de instintos e afetos, que a torna dependente de outros, e outros dependentes dela, formando redes de dependências que estabelece funções no interior das associações humanas, e que tece e compõe o todo social. Sob este ângulo de exposição, o autor expressa o seu entendimento de sociedade e a peculiar formação de redes, ao analisar que:

[...] essa rede de funções que as pessoas desempenham umas em relação a outras, a ela e nada mais, que chamamos "sociedade". Ela representa um tipo especial de esfera. Suas estruturas são o que denominamos "estruturas sociais". E, ao falarmos em "leis sociais" ou "regularidades sociais", não nos referimos a outra coisa senão isto: às leis autônomas das relações entre as pessoas individualmente consideradas [...]. Mas o que aqui chamamos "rede", para denotar a totalidade da relação entre indivíduo e sociedade, nunca poderá ser entendido enquanto a "sociedade" for imaginada, como tantas vezes acontece, essencialmente como uma sociedade de indivíduos (ELIAS, 1994, p. 16, 23).

E ao criar uma imagem do que seria essa estrutura de rede na composição das interações e inter-relações humanas, tece as seguintes considerações:

Para ter uma visão mais detalhada desse tipo de inter-relação, podemos pensar no objeto de que deriva o conceito de rede: a rede de tecido. Nessa rede, muitos fios isolados ligam-se uns aos outros. No entanto, nem a totalidade da rede nem a forma assumida por cada um de seus fios podem ser compreendidas em termos de um único fio, ou mesmo de todos eles, isoladamente considerados; a rede só é compreensível em termos da maneira como eles se ligam, de sua relação recíproca. Essa ligação origina um sistema de tensões para o qual cada fio isolado concorre, cada um de maneira um pouco diferente, conforme seu lugar e função na totalidade da rede. A forma do fio individual se modifica quando se alteram a tensão e a estrutura

da rede inteira. No entanto essa rede nada é além de uma ligação de fios individuais; e, no interior do todo, cada fio continua a constituir uma unidade em si; tem uma posição e uma forma singulares dentro dele (ELIAS, 1994, p. 28).

Singularidade, segundo Elias, que relaciona “idéias, convicções, afetos, necessidades e traços de caráter produzidos no indivíduo mediante a interação com outros [...]; e na rede de relações de que ele emergiu e na qual penetra” (1994, p. 36).

De modo um tanto similar, mas privilegiando o uso analítico do termo e a partir de um cenário de significativas mudanças que caracterizaram os anos 1980, cujas marcas puderam ser observadas na redução das atribuições do Estado em atender as demandas dos cidadãos, subjugando o conceito de cidadania à noção de mercado e de consumo; nas mudanças de reestruturação econômica e política dos países impulsionados pelas grandes corporações empresariais em garantia às políticas restritivas do neoliberalismo, a socióloga Ilse Scherer-Warren em busca de uma metodologia ou de indicadores que se permita pensar a organização, atuação e ação de movimentos sociais que contemplam um amplo conjunto de fóruns e de articulações, conectando organizações e entidades populares, ressalta a tendência do formato de redes, adotada pelo seguimento, na construção de seus nexos e empoderamento político. Neste intuito, inicialmente observa a evidente formação de redes de movimentos, retratando que:

Pode-se afirmar que há evidências empíricas de que na última década os movimentos populares e seus mediadores passaram por transformações que vão da valorização das organizações de base, para mais recentemente o reconhecimento crescente da importância das articulações, intercâmbios e formação de redes, temáticas e organizacionais (SCHERER-WARREN, 1996, p. 9).

E na tentativa de entendimento e de estudos que corroborem na explicitação dessas transformações que possibilitam aos movimentos a formação de redes, sugere:

A análise em termos de “redes de movimentos” implica buscar as formas de articulação entre o local e o global, entre o particular e o universal, entre o uno e o diverso, nas interconexões das identidades

dos autores com pluralismo. Enfim, trata-se de buscar os significados dos movimentos sociais num mundo que se apresenta cada vez mais como interdependente, intercomunicativo, no qual surge um número cada vez maior de movimentos de caráter transnacional [...]. Subjacentes ao transnacionalismo há uma opção que também é ética - humanística. E esta também é a opção de análise em termos de "redes", ou seja, a do compromisso com os princípios humanísticos que permitem a comunicação, articulação, intercâmbio e solidariedade entre atores sociais (SCHERER-WARREN, 1996, p. 9-10).

Com vista a esta análise estrutural das redes de movimentos sociais, Scherer-Warren procura focar no potencial interativo, ou nos nexos que se fundamentam no estabelecimento das relações entre os agentes humanos e atores políticos, em pautas políticas e identidades coletivas, e que em palavras próprias, esclarece:

Para se entender o potencial de formação de redes de movimentos, é necessário buscar os nexos que os atores políticos organizados constroem entre as demandas materiais ou as privações no cotidiano e o sentido subjetivo dessas privações, traduzindo esses nexos em formas expressivas, comunicativas e em pautas políticas comuns a várias organizações, criando identidades coletivas que possibilitam a articulação dos movimentos específicos numa rede de movimentos sociais (SCHERER-WARREN, 2008, p. 507).

Outra abordagem de cunho analítico é realizada pelo filósofo Euclides André Mance, na qual registra a formação de redes que contemplam a hipótese da colaboração solidária como uma “alternativa viável e concreta para os excluídos e marginalizados pelo movimento de globalização do capitalismo”. Em sua análise, Mance considera que:

A ideia elementar de rede é bastante simples. Trata-se de uma articulação entre diversas unidades que, através de certas ligações, trocam elementos entre si, fortalecendo-se reciprocamente, e que podem se multiplicar em novas unidades, as quais, por sua vez, fortalecem todo o conjunto na medida em que são fortalecidas por ele, permitindo-lhe expandir-se em novas unidades ou manter-se em equilíbrio sustentável. Cada nóculo da rede representa uma unidade e cada fio um canal por onde essas unidades se articulam através de diversos fluxos (MANCE, 1999, p. 24).

Frente à exploração capital, o crescimento da pobreza, violência, desemprego e exclusão social causadas pela expansão do capitalismo, Mance considera revolucionária a natureza desta formação de redes, que além de transmitir a consciência do consumo solidário, como alternativa para que excluídos possam criar novas relações de produção e de sobrevivência, traz como um princípio básico a noção de rede que em seu funcionamento se efetiva como um “sistema aberto que se auto-reproduz; um sistema *autopoiético*” (1999, p. 23-24).

Ao destacar a colaboração solidária internacional enquanto alternativa à globalização capitalista e o movimento social em decorrência de fenômenos autopoiéticos na formação e no interior das redes econômicas de colaboração solidária, que em movimento próprio de instituição e expansão de novas relações de produção possam desencadear um intercâmbio cultural e também desenvolver um caráter político, quer seja em âmbito local, regional e internacional, avalia Mance que:

A agregação de redes locais em redes regionais, redes internacionais e, por fim, em uma rede mundial, passará a fortalecer a democracia em todas essas esferas. [...] Quando esse fenômeno econômico, político e cultural ocorrer, uma nova revolução planetária estará em curso estabelecendo a colaboração solidária como modo de produção dominante (MANCE, 1999, p. 40).

A abordagem de redes também encontra eco nos estudos historiográficos. Neste sentido, tendo por objetivo a definição do conceito e a análise de redes aplicado à investigação e a disciplina histórica, bem como, o potencial deste tipo de análise para o historiador das áreas econômica e social, a historiadora portuguesa Catia Antunes em trabalho revisionista sobre o tema, resgata e esclarece que a conceituação do termo “redes” e seus pressupostos teóricos é “fruto de um longo processo de diálogo e de debate interdisciplinar entre antropólogos, sociólogos, historiadores e economistas, e enunciado como ‘análise social de redes¹¹’, iniciado por investigadores alemães ligados pelo movimento da Gestalt (2012, p. 11-12). Como neste movimento considera-se

¹¹ Considera a autora que devido aos seus princípios conceptuais e teóricos, a tradução portuguesa deverá ser “análise social de redes” ao invés do comumente utilizado “análise de redes sociais” (ANTUNES, 2012, p. 12).

que nas relações interpessoais os indivíduos reagem por estímulos e que a multiplicidade das interações conduz os sujeitos para a definição de uma identidade individual ou coletiva, consistiu a questão que atraiu a atenção dos historiadores que se utilizam em seus estudos da abordagem de redes como um instrumento de análise, segundo expõe e atesta a historiadora:

A multiplicidade de interações, radicadas no comportamento egocêntrico de cada sujeito, conduz a uma definição de identidade individual e de grupo. Embora este processo possa ser classificado como uma bipolaridade social, na realidade é esta multiplicidade de interações que gera percepções de identidade, que não pode ser vista como unitária, mas em contínuo devir. Daí que muitos estudos históricos, em que o instrumento de análise é uma abordagem de redes, se confrontem com uma problemática de identidade, muitas vezes justificada pela proveniência social, religiosa, política ou econômica dos indivíduos que fazem parte da rede, quando, na realidade, a definição de identidade no interior de uma rede é uma realidade fluida, múltipla e abrangente. Foi exactamente esta questão das identidades que atraiu os historiadores para a análise social de redes. Para a maioria dos historiadores, as questões de identidade levantadas pelos estudos de redes não são interessantes do ponto de vista do indivíduo, mas do grupo e a forma como este último envolve num determinado período histórico, agindo e reagindo em contextos históricos e geográficos divergentes (ANTUNES, 2012, p. 16)

Antunes ressalta que o foco de atenção dos historiadores que fazem uso da análise de redes recai sobre a categoria de mercadores e comerciantes, haja vista, estes indivíduos terem, por definição profissional, a necessidade de redes para a sua sobrevivência socioeconômica. E após acurada revisão das contribuições de historiadores que fazem uso da análise de redes como instrumento de trabalho e de construção historiográfica, na qual destaca nomes como o de Sanjay Subrahmanyam, o “primeiro historiador a compilar uma colecção de estudos sobre mercadores e suas redes sociais e econômicas”, seguido dos nomes de António Molho e Diogo Ramada Curto, Sebouh Aslanian, Jonathan Israel e Miriam Bodian, conclui a autora que:

[...] o debate sobre o conceito e o estudo de redes estende-se por mais de oitenta anos, tem capturado a imaginação de investigadores das ciências sociais de vários quadrantes e de diferentes escolas historiográficas. Embora se tenha começado com uma análise simples da relação entre indivíduos, comunidades e o seu funcionamento geográfico, este debate desenvolveu-se rapidamente no sentido de privilegiar as relações interpessoais, primeiro, e inter-redes, depois. As últimas duas décadas testemunharam uma activa

participação de historiadores de vários quadrantes nesta discussão, partindo de uma análise de grupos e comunidades baseado em preocupações puramente de identidade e relação económica, passando pela relação entre redes e crescimento económico e terminando com a ligação entre o papel assumido por redes auto-organizadas e o nascimento do processo de globalização (ANTUNES, 2012, p. 16-22).

Ângulos de uma mesma discussão na qual, sob o ponto de vista tecnológico, a noção de rede ou o termo em si assume maior conotação e torna-se tema de acirrados e extensos debates, dentre estudiosos das muitas áreas do conhecimento, que apresentam e defendem amplas perspectivas de estudos e de análise em torno de suas características, possibilidades e potencialidades, observadas a partir do avanço e propagação das tecnologias de informação e comunicação, uso de computadores e ambientes virtuais propiciados por redes eletrônicas de informações que originaram novas formas de interação e sociabilidade humanas, independente de distâncias e de laços sociais, e que decorreram na formação de uma “cultura global” afirmada no impacto dos espaços virtuais abertos pelas conexões das redes informatizadas.

Mas para além dos usos que se faça do termo, ou de seu conceito, a existência real de redes sociais na sociedade, enquanto forma de representação das relações humanas (como sugere Norbert Elias), também são consideradas como uma possibilidade de mediação na formulação de políticas sociais (como sugere Scherer-Warren), promotoras de culturas participativas, geradoras de interação social e com capacidade de união igualitária e democrática entre os indivíduos possibilitando “processos capazes de responder às demandas de flexibilidade, conectividade e descentralização das esferas contemporâneas de atuação e articulação social”, segundo sugere Laura Olivieri (2003, p. 1), historiadora social da cultura e coordenadora de redes da RITS (Rede de Informações para o Terceiro Setor). Em síntese, ou como bem melhor é observado por Castells:

[...] redes sociais sempre foram uma forma básica da organização humana ao longo da história, tanto na alta sociedade – nas elites, que sempre se organizaram em rede – como, sobretudo, entre as pessoas, famílias, entre as redes de interação. O que ocorre é que grande parte das redes sociais foram formalizadas em instituições e organizações da sociedade, reproduzindo as relações de poder que

se geram dentro e entre as redes. Portanto, no fundo, as redes sociais são a matriz da organização social humana [...]. E a dinâmica da sociedade real está construída em redes, redes de colaboração, redes de solidariedade, mas também redes de exclusão e de dominação. As redes são formas flexíveis e adaptáveis, formas evolutivas de desenvolvimento orgânico da ação social humana. (CASTELLS, 2010, p. 92).

No entanto, como ainda observa e argumenta Castells:

[...] ao longo da história as redes sociais estiveram, durante muito tempo, nas mãos de formas dominantes da organização social. Não eram capazes de administrar os problemas da complexidade da organização humana, no momento em que aumentavam a dimensão e o volume dessas relações. E, portanto, todos os projetos que requeriam uma execução centralizada, no sentido de disponibilizar recursos a serviço de um objetivo, foram dominados por hierarquias verticais – estados, exércitos, igrejas. Dessa forma, as redes foram, então, reduzindo-se ao espaço do cotidiano, ao espaço da sobrevivência e vivência pessoal. E como tais redes, em sua maioria, eram e são operadas por mulheres, criou-se uma invisibilidade na esfera da história do pensamento social, na qual as redes se transformaram em objetos de estudo de antropólogos em sociedades não modernizadas. Mas as reformas sociais e culturais evoluem de acordo com as novas transformações tecnológicas e organizativas. Com a transformação do entorno tecnológico das comunicações na década de 1970 e com o surgimento da comunicação de base microeletrônica e de transmissão digital, as redes puderam manter sua flexibilidade, adaptabilidade e, ao mesmo tempo, organizar a coordenação e a decisão de forma operativa. As redes se constituíram, então, em elementos de trabalho, de decisão e execução, de forma a competir em eficácia com as organizações verticais. Porém mantiveram suas características essenciais – muito mais flexíveis, adaptáveis e evolutivas (CASTELLS, 2010, p. 92-93)

Nestes termos, conforme salienta Scherer-Warren, se o seu processo de evolução se dá em consonância com as transformações tecnológicas para o significado de uma construção social de relações com grandezas distintas:

[...] redes teriam a capacidade de difusão das informações de forma mais ampla e rápida, conectando as iniciativas locais com as globais e vice-versa [...]; desempenhariam na sociedade da informação um papel estratégico, enquanto elemento organizativo, articulador, informativo e de “atribuição de poder” de coletivos e de movimentos sociais no seio da sociedade civil” (SCHERER-WARREN, 2006, p. 222).

2.2. REDES SOCIAIS VIRTUAIS

Nas últimas décadas, ou mais especificamente a partir dos anos de 1990, assistiu-se a um grande desenvolvimento das tecnologias de informação e comunicação que acentuou tanto o uso do termo, quanto os debates e estudos em torno do paradigma “redes sociais”. Se por um lado houve avanços nesse campo da tecnologia – de informação e comunicação, com a disponibilidade de computadores que passaram a suportar informação gráfica e textual¹², a consolidação de redes de computadores, o deslanche comercial da Internet e o desenvolvimento do *www* ou *World Wide Web*¹³, o uso do correio eletrônico (*e-mail*), a publicação eletrônica¹⁴ e o progresso de softwares livres com destaque para o sistema operacional Linux (MATTAR, 2008, p. 120); por outro se conjugou com a considerável extensão do campo de ação das redes sociais, como das redes de organizações não governamentais, segundo observam e relatam Armand e Michéle Mattelart:

Em 1998, ao término de uma ação em conjunto mantida havia três anos, mais de seiscentas organizações em aproximadamente setenta países, ligadas entre si pela internet, colocavam em xeque as

¹² Em 1990 a Microsoft lança a versão 3.0 do Windows e, em 1995, o Windows 95, passando a dominar o mercado de softwares (MATTAR, 2008, p. 120).

¹³ A Internet se tornou conhecida, nos Estados Unidos, a partir de 1969. Inicialmente tratava-se de um sistema de interconexão de laboratórios de pesquisa denominado ARPAnet (ARPA: Advanced Research Projects Agency) operada pelo Departamento de Defesa dos Estados Unidos) que servia a interesses da estratégia militar. Com a Guerra Fria era preciso conceber e pôr em funcionamento uma rede de comunicação que sobrevivesse a um ataque nuclear. Dez anos depois, em 1979, estudantes da *Duke University at Durham*, no estado americano da Carolina do Norte, tiveram a ideia de pôr em contato (ou conexão) seus computadores, no intuito de intercambiar informações científicas. Durante cerca de duas décadas, a Internet ficou restrita a um objetivo de defesa militar do território, a uma atividade científica e a um uso acadêmico. Somente em 1987 seu uso comercial seria liberado nos Estados Unidos, vindo então, a partir do ano de 1992, a se expandir em muitas redes em todo o mundo, com o aparecimento de empresas que proviam acesso à rede. Os usuários, por sua vez, derivaram benefícios desse serviço, pondo em rede informações de toda espécie. Vivia-se a (nova) era da interatividade horizontal. A sigla WWW proveniente de World Wide Web (“rede em escala planetária”) data de 1990. É uma das formas de acesso à informação, compreendida pela Internet. Seu criador, Tim Berners-Lee, que pertencia a um centro de pesquisas científicas (CERN), na Suíça, a concebeu como uma “linguagem” apta a permitir a interligação de computadores, localizados em laboratórios e em instituições de pesquisa, para pronta exibição e consulta de documentos científicos (POLISTCHUCK; TRINTA, 2003, p. 154-158).

¹⁴ Por publicação eletrônica, entende-se qualquer tecnologia de distribuição da informação em uma forma que possa ser acessada e visualizada pelo computador e que utilize recursos digitais para adquirir, armazenar e transmitir informação de um computador para outro (STANKEY, 1995 *apud* SABATINI, 1999).

negociações intergovernamentais, conduzidas sob o signo do livre-cambismo e no quadro da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), sobre o Acordo Multilateral sobre o Investimento (AMI). Ao final de 1999 mobilizada contra a conferência da OMC reunida em Seattle fez inflamarem-se os questionamentos sobre o papel da "rede das redes", como adjuvante da construção de novas formas de resistência ao projeto de mundialização neoliberal (MATTELART, 2011, p. 73).

Nesse paralelo que expressa o mundo em movimento e constrói marcos históricos, Castells advoga e conclui que “redes são o resultado de uma construção tecnológica e social de uma sociedade que se constitui em rede, na qual as pessoas vivem suas vidas e desenvolvem suas atividades em função de suas próprias decisões” (2010, p. 93-94).

Redes sociais que ao se constituírem inicialmente e a partir do contato entre computadores, com o advento da Internet, tornaram-se virtuais. Ligando-se, representam pessoas, instituições, intenções e propósitos ao redor do mundo que originaram uma nova forma de comunicação, mediada por computador, interpessoal e digital, formando verdadeiras comunidades virtuais. Como surgem da necessidade do ser humano em comunicar-se, interagir e compartilhar com outros, a existência de laços sociais ou de ligações entre uma pessoa e outra e assim por diante, teve como um de seus primeiros idealizadores o psicólogo social Stanley Milgram. Partindo do estudo quantitativo da estrutura de redes sociais, denominado *Small World* (mundo pequeno), Milgram desenvolveu a Teoria dos seis graus¹⁵ em 1967, com a qual demonstrou que uma pessoa encontra-se separada de outra por apenas seis contatos. Nesse experimento a meta era fazer uma correspondência chegar a uma determinada pessoa, sem que estivesse diretamente endereçada a ela. Em todas as demonstrações, a correspondência foi encaminhada apenas seis vezes até que chegasse ao seu destino. Com essa experiência, Milgram concluiu que bastam apenas seis pessoas para que seja possível comunicar-se com qualquer outra (FERREIRA, 2011, RECUERO, 2009). A teoria de Milgram favoreceu o desenvolvimento dos sistemas ou aplicativos de relacionamento

¹⁵ Em 2002, Duncan Watts repete a experiência utilizando-se de e-mails, obtendo o mesmo resultado, ou seja: a separação se dá no máximo entre seis pessoas (GOLDSTEIN, 2011).

social (*networking social*) como o Orkut, Facebook e Twitter¹⁶, dentre os mais conhecidos, que evidenciam a existência de poucos graus de separação entre as pessoas, e também recebem a denominação de redes sociais virtuais.

Desse modo, responsável pelo aparecimento de novas formas de interação e agrupamento humano na Internet, redes sociais construídas no plano virtual, ou instauradas por sobre aspectos técnicos da grande rede digital de computadores e das técnicas contemporâneas de comunicação e processamento da informação, transformaram o significado social da informática tornando-se, elas próprias, elementos de sociabilidade e interações culturais e pouco a pouco, inerentes à participação política e mobilização social, dando margem à ampliação ou redefinição de conceitos políticos como os de cidadania e democracia.

O analista em informática Ozir Francisco Zotto, tomando como referência e discutindo aspectos da obra de Castells, no que tange a internet e a sociedade em redes, e o poder midiático que emerge da comunicação de massas ressalta, em relação à comunicação mediada por computador e a consequente formação de redes que:

A capacidade da rede é tal que a maioria dos processos de comunicação ainda são espontâneos, não organizados, e com diversidade de propósitos e participação. [...] os interesses comerciais e governamentais coincidem, favorecendo e expandindo o uso da rede: quanto maior a diversidade de mensagens e participantes, maior é a massa crítica na rede, e mais elevado é seu valor (ZOTTO, 1999, p. 2).

¹⁶ O Orkut, software criado por Orkut Büyükkökten, ex-aluno da Universidade de Stanford foi lançado pelo Google em janeiro de 2004, e desenvolvido com base na idéia de "software social", que possibilita a conexão entre pessoas e a formação de comunidades (RECUERO, 2009). O Facebook, originalmente chamado "*thefacebook*", foi lançado em 2004 pelos ex-estudantes da Universidade de Harvard, Mark Zuckerber, Dustin Moskovitz, Eduardo Saverin e Cris Hughes. No seu início funcionaria de forma restrita somente para os estudantes de Harvard. Com o passar do tempo foi expandindo para outros campos estudantis e somente em 2006, qualquer usuário com mais de 13 anos poderia criar o seu perfil no sistema. O Facebook funciona através de perfis e comunidades. Em cada perfil, é possível acrescentar módulos de aplicativos (jogos, ferramentas, etc.) Hoje é um dos sistemas com maior base de usuários no mundo. Lançada em 2006, a rede social Twitter foi criada por Jack Dorsey, Biz Stone e Evan Williams, e o termo inspirado em um pássaro que emite sons para comunicar os demais pássaros sua atual localização e atividade. Com características bem diferentes das demais redes sociais, e com apenas 140 caracteres para publicação de algum conteúdo o Twitter passou alguns anos no anonimato. A partir do ano de 2009 o Twitter foi conquistando cada vez mais espaço, conseguiu se manter como uma das redes sociais mais acessadas do mundo, e atualmente possui cerca de 140 milhões de usuários (RECUERO, 2009, OLIVEIRA, 2011).

Valor que tem seu impacto ampliado mediante a existência e o desenvolvimento de técnicas e formas contemporâneas de comunicação, dentre as quais, como é de senso comum entre estudiosos do tema, a Comunicação Mediada por Computador (CMC) que, entendida como a comunicação oriunda das redes eletrônicas de comunicação, é o elemento midiático de primeira instância para a formação, expansão e alcance de redes sociais na Internet e que, “além da execução de tarefas profissionais, seu uso já alcançou todo o reino das atividades sociais, tornando possível um interagir mais ativo e em padrões de tempos escolhidos”, segundo reafirma Francisco Zotto (1999, p. 5).

O próprio Castells, ao tratar de questões que contemplam as implicações culturais da emergente sociedade de redes, tece considerável análise sobre as possibilidades e viabilidades da comunicação mediada por computador, discorrendo e avaliando que:

[...] o uso da CMC se expandirá principalmente via sistema educacional e alcançará proporções substanciais da população do mundo industrializado: não será um fenômeno exclusivo das elites, embora deva ser muito menos penetrante que a grande mídia. [...] Ela desempenhará papel cada vez mais decisivo na formação da futura cultura, e, progressivamente, as elites moldadoras de seu formato desfrutarão de vantagens estruturais na sociedade emergente. Portanto, embora realmente esteja revolucionando o processo de comunicação e por meio dele a cultura em geral, a CMC é uma revolução que se desenvolve em ondas concêntricas, começando nos níveis de educação e riqueza mais altos e provavelmente incapazes de atingir grandes segmentos da massa sem instrução, bem como países pobres (CASTELLS, 1999, p. 383-384).

Prosseguindo na observação quanto as implicações e ao emprego desta modalidade de comunicação na formação cultural da sociedade de redes, atenta Castells que “a política também é uma crescente área de utilização da CMC” e que, segundo brevemente descreve:

Por um lado, o correio eletrônico está sendo usado para difusão massificada de propaganda política dirigida com possibilidade de interação. Grupos fundamentalistas cristãos, a Milícia Norte-americana nos EUA e os zapatistas no México são os pioneiros dessa tecnologia. Por outro, a democracia local está sendo promovida mediante experimentos de participação eletrônica dos cidadãos, como o programa PEN organizado pela cidade de Santa Mônica, Califórnia, por meio do qual os cidadãos debatem questões públicas e transmitem suas opiniões ao governo: um debate acirrado

sobre o problema dos sem-teto (com participação eletrônica dos próprios sem-teto!) foi um dos resultados mais divulgados desse experimento no início dos anos 90 (CASTELLS, 1999, p. 385).

E ao concluir suas impressões sobre os impactos sociais e implicantes culturais das formas de comunicação e sociabilidade estabelecidas por meio dos variados usos da tecnologia CMC em contexto social, observa Castells que:

As pessoas moldam a tecnologia para adaptá-la a suas necessidades [...]. O modo de comunicação eletrônica multipessoal representado pela CMC tem sido usado de formas diferentes e para diferentes finalidades, tantas quantas existem no âmbito da variação social e contextual entre seus usuários. O denominador comum da CMC é, que de acordo com os poucos estudos existentes sobre o assunto, ela não substitui outros meios de comunicação nem cria novas redes: reforça os padrões sociais preexistentes. (CASTELLS, 1999, p. 386).

Dentre outras características, ou de formas organizativas, instauradas por sobre as potencialidades técnicas da CMC e funcionais das redes sociais em ambientes eletrônicos, destaca-se a formação e a existência do fenômeno comunidades virtuais. E mesmo que já referenciado na introdução deste trabalho, torna-se válido ressaltar que assim como a CMC, e enquanto importante e fundamental ferramenta na constituição e no cenário das redes sociais, comunidades virtuais gera agrupamentos eletrônicos e concretiza a presença virtual livre das amarras dos espaços reais, mesmo que a estes estejam vinculadas.

Raquel Recuero, pesquisadora brasileira da área de ciências humanas e sociais, cujo interesse de pesquisa e de análise recai sobre a Internet enquanto fator de modificação das relações sociais, considera comunidades virtuais como a “forma mais pura da interação entre o humano e o ciberespaço”. E sobre esta perspectiva, argumenta que:

A mudança de paradigmas que o surgimento da Rede trouxe para o mundo acabou por trair os conceitos de comunidades tradicionais. Não há interação física. Não há proximidade geográfica. Estas comunidades estruturam-se fundamentalmente sobre um único aspecto: o interesse em comum de seus membros. A partir deste interesse, as pessoas conseguiram criar entre si relações sociais independentes do fator físico, e com o tempo essas relações torna-se-iam de tal forma poderosas que poderiam ser classificadas como

laços comunitários. Estruturadas sobre um *locus* virtual, não físico e nem real, essas comunidades surgiriam através da interação puramente comunicativa entre seus membros. [...] através das comunidades virtuais, a Internet estaria atuando como meio de encontro e formação de grupos sociais (RECUERO, 2000, p. 3).

Do mesmo modo, em posterior análise sobre o impacto das redes digitais de comunicação e sobre as relações sociais contemporâneas, em extenso estudo sobre redes sociais na Internet, Raquel Recuero aponta que um primeiro elemento dinâmico que influencia a rede é o aparecimento da “cooperação, da competição e do conflito” enquanto qualidade de processos sociais, ressaltando que estes processos não são distintos, e que são fenômenos naturais emergentes das redes sociais. Ao referenciar o trabalho e reflexões do sociólogo em comunicação Henrique Antoun (2004), no qual este autor observa a “presença do conflito e a cooperação nas redes mediadas pela Internet, citando como exemplo as organizações terroristas, os movimentos reacionários e as tentativas de controle do estado”, a pesquisadora ressalta que para este autor, “comunidades virtuais constituir-se-iam em forma de organização na cibercultura, uma forma básica de cooperação social” (2009, p. 81-83). Neste sentido, reproduz passagem do trabalho de Antoun, no qual o autor discorre sobre o papel das comunidades virtuais no que respeita a cooperação social:

Do surgimento do Movimento Zapatista até a explosão da Batalha de Seattle, as comunidades virtuais têm se afirmado como forma típica de organização da cibercultura. Elas surgiram na Internet baseadas em uma multiplicação do conhecimento produzido e apropriado como um bem comum. Fundadas na lógica de que o participante agrega a informação ou conhecimento que possui para o debate, tendo como contrapartida todas as informações e conhecimentos dos demais membros; as comunidades virtuais produziram inumeráveis serviços de comunicação onde o conhecimento se faz através das demandas e das ofertas dos usuários que se traduz em valores e confiança (AUTOUN, 2004, p. 19 *apud* RECUERO, 2009, p. 84).

Assim, organizadas em torno de interesses e propósitos comuns, comunidades virtuais propalam o estabelecimento de relacionamentos interpessoais em “agregações eletrônicas”, aquisição e geração de novas identidades a partir da apreciação e participação no incessante diálogo em

ambientes digitais de comunicação e de sociabilidade compartilhada, mesmo que permeadas por relações de cooperação ou de conflito, mas que propiciam a seus integrantes diversidade de interesses, de conteúdos e idéias, de experiências e processos produtivos, de poder e de cultura; de informação e conhecimento que se constrói e se dissemina em redes sociais, telemáticas e virtuais.

Comunidades em redes sociais que, em suas versões¹⁷ e virtualidade, possibilitam a comunicação em tempo real, o compartilhamento de arquivos, formação e integração grupal, entretenimento, contatos pessoais e profissionais, que absolutiza ou ignora completamente a noção de tempo e de espaço, como bem assinala Lévy quando trata das potencialidades da virtualização que propicia a condição de desprendimento do “aqui e agora”:

Uma comunidade virtual pode, por exemplo, organizar-se sobre uma base de afinidade por intermédio de sistemas de comunicação telemáticos. Seus membros estão reunidos pelos mesmos núcleos de interesses, pelos mesmos problemas: a geografia, contingente, não é mais nenhum ponto de partida, nenhuma coerção. Apesar de “não-presente”, essa comunidade está repleta de paixões e de projetos, de conflitos e de amizades. Ela vive sem lugar de referência estável: em toda parte onde se encontrem seus membros móveis ... ou em parte alguma (LÉVY, 1996, p. 20).

Afinidades que coincidem e também se efetivam com a “presença” mais intensa da virtualidade na realidade cotidiana que, como um conceito elementar pressupondo o “ilusório”, inspira inúmeras reflexões em torno de suas implicações e consequências para um mundo que também se constitui “desterritorializado” nas malhas das redes digitais interativas.

A importância que as redes desempenham na transformação do mundo digital, segundo considera Castells, reside na transformação que a Internet iniciou ao possibilitar a “ampliação e transformação da capacidade das redes em organizar a ação social e comunitária” e, da mesma forma, a “ação que leva a uma mudança de valores e relações de poder” (2010, p. 93). E todo o

¹⁷ No princípio, a Web se caracterizava por sites que não possuíam interação com os usuários. Com o seu desenvolvimento e estudos em Web semântica surgiram as versões 1.0, 2.0 e 3.0 que representam sua evolução em oferecer serviços e produtos, compartilhamento de conteúdos, interação e relacionamento com e entre usuários. As redes sociais, com seu poder de interatividade estabeleceram a Web 2.0, e partir de então também passaram a ser classificadas nestas versões.

potencial da Internet, como uma grande rede social que é, apenas foi possível devido e, sobretudo, ao seu desenvolvimento autônomo, na medida mesma em que os usuários contribuíam com e em sua modelagem, conforme observa Castells:

A abertura da arquitetura da Internet foi a fonte de sua principal força: seu desenvolvimento autônomo à medida que usuários tornaram-se produtores da tecnologia e artífices de toda a rede. Como o acréscimo de nós era simples, o custo permanecia baixo [...], e o software era aberto e acessível; na altura de meados da década de 1980 [...] qualquer pessoa com conhecimento técnico podia se ligar à Internet. Essa múltipla contribuição resultou numa saraivada de aplicação nunca planejadas, do e-mail aos *bulletin boards* e às salas de chat, o MODEM e, finalmente, o hipertexto (CASTELLS, 2003, p. 28).

Dessa abertura, avalia Castells, adveio sua ampla difusão global a partir de 1990, em parte por sua privatização e em particular por mudanças tecnológicas com a criação do www, tornando-se acessível para milhões de pessoas. Porém, conforme constata, a grande transformação que sofreu a Internet ocorreu a partir da primeira década do século 21, na qual as mudanças são de natureza qualitativa, “quando a quantidade transformou-se em qualidade”, em consequência do grande aumento no número de usuários, que em 1996 computava 40 milhões de usuários no mundo; e em segundo, com a explosão da plataforma móvel e da chegada da internet nesta plataforma, pela qual se difundiu mundialmente (2010, p. 94). Previsões quantitativas e perspectivas qualitativas, sobre a quais esclarece:

No final de 1995, o primeiro ano de uso disseminado da *world wide web*, havia cerca de 16 milhões de usuários de redes de comunicação por computador no mundo. No início de 2001, eles eram mais de 400 milhões; previsões confiáveis apontam que haverão cerca de um bilhão de usuários em 2005, e é possível que estejamos nos aproximando da marca dos dois bilhões por volta de 2010, mesmo levando em conta uma desaceleração da difusão da Internet quando ela penetrar no mundo da pobreza e do atraso tecnológico. A influência das redes baseadas na Internet vai além do número de seus usuários: diz respeito também à qualidade de uso. Atividades econômicas, sociais, políticas, e culturais essenciais por todo o planeta estão sendo estruturadas pela Internet e em torno dela, como por outras redes de computadores (CASTELLS, 2003, p. 8).

Quantidade de acesso e qualidade de uso que se expressou na necessidade de uma ferramenta de comunicação mais abrangente e efetiva na aquisição e ampliação de contatos ou “amizades”, que originou as redes sociais de relacionamentos pessoais em seu *locus* virtual, e deu início a uma versão ou visão de história na qual se destaca os meios e processos de comunicação e informação, entendidos como sistemas complexos, e pela qual se faz necessário dar vez aos recursos tecnológicos de comunicação e informação, voz aos emissores de mensagens e produtores de informações e, sobretudo, aqueles que fazem um novo e diferenciado uso do conteúdo das informações e das tecnologias informatizadas das redes de computadores.

Uma primeira rede que apresenta o formato que mais se aproxima das redes atuais e na qual já figurava o “conceito de amizade”, encorajando laços de relacionamento e interesses em comum entre as pessoas, foi lançada em 2002 e denominada Friendster¹⁸. Criada em São Francisco, essa rede social rapidamente registrou a marca de mais de três milhões de usuários cadastrados (CASTELLS, 2010) comprovando o grande interesse dos usuários (leia-se: pessoas, organizações não-governamentais e entidades civis) por estas formas de comunicação, de dinâmica e de interação social.

Significativo e inegável neste contexto de uma nova dinâmica ou de uma nova prática social que está para além das tecnologias que lhes dá suporte é o que recai sobre o que Castells com propriedade destaca: que as pessoas constroem suas próprias redes sociais. E na internet constroem seus próprios processos de ativação política e profissional, quer seja, assentando-se em valores democráticos e emancipatórios, ou partindo para o entendimento, segundo o próprio autor observa:

“As redes sociais são para todos: para o profissional, político, intelectual, cientistas, acadêmicos. É aí que as pessoas se

¹⁸ Registra-se que umas das primeiras redes com o propósito de realizar um reencontro entre os amigos de faculdade, escola, etc., foi a ClassMates.com em 1995, seguida do AOL Instant Messenger, um dos primeiros provedores de internet pioneiro na categoria bate-papo, e da Sixdegrees, primeira rede social que permitiu a criação de um perfil virtual, a publicação e listagem de contatos e cujo nome faz referência a teoria dos seis graus de amizade, ambas de 1997. Em sequência cronológica dos sistemas de informação, ou redes sociais criadas para dar suporte a esta nova modalidade de acesso as redes de computadores, logo após a Friendster, foram lançadas: a My Space e LinkedIn em 2003, o Orkut e o Facebook em 2004, e o Twitter em 2006. E como exemplo das mais recentes e conhecidas a Pinterest em 2010, e a Google+ em 2011 (OLIVEIRA, 2011).

expressam e articulam suas próprias relações. [...] E é nela (na Internet) onde se traduz o conjunto de atividades sociais, culturais, científicas, políticas e de novas capacidades de poder (CASTELLS, 2010, p. 96-97).

Capacidades ou relações de poder, num mundo sem fronteiras, mas dentro de um dos espaços de sua efetivação, o da comunicação, que se renovou radicalmente com a criação da Internet e seus mecanismos de mediação eletrônica e interação social. Dessa junção resulta uma maior liberdade de expressão e de comunicação nas relações humanas e sociais no que respeita as formas e mecanismos automáticos de controle da ação social, e que Castells em sua análise, preceitua:

Os meios de comunicação, governos e as grandes corporações controlavam a comunicação, ao mesmo tempo que a comunicação em redes sociais digitais – a intercomunicação – de tipo horizontal possibilita barreiras de entrada muito menores. Portanto, aqui são construídas novas formas de movimentos sociais, novas formas de intervenção política, que colocam em xeque os meios de poder existentes (CASTELLS, 2010, p. 97).

Novas formas de participação política, atuação, mobilização e luta social que requerem melhor entendimento do alcance e poder destes meios de comunicação contemporâneos, tanto em relação à constituição e dinâmica das redes sociais, quanto em sua capacidade potencial em construir e estabelecer novas conexões ou interconexões por meio da Internet e de suas tecnologias, e que incidem, do mesmo modo, nos processos de transformação e mudanças sofridos pela sociedade. E, no tocante à tecnologia, “conforme diferentes áreas do globo são postas em interconexão, ondas de transformação social penetram através de virtualmente toda a superfície da Terra” (GIDDENS, 1991, p. 12).

Sobre esta demanda e com este intuito, correntes teóricas de estudos e diversas modalidades de pesquisas, de analistas sociais e profissionais afirmam, têm despontado em busca de interpretações que corroborem na compreensão destes novos estamentos que se estabelecem por meio de modernas tecnologias e de redes sociais virtuais na construção de uma nova ordem social global.

Dentre pesquisas e análises, vários aspectos desse devir social têm sido abordados por Ilse Scherer-Warren em seus diversos estudos e na construção teórica sobre ações coletivas e movimentos sociais. Neste sentido, e em uma de suas considerações reconhece, inicialmente, que “as novas tecnologias têm papel relevante para a formação de uma sociedade cada vez mais ampla e mundializada, no que tange a informação e a comunicação” (2008, p. 513), uma vez que o fenômeno das redes sociais virtuais é uma manifestação dessas tecnologias. A partir de então, e do interesse particular no campo político que se constitui por meio de ações coletivas e da interação em rede, a pesquisadora, quando trata das configurações de redes sociais na sociedade da informação, e em busca de uma “relação dialógica entre o tradicional e o moderno (inclusive pós-moderno), entre o local e o global, e entre o individual e o coletivo”, aponta três categorias de análise que podem colaborar na compreensão deste contexto, consideradas como dimensões de:

- a – temporalidade - comunicação em rede em tempo real, mas que permite a conexão de tempos sociais distintos;
- b – espacialidade - criação de territorialidade de novo tipo, virtuais e presenciais, e a conexão entre ambas;
- c – sociabilidade - novas formas de relações sociais, quanto a intensidade, a abrangência, a intencionalidade e, em especial a seu significado e alcance num novo tipo de esfera pública (SCHERER-WARREN, 2006, p. 217).

Para Scherer-Warren, a comunicação em tempo real das redes sociais informatizadas, aproxima e permite a reflexão de temporalidades históricas distintas, ou seja, entre tradição, modernidade e/ou a pós-modernidade, em cuja dinâmica, que aproxima tempos culturais distintos, aberta pelas possibilidades do ciberespaço, observa-se o ímpeto de redes de movimentos sociais, e a sinergia entre redes presenciais e virtuais, como no exemplo do Movimento Neozapatista de Chiapas, sobre o qual expõe:

Um exemplo emblemático é o Movimento Neozapatista de Chiapas, que conseguiu resgatar valores culturais milenares associados-os a novos ideários pós-modernos e difundido-os em tempo real. Cria-se, assim, pela primeira vez na história da humanidade, um potencial para uma relação dialógica entre culturas com raízes históricas diversificadas e, quiçá, um laboratório para a construção de relações

interculturais de reconhecimento, respeito, solidariedade entre o tradicional e o moderno (SCHERER-WARREN, 2006, p. 218).

Essas questões temporais, segundo Scherer-Warren, demanda se pensar as redes em suas configurações espaciais, ou seja, sobre as distintas territorialidades existentes entre redes presenciais e redes virtuais. Questões de ambigüidade e que consistem, conforme observa, condições diferenciais em que:

As redes sociais primárias, interindividuais ou coletivas, caracterizam-se por serem presenciais, em espaços contíguos, criando territórios no sentido tradicional do termo, isto é, geograficamente delimitados; enquanto as redes virtuais, resultantes do ciberativismo, são intencionais e transcendem as fronteiras espaciais das redes presenciais, criando, portanto, territórios virtuais cujas configurações se definem pelas adesões a uma causa ou por afinidades políticas e ideológicas. Todavia, elas poderão vir a ter impacto sobre as redes presenciais e vice-versa, numa constante dialética entre o local e o mais global, entre o presencial e o virtual, entre o ativismo do cotidiano e o ciberativismo digital, podendo vir a auxiliar na formação de movimentos cidadãos planetarizados (SCHERER-WARREN, 2006, p. 219).

Do mesmo modo, ou de um ponto de vista metodológico, as formas de sociabilidade nas redes e suas respectivas “relações de identificações e assimetrias de poder” são percebidas e distribuídas por Scherer-Warren em categorias analíticas nomeadas de “reciprocidade, solidariedade, estratégia e cognição”, dentre as quais destaca a aplicabilidade da noção de redes sociais a partir da reciprocidade que tem sido de utilidade nos estudos que privilegiam “relações sociais no cotidiano local”, e a noção de redes de solidariedade direcionada para o exame das redes de mútua-ajuda, de ações voluntárias e de economia solidária (2006, p. 220-221).

Por fim, ressaltando a relevância que a estratégia das redes de ações coletivas assume para o entendimento das dinâmicas políticas dos movimentos sociais, considera a autora que:

[...] a idéia de rede, isto é, a rede enquanto uma forma organizacional e uma estratégia de ação que permitiria aos movimentos sociais desenvolverem relações mais horizontalizadas, menos centralizadas e, portanto, mais democráticas, tem assumido frequentemente um caráter propositivo nos movimentos sociais [...]. Na sociedade da

informação não há como não considerar a multidimensionalidade das redes - social, espacial, temporal -, sobretudo para o entendimento dos sujeitos coletivos emergentes, tais como os movimentos antiglobalização, movimentos pela paz, que são a síntese articuladora de vários submovimentos identitários, os quais também se conectam através de redes identitárias diversas - ecológicas, feministas, de economia solidária, sindicalistas, de educação intercultural, dentre outras. (SCHERER-WARREN, 2006, p. 222-224).

Disso decorre, segundo enuncia o teórico da comunicação Dênis de Moraes, porque a “organização em redes, dentro e fora da Internet, se revela inovadora”:

Elas facilitam a intercomunicação de indivíduos e agrupamentos heterogêneos que compartilham visões de mundo, sentimentos e desejos. Permitem unir forças, intercambiar experiências e articular iniciativas. Servem de estuários para a defesa de identidades culturais, a promoção de valores éticos e a democratização da esfera pública (MORAES, 2002, p. 2).

E que, potencializadas por tecnologias contemporâneas da comunicação, despontam virtuais, capazes de transpor obstáculos de mobilização espacial, interação social, diversidade e identidade cultural. De alimentar a produção e disseminação da informação e do conhecimento. De incentivar e evidenciar a participação comunitária e a cooperação voluntária como construções coletivas, que por sua vez, também se tornam capazes de transformar e mudar realidades sociais, econômicas, políticas; e alterar os rumos da história.

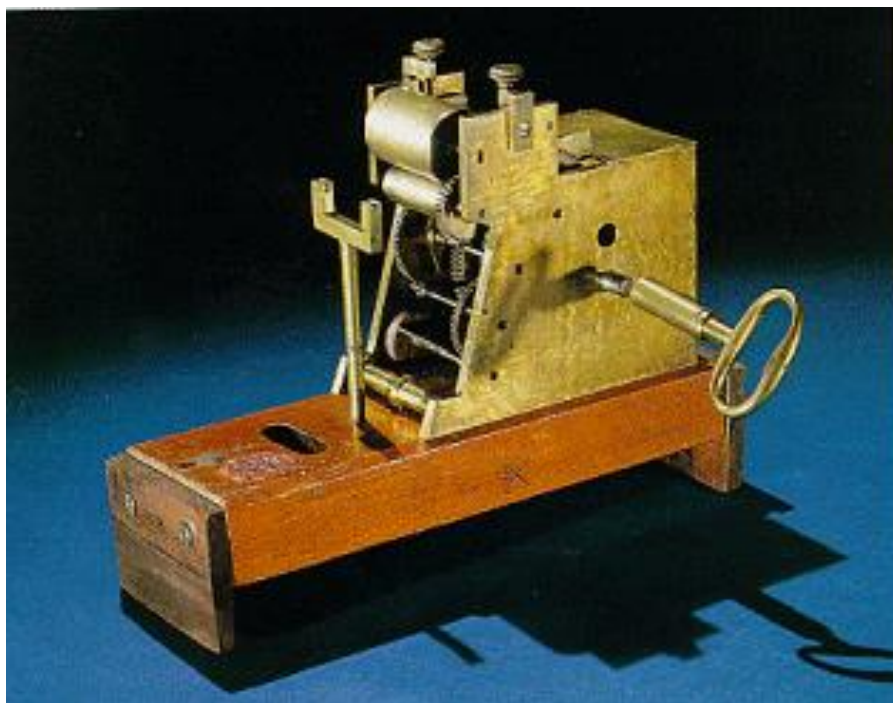


FIGURA 10. TELÉGRAFO

Telégrafo de Samuel Morse patenteado em 01 de maio de 1849. Fonte: <http://www.if.ufrgs.br>.

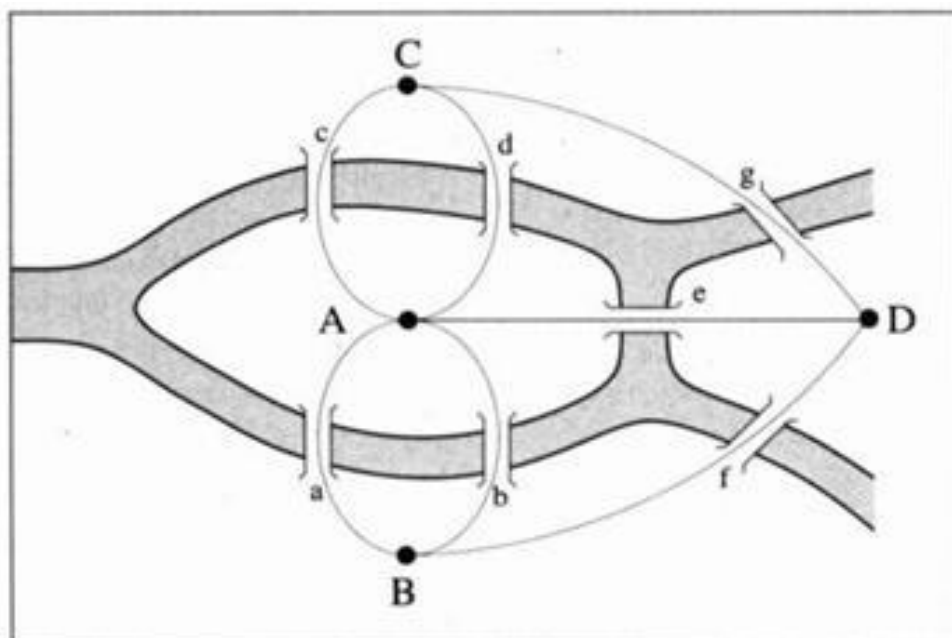


FIGURA 11. TEORIA DOS GRAFOS

Em 1736, Leonard Euler interessou-se pelo enigma conhecido como Königsberg Bridge Problem. A solução proposta por Euler para este problema é considerada o primeiro teorema da teoria dos grafos. Fonte: <http://www.xtimeline.com>.

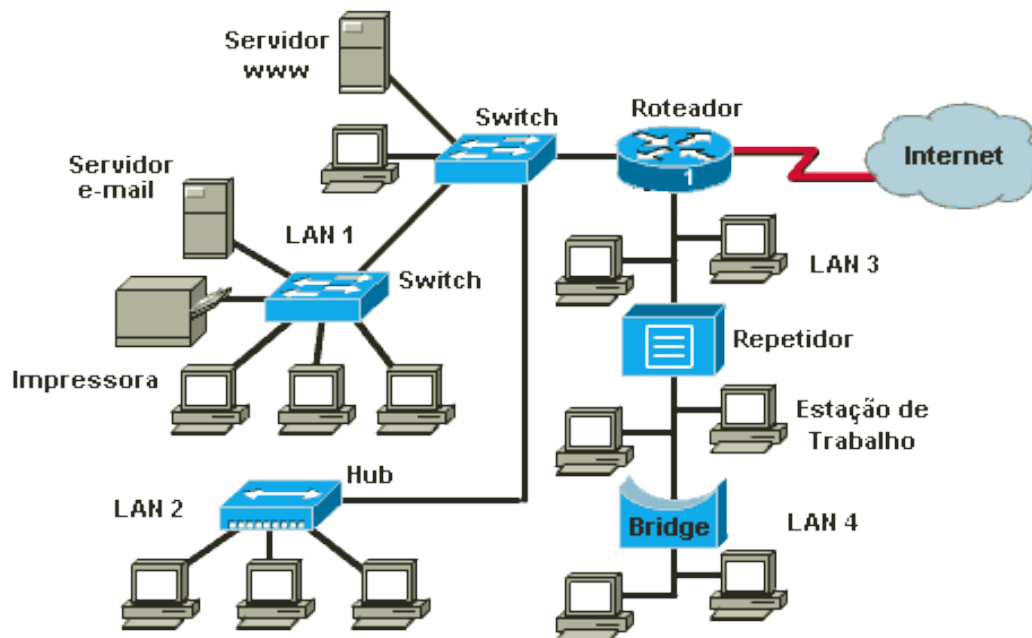


FIGURA 12. ESTRUTURA DE UMA REDE DE COMPUTADORES
 Fonte: <http://www.projetoederedes.com.br>.



FIGURA 13. TEORIA DOS SEIS GRAUS DE SEPARAÇÃO DE STANLEY MILGRAM
 Fonte: <http://olharnomade.blogspot.com.br>.



FIGURA 14. LOGO DA REDE SOCIAL TWITTER

Fonte: <https://about.twitter.com>.

The screenshot displays the Friendster homepage with a blue header bar. The header includes the Friendster logo, a search bar powered by Google, and navigation links: Home, My Profile, My Apps, My Connections, Explore, Search, Classifieds, and Find Friends. A language selector is set to English. The main content area is divided into two columns. The left column features a 'Log In' section with fields for Email and Password, a 'Remember me' checkbox, and a 'Log In' button. Below this is a 'Find Friends on Friendster' section with a search bar and a 'Search' button. The right column features a 'Join Friendster' section with fields for Email Address, Password, Re-enter password, First Name, Last Name, Date of birth (Month, Day, Year), Gender (Male/Female), and Country (Austria). A 'Register' button is located below these fields. At the bottom of the left column, there is a 'Popular Members' section showing two profile pictures and names: Jocelyn (29, Married, Great Britain (UK)) and April Petite (27, Married, San Diego, CA). At the bottom of the right column, there is a 'New Members' section showing four profile pictures.

FIGURA 15. HOMEPAGE DA REDE SOCIAL FRIENDSTER

<http://www.techtudo.com.br>.

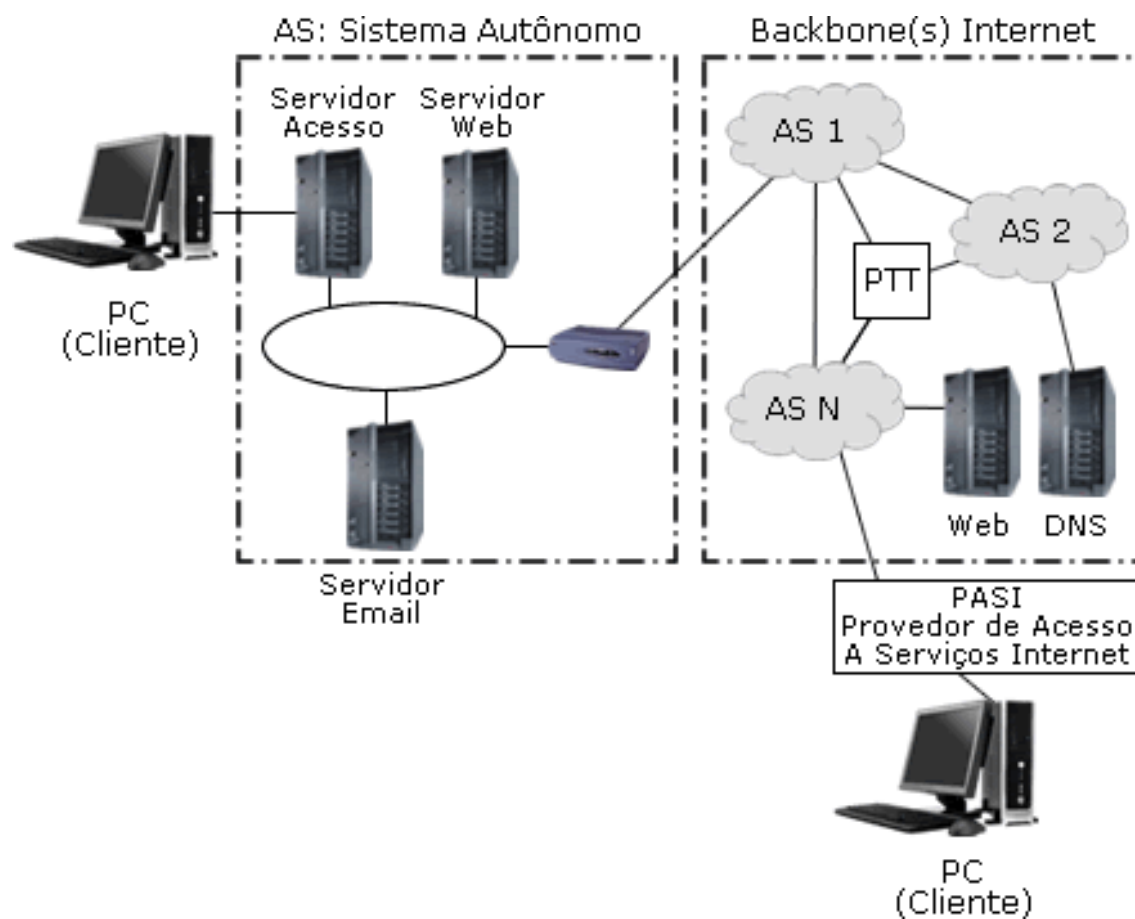


FIGURA 16. ARQUITETURA TÍPICA DA INTERNET
 Fonte: <http://www.teleco.com.br>.

CAPÍTULO 3

Movimento Social e Ativismo em Rede

“Torna-se imperativo dar a todos os indivíduos não só a possibilidade efetiva máxima de participação em todo poder explícito, mas também a esfera mais extensa possível da vida individual autônoma”.

Cornelius Castoriadis

“Uma tecnologia só pode ser absorvida por uma cultura quando esta lhe dá uma função social”.

Walter Benjamin

É fato e histórico que o processo de globalização, enquanto um fenômeno econômico e social, exerceu profunda influência no desenho e organização das sociedades ao longo dos séculos. Do mesmo modo, tornou-se histórico o fato de que o avanço de tecnologias da informação e comunicação e a popularização das redes mundiais de computadores tornaram-se fenômenos técnicos que desencadearam por si só, e mais decisivamente a partir da década de 1990, fenômenos sociais determinantes nas configurações ou na reconfiguração de padrões econômicos, culturais e políticos.

E como dinâmicas sociais e contextos históricos são analisados à luz de teorias que se constituem indissociáveis das interpretações e narrativas representativas, as correntes contemporâneas da teoria social e dos estudos culturais, “refletem cada vez mais um senso generalizado de compressão do tempo-espço; e de termos como ‘globalização’, ‘nexo global local’, ‘globalismo crítico’ e ‘condição global’” (SLATER, 2000, p. 503). Em torno destas perspectivas de teorização social, alguns debates sobre estas questões têm se concentrado especialmente em “transformações institucionais que sugerem que estamos nos deslocando de um sistema baseado na manufatura de bens materiais para outro relacionado mais centralmente com informação” (GIDDENS, 1991, p. 8). E se para uns a globalização fez emergir uma sociedade desregrada, com infinitas possibilidades de comunicação e acesso à

informação, de novas e potenciais descobertas tecnológicas, e de variados processos de relações e intercâmbios econômicos, para outros, a participação política dos sujeitos (individual ou coletivamente) está diretamente relacionada com as dificuldades de conquista da autonomia, originadas e imputadas pela própria globalização.

Tanto assim é que o historiador e educador Holgonsi Siqueira quando teoriza ou trata das concepções em torno de fenômenos globalizantes e tecnológicos, com o objetivo de analisar a relação globalização e autonomia social dos indivíduos observa que, segundo uma visão teórica efetivamente crítica, a globalização é vista como:

[...] uma condição histórica concreta e, portanto, permeada de contradições (produtivas e não-produtivas), que é um fenômeno multidimensional, que diz respeito não só ao domínio econômico, mas também ao domínio político, ao sociocultural, ao tecnológico, ao educacional, etc. [...] Sob este viés, o entendimento do processo global deve ser associado a conceitos como tempo-espaço pós-moderno, pós-fordismo, neoliberalismo, transnacionais, sociedade do conhecimento, sociedade do consumo, novos movimentos sociais e outros (SIQUEIRA, 2001, p. 4-5).

Conceitos ou condições históricas concretas, nas quais as mudanças globais ou outras formas de pressão, independentes de que ordem sejam, se econômicas, políticas ou culturais, interferem em atos de escolha e tomadas de decisão por parte dos indivíduos, ora condicionados ou classificados como pós-modernos. Portanto, como se trata de um contexto contraditório, mas dialético, para este estudioso, a globalização apresenta “problemas e soluções; dependências e desenvolvimentos; limites e possibilidades” que tanto podem favorecer como também dificultar, limitar ou impossibilitar o exercício da autonomia. Ou seja, interferir na capacidade autônoma dos indivíduos de “reger-se por si mesmo, de autodeterminação e de independência” (SIQUEIRA, 2001, p. 5).

E mesmo que esta sua proposição contemple um leque maior de estudo com o qual visa analisar as principais transformações que se apresentam próprias do processo de globalização, e como estas influenciam na autonomia dos indivíduos pós-modernos, Holgonsi Siqueira procura desenvolver suas ideias ou questões tomando “autonomia” com o significado de

“autodeterminação”. Característica que considera fundamental para a “construção da cidadania”, por combater o que está “instituído, dado, determinado e busca reinstituí-lo, fazendo do indivíduo um ser instituinte” (2001, p. 5-6).

Neste sentido, e tendo em vista destacar o conjunto das transformações econômicas, políticas, tecnológicas e socioculturais, propondo como recurso de análise o uso da expressão “mundo-como-um-todo”, utilizada pelo sociólogo escocês Roland Robertson para definir globalização, além de levantar questões centrais com as quais indaga: - “o que possibilitou sentirmos o mundo-como-um-todo?” e, - “o que permitiu a realização da metáfora de McLuhan da aldeia global?”, Siqueira também se predispõe em discutir as implicações das “novas tecnologias” para a autonomia individual dos indivíduos, primeiramente ressaltando que:

A percepção deste "todo" só foi possível graças ao desenvolvimento das novas tecnologias (toda a tecnologia de produção e reprodução do simulacro), as quais mexeram profunda e irreversivelmente com as duas categorias básicas da existência humana - o tempo e o espaço. O que Harvey (1989) chamou de "compressão do tempo-espaço" (prefiro sem o hífen) significa a queda das barreiras espaciais, tornando-se menor o mundo, aproximando-se as distâncias e substituindo o tempo de longa duração pelo tempo da velocidade. Assim, as qualidades objetivas do tempo e do espaço são revolucionadas, e nossa representação do mundo é alterada. Vivenciamos o mundo-como-um-todo porque as novas tecnologias de comunicação e informação trazem-no para dentro de nossas casas e, simultaneamente, nos levam para fora, colocando-nos em contato com outros costumes, outras maneiras de ver o mundo, de viver a riqueza e de sentir a pobreza. A interface da tela (televisão, computador, teleconferência, teletrabalho, etc.), abolindo a realidade das distâncias, faz com que estejamos no "mundo todo" sem que para isto precisemos viajar fisicamente [...]; transforma a sala de estar, o escritório e outros espaços, que seriam improváveis há pouco tempo, em lugares de assimilação de tecnologia. (SIQUEIRA, 2001, p. 6).

Assimilação tecnológica e “novas tecnologias” que, e segundo observa Siqueira, fizeram das indústrias culturais poderosas empresas transnacionais através da convergência dos setores audiovisuais, de tecnologias de computadores e telecomunicações, concentrando tudo que esteja relacionado com a comunicação de massas e o entretenimento, criando e transmitindo eventos globais que podem se alternar de um evento artístico a uma guerra.

Grandes conglomerados ou “jogadores globais” que revelam transações vitais no desenvolvimento exponencial de um mercado mundial; lucram com produtos audiovisuais e serviços *on line*; delineam o que hoje se chama a sociedade da informação, e que:

Construíram o mundo-como-um-todo através de um tempoespaço tecnológico, que não tem estrutura, é flexível, volátil, descentrado e, obviamente, apresenta o mundo globalizado com uma dimensão mais explicitamente tecnológica. Este tempoespaço se comprime através de inúmeras interdependências como, por exemplo, as econômicas, políticas, socioculturais e as ecológicas, e os horizontes temporais são reduzidos a um “presente perpétuo” (SIQUEIRA, 2001, p. 7).

Redução a um “presente perpétuo” proporcionado por novas tecnologias, num mundo-como-um-todo no qual se “sente, se pensa e se vive numa série de ‘puros presentes’” não relacionados no tempo, e que para Siqueira, ao se expressar segundo os pressupostos do crítico literário e político Fredric Jameson e a descrição do psicanalista francês Jacques Lacan, quando o mesmo define esquizofrenia como um “amontoado de significantes distintos e não relacionados”, configura o “mundo da esquizofrenia”. Novas tecnologias que se possibilitaram o mundo-como-um-todo, também contribuíram na transformação dos indivíduos em seres esquizofrênicos, incapazes de relacionar harmonicamente “passado e futuro”, e a viver o tempo como “presente perpétuo”, ou seja, “viver de forma fragmentada, superficialmente, forjando a consciência pela efemeridade dos acontecimentos, dos relacionamentos e das coisas” (2001, p. 7)

No entanto, procurando arrematar suas questões que se coadunam com o contexto de uma sociedade em transformação e de um novo paradigma produtivo, com economias de mercado estreitadas pelo avanço e predomínio de tecnologias e por relações transnacionais, Holgónsi Siqueira inclina-se a considerar que, se por um lado a globalização tem se colocado como um grande obstáculo para a formação ou o exercício da autonomia dos indivíduos devido as circunstâncias de esquizofrenia, nas quais a “consciência alienada do indivíduo tradicional é substituída pela consciência fragmentada do indivíduo pós-moderno e globalizado” (2001, p. 7-8).

Por outro lado, a revolução da informação propiciada pelas novas tecnologias no mundo-como-um-todo abriu um novo espaço de comunicação (telecomunicação interativa), criou as chamadas estruturas de informação e comunicação, que favorecem práticas autônomas no momento em que aumentam nossos horizontes e facilitam a produção de novos conhecimentos, confluindo para o viés cultural da cidadania. Através destas estruturas (destaque especial à Internet), abre-se um novo espaço para circulação de idéias, lutas e alianças progressistas, favorecendo-se a participação política, desde que seja repensada a relação entre os intelectuais e as novas tecnologias. A presença da esfera pública nestas estruturas amplia a participação dos indivíduos nas tomadas de decisão e no acompanhamento do que está sendo feito pelo poder público (SIQUEIRA, 2001, p. 8).

Para Siqueira é através de uma diversidade de práticas e da conjugação de recursos da informática e das telecomunicações que novos atores sociais tem se articulado, independentemente das formas convencionais de organização política, e que:

No atual processo de globalização, as tecnologias de informação, comunicação e produção, embora moldadas por forças sociais específicas com o objetivo de produzir/manter a heteronomia, podem ser reconfiguradas e usadas para um maior exercício da autonomia (SIQUEIRA, 2001, p. 13-14).

Assim, se não há como duvidar de que em fins da década de 1980 e início da década de 1990 uma era se encerrou e outra nova começou como sugerira Hobsbawm (1995), é consenso entre estudiosos e pesquisadores que acompanham a evolução do tema que, a partir da década de 1980, e mais decisivamente a partir de 1990, em paralelo ou dentro de uma mesma dimensão temporal na qual se observa a expansão e intensificação da globalização, avanço de tecnologias da informação e comunicação, intensificação do uso de computadores e utilização pioneira de sistemas de informação, os movimentos sociais abarcando novas temáticas de protesto e de novos paradigmas, tomando de categorias como cultura, identidade, autonomia, subjetividade, dentre outras, também passaram a expressar novas formas de ação coletiva relacionada às transformações e organização da sociedade e conseqüentemente, expressar mudanças nas formas de viver e de sobreviver; de pensar e de agir; de cumprir deveres e exercer direitos; de

construir novas arenas públicas e de “fazer” política, que os submetem a um contínuo processo de construção e de reconstrução de suas ações.

No mesmo circuito, ou momento histórico, em que também se é possível observar a consolidação da comunicação à distância, popularização das redes de computadores, e no qual, a organização e articulação em redes sociais entram em evidência e adquirem novos formatos e extensões, abarcando situações que em sua forma original ou clássica, local ou global, não se era possível contemplar, o desenvolvimento de tecnologias de informação e comunicação se “permitiu o ‘desvairado e incontrolável’ fluxo de capitais pelo planeta, agilizou e articulou uma variedade enorme de movimentos sociais e organizações da sociedade civil” (MARTINHO, 2003, p. 11) e, do mesmo modo, contribuiu para que determinados contextos e conceitos políticos se redefiniram ou, mais pontualmente, se ampliassem. Dentre os quais os conceitos de cidadania, participação política, e de cultura como fato político.

A fim de sublinhar que as conexões entre movimentos sociais e política cultural e, em particular, o enquadramento cultural do ‘fazer política’, são questões globais que não podem ser equacionadas e solucionadas dentro dos limites do Estado territorial, o geográfico inglês David Slater, tomando como exemplo significativo o movimento mexicano de resistência e rebelião zapatista, e que neste seu debate se enquadra numa perspectiva que privilegia tanto aspectos culturais quanto geopolíticos, bem como a formação de arenas espaciais que fundem o global, o nacional, o regional e o local, destaca em um primeiro momento, a partir de entrevista publicada em 1995 pelo subcomandante do movimento, dentre outras observações, “a importância central atribuída ao papel dos meios de comunicação”, expresso na compreensão de que:

Se é possível fazer com que um movimento ou uma resistência pareçam mortos ou moribundos independente da realidade dos fatos, então isso constitui uma ameaça maior do que um poderio militar superior. É nessa situação que o uso do correio eletrônico e da Internet assume um potencial alternativo (SLATER, 2000, p. 521).

Da mesma forma, ao sugerir que os efeitos “questionadores, rompedores e desestabilizadores” dos movimentos podem ser pensados e analisados numa ampla visão geopolítica que contemple o “interior e o

exterior”, ressalta a condição de autonomia, no quesito território, requisitada e reivindicada por estes povos indígenas, avaliando que:

[...] o crescimento das reivindicações indígenas de autonomia territorial em várias sociedades latino-americanas combina uma interrogação da ordenação espacial existente com um questionamento profundo dos fundamentos do próprio Estado. A autonomia foi a principal reivindicação dos povos indígenas mexicanos quando pediram a criação de uma Assembléia Indígena Nacional Plural pela Autonomia, afirmando que durante séculos o governo mexicano tentou integrá-los numa nação homogênea que nunca existiu. [...] A autonomia depende de os povos indígenas terem direito a suas terras tradicionais [...]. Terra, autonomia territorial e a reafirmação das identidades indígenas unem-se de maneira que reenfatizam as interseções íntimas entre o cultural e o geopolítico (SLATER, 2000, p. 524).

Interseções culturais e geopolíticas que em nada contribuem na composição de espaços autônomos de poder, luta social e reivindicação popular de direito a “terra, moradia, trabalho, alimentação, saúde, educação, cultura, informação, independência, democracia, liberdade, justiça, paz, segurança, anticorrupção e meio ambiente”, conforme evocaram os zapatistas de Chiapas (SLATER, 2000). Que em nada contribuem na constituição de espaços transfronteiriços autônomos de resistência e rebelião as formas de controle centralizadoras e marginalizadoras, nos quais se situam movimentos sociais.

Logo, em busca de compor e construir espaços autônomos e democráticos, em constituir relações sociais independentes de distâncias espaciais e “enquadramentos nacionais” e empenhados na descoberta de alternativas à globalização neoliberal, novos movimentos sociais ou movimentos sociais contemporâneos, assim como outros segmentos da sociedade, suscetíveis as mudanças econômicas, políticas, sociais e culturais ocorridas nas últimas décadas do calendário ocidental, e dentre estas, as mudanças relacionadas com a emergência das tecnologias de informação e comunicação e sua rápida evolução e difusão nas sociedades contemporâneas, também tem se apropriado dos recursos técnicos e dispositivos tecnológicos postos à humanidade desde a invenção da informática, e incorporado tecnologias de informação em suas práticas

organizacionais e comunicativas, bem como, em suas estratégias de mobilização social e participação política.

Se imersos em um campo de análise social que valorize mais a cultura do que as demandas na economia, a organização e atuação dos novos movimentos sociais em “redes de troca de informações e cooperação” (GOHN, 1997, p. 126), se por um lado, refletiu o seu relacionamento com a mídia, por outro, ressaltou sua recente apropriação dos meios e aparatos tecnológicos de comunicação empreendida em suas lutas por reconhecimento de direitos, muitos dos quais centrados em questões ambientais, de minorias étnicas e raciais.

Atento a tais prerrogativas, o pesquisador George Yúdice, ao focar o modo como os atuais processos de globalização geraram discussões sobre o papel da sociedade civil e refletir sobre a tradição dos estudos culturais na Europa e América Latina, delineia a existente relação e alcance das comunicações que caracterizaram novos cenários e arenas de luta para a ação dos movimentos sociais ao retratar a atuação, apropriação e uso pioneiro dos meios de comunicação e tecnologias contemporâneas desencadeado pelos zapatistas no México, destacando que:

Embora a maioria das visões de esquerda da globalização seja pessimista, a virada para sociedade civil no contexto das políticas neoliberais e os usos das novas tecnologias sobre as quais repousa a globalização abriram formas novas de luta progressista em que o cultural é uma arena crucial de luta. [...] Os zapatistas, fizeram uso da internet e outros meios de comunicação de maneira inovadora a fim de criar redes amplas de solidariedade, não somente para promover os direitos dos grupos indígenas e a democratização do México, mas também para organizar um movimento mundial contra o neoliberalismo (YÚDICE, 2000, p. 432-433).

O feito, ou o primeiro exemplo de apropriação e incorporação de tecnologias de informação em suas dinâmicas próprias e ações coletivas, que se tornou fato, amplamente divulgado na literatura de diversas áreas do conhecimento, e que Castells (1996) definiu como a “primeira guerrilha informacional”, se inseriu e se registrou na história com a insurreição do Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN) iniciado em 1994, contra a precária situação econômica e social das populações indígenas e do acordo

realizado entre o estado mexicano e o Tratado Norte-Americano de Livre Comércio (NAFTA).

O episódio, que se transformou e culminou em um movimento de repercussão internacional, quando o conflito, os gritos das manifestações e as reivindicações dos zapatistas foram divulgados em meios de comunicação de massa e em conexões eletrônicas,

[...] arrebatou a imaginação popular pelo mundo todo ao congregar apoio para sua causa através de redes eletrônicas de faxes e da Internet – em conexão com o mundo da mídia e uma estrutura descentralizada de grupos de solidariedade. [...] na origem dessa rede eletrônica de solidariedade estava *La Neta*, uma rede baseada na Internet que organizava mulheres mexicanas, apoiadas pelo *San Francisco Institute of Global Communication*, uma ONG de técnicos socialmente responsáveis (CASTELLS, 2003, p. 115).

Assim, e em meio a estes aspectos de redefinição e de dinâmicas diferenciadas ou mesmo de conflitos sociais, resguardando-se na alegação de que, em parte, as “novas” tecnologias de informação e comunicação, também são responsáveis por paradigmas teóricos, sociais e tecnológicos postos à categoria movimentos sociais veremos, neste capítulo, algumas características de influência e de convergência para o entendimento do que até então têm evidenciado teoricamente novos formatos e empiricamente novas configurações para o campo do conhecimento dos movimentos sociais, dentre as quais, a tendência da formação de “redes”, o aparecimento de termos como “ciberdemocracia”, “cibercidadania”, “cibermilitância” e formas de ação social e política a distância, que tem sido genericamente denominado como “ativismo em rede”, se bem a existência de outras denominações como “ativismo à distância” e “ativismo digital”.

3.1 TRANSPONDO PARÂMETROS

Numa abordagem panorâmica, há uma multiplicidade de perspectivas, de significados e de entendimento quando se pensa o tema e a categoria movimentos sociais. Defini-los, significa, sobretudo, entendê-los em seu contexto de origem, como implica reconhecer os percursos que fizeram deles

um tema e uma categoria que tem fecundado diversas pesquisas e disciplinas acadêmicas (DUARTE; MEKSENAS, 2008, p. 121).

No século XX, a releitura das obras dos sociólogos Émile Durkheim e Max Weber contribuiu para a constituição de um campo teórico de cunho não marxista para o estudo e compreensão dos movimentos sociais. Demandando uma nova roupagem, e em busca de uma melhor interpretação e assimilação destes fenômenos sociais, diversos autores incorporaram na re-elaboração do campo teórico categorias de análise como “ação social, anomia; indivíduo e grupo; integração social e crise; família e vizinhança; sexo e cor”. Do mesmo modo, e emergindo como pólo dinâmico da sociedade civil, os movimentos sociais se tornariam o campo de produção que forneceria elementos para a afirmação da cultura com capacidade para reinventar o cotidiano das classes trabalhadoras como, por exemplo, os movimentos reunidos sob a rubrica de contracultura, dentre os quais, o movimento *black power*, os panteras negras, o movimento feminista, o pop art, entre outros. Ao final do século, em plena globalização, os movimentos sociais se definiriam em torno das categorias “consumo e comunicação”, e se os conflitos, antes em escala macrossocial, surgiriam mais “localizados, fragmentados e particularizados”, a postura tida como ofensiva passa a ser observada em uma condição mais defensiva. Sobre estes aspectos, a noção de direitos e cidadania, segundo o sociólogo francês Alain Touraine, torna-se central para os debates sobre movimentos sociais (DUARTE; MEKSENAS, 2008, p. 126-128).

Dentre as diversas perspectivas e multiplicidade de abordagens, a socióloga e cientista política Maria da Glória Gohn (1997) traçando um perfil evolutivo das teorias que, mediante contextos históricos, socioculturais e políticos, buscaram delinear e conceituar a ação coletiva e a participação política dos indivíduos na sociedade, e que originou paradigmas na formação do campo de conhecimento dos movimentos sociais, destaca o paradigma dos Novos Movimentos Sociais (NMS).

Sobre a configuração deste paradigma, e dentre as características apresentadas, Gohn observa que "os atores sociais são analisados pelos teóricos deste paradigma prioritariamente sob dois aspectos: por suas ações coletivas e pela identidade coletiva criada no processo" (1997, p. 123). Neste sentido, de análise das ações coletivas, de formação ou construção de

identidades Gohn, ao melhor caracterizar os aspectos constitutivos do paradigma faz transparecer, mesmo que subliminarmente, o relacionamento e confluência que estes novos movimentos tendem a assumir e estabelecer com a mídia, e em termos gerais, com os meios de comunicação de massa. Nestes termos, delineando um perfil, pontua:

Os Novos Movimentos recusam a política de cooperação entre as agências estatais e os sindicatos e estão mais preocupados em assegurar direitos sociais - existentes ou a ser adquirido para suas clientelas. Eles usam a mídia e as atividades de protestos para mobilizar a opinião pública a seu favor, como forma de pressão sobre os órgãos e políticas estatais. Por meio de ações diretas, buscam promover mudanças nos valores dominantes e alterar situações de discriminação, principalmente dentro de instituições da própria sociedade civil (GOHN, 1997, p. 124)

Além de observar este aspecto da formação paradigmática dos Novos Movimentos Sociais, Gohn também atenta para o fato de que este relacionamento com a mídia e meios de comunicação de massa também é uma característica mais ampla da organização social que tende a sofrer influência direta do poder capital e dos avanços e recursos tecnológicos impostos à sociedade, como destaca, ao referenciar os estudos da politóloga Chantal Mouffe:

Mouffe (1998) afirma que a novidade dos Novos Movimentos na Europa deriva de novas formas de subordinação ao capitalismo tardio: a banalização da vida social ou a expansão das relações capitalistas na cultura, no lazer e na sexualidade; a burocratização da sociedade; e a massificação ou homogeneização da vida social pela poderosa invasão dos meios de comunicação de massa (GOHN, 1997, p. 125).

Do mesmo modo, e direcionando maior atenção para os aspectos organizacionais do paradigma Gohn ressalta, mais uma vez, a influência da organização social sobre os movimentos sociais, apontando para a tendência da formação e atuação em redes de informações. Sobre esta tendência irar considerar que:

A mudança do eixo das demandas da economia para um patamar mais cultural refletiu-se na organização dos novos movimentos sociais fazendo com que se apresentem mais descentralizados, sem hierarquias internas, com estruturas colegiadas, mais participativos,

abertos, espontâneos e fluidos. As lideranças continuam a ter importante papel no esquema de análise dos NMS. Mas elas são apreendidas atuando em grupos, formando correntes de opiniões. Não há lugar nesta estrutura para os velhos líderes oligárquicos, que se destacavam por sua oratória, por seu carisma e poder sobre seus liderados. Disto resulta que os movimentos passaram a atuar mais como redes de troca de informações e cooperação em eventos e campanhas (GOHN, 1997, p. 126).

E tomando do paradigma num amplo panorama avaliativo, Gohn também aponta aspectos básicos e gerais que compõem o quadro analítico da teoria dos novos movimentos sociais. Em seu entendimento, sustenta que:

Os NMS caracterizam-se pelo estudo de movimentos sociais num *approach* mais construtivista, tomando como base movimentos diferentes dos estudados pelo paradigma clássico marxista. Eles se detiveram no estudo dos movimentos de estudantes, de mulheres, gays, lésbicas e em todo o universo das questões de gênero, das minorias raciais e culturais. Há novidades na práxis histórica dos movimentos, mas as categorias utilizadas para explicar estas novas formas de processo social não estão claras, porque não partem das novidades em si mesmas mas de seus resultados, sendo a identidade coletiva sua expressão máxima. [...] A teoria dos NMS usou o clássico binômio causa-efeito, sem entrar no mérito do conjunto de processos que configuraram os movimentos como tais. Da política se extraiu a questão da ideologia, tomada como conjunto de representações que configuram uma visão de mundo, mas o caráter dessas representações coletivas, como parte de projetos políticos mais abrangentes, não foi tratado. Ou seja, são análises de conteúdo em que há recortes de certos aspectos da realidade que poderão não ter correspondência com formas empíricas num certo momento histórico (GOHN, 1997, p. 128-129).

Mas, como no dizer de Scherer-Warren, modificações históricas conduzem ao repensar das teorias, a divisão heurística entre os novos movimentos sociais e movimentos sociais tradicionais trouxe de forma muito positiva, segundo aponta quando se propõe pensar a formação do paradigma, a tendência a buscar nas realidades empíricas os elementos que os fizeram emergir (1996, p. 23).

Neste sentido, e na composição de um contexto histórico do paradigma, resgata Scherer-Warren que foi após um período de relativa imobilidade da sociedade civil, decorrente do poder de opressão estatal, que movimentos sociais com características distintas apresentadas por movimentos do passado começaram a surgir em diferentes países capitalistas, e mais incisamente a partir da década de 1970, resultando na nomenclatura internacional de “novos

movimentos” adotada por muitos estudiosos do fenômeno (1996, p. 25-51) e em correntes teóricas que se dispuseram em analisar o paradigma.

Em se tratando do território nacional brasileiro, aludindo as especificidades e ao potencial destes novos movimentos sociais para o desgaste do autoritarismo na criação de uma sociedade mais democrática, em linhas gerais, observa Scherer-Warren que estes movimentos:

[...] compartilham de alguns aspectos comuns de um mesmo modelo cultural - ou contracultural ao existente; [...] apresentam suas especificidades dependendo das situações estruturais e conjunturais onde se organizam, no qual o seu significado político social terá a ver com as relações que estabelece com estas condições socialmente dadas; [...] negam o modelo político existente e apontam para novas formas de relações societárias; [...] crêem no poder da forma comunitária para a constituição histórica do grupo (SCHERER-WARREN, 1996, p. 51-55).

Em síntese, sobre esta formação de um novo paradigma no campo teórico dos movimentos sociais, tende a considerar Scherer-Warren, referindo-se a um contexto que contempla o cenário brasileiro, que:

[...] as lutas pela redefinição da cidadania (num sentido mais pleno: econômico, político e social), a deslegitimação de decisões tomadas autoritariamente pelo Estado, o fortalecimento das relações comunitárias em seu sentido político, a forma de agir pela resistência ativa não-violenta, a tentativa de democratização das práticas cotidianas e a busca de autonomias relativas são espaço que os NMS estão abrindo para a construção de uma sociedade mais democrática (SCHERER-WARREN, 1996, p. 60).

Delineando estas tendências, e na compreensão de que práticas cotidianas e relações de poder encontram-se nos mais variados espaços sociais Maria da Glória Gohn, persistindo no processo de interpretação deste paradigma, além de apontar que a teoria dos novos movimentos sociais não é uma teoria homogênea, um bloco referencial teórico uno, porque há correntes de estudos diferenciadas, também observa que o paradigma encontrou maior receptividade na América Latina, e mais especialmente, no Brasil e no México (1997, p. 141-142).

Sendo esta ausência de unicidade teórica uma característica na análise destes novos movimentos sociais, e didaticamente agrupando teorias em

blocos, Gohn identifica a existência de três correntes teóricas, que mesmo distintas se interligam, e sustentam as formulações do paradigma: a corrente francesa, liderada por Alain Touraine; a corrente italiana, liderada por Alberto Melucci; e a corrente alemã defendida por Claus Offe (1997, p. 141). Desse modo, e ao discorrer sobre cada uma destas correntes teóricas, observa inicialmente, na corrente francesa que, para Alain Touraine:

Um movimento social é ao mesmo tempo um conflito social e um projeto cultural. [...] Para ele, o estudo dos movimentos sociais é fundamental para entender o processo de mudança no mundo, mas isto não significa que sejam agentes ou forças privilegiadas deste processo. São, porém, forças culturais indispensáveis. (E que) movimentos sociais são ações coletivas que se desenvolvem sob a forma de lutas ao redor do potencial institucional de um modelo cultural, num dado tipo de sociedade. Assim, os conflitos sociais entre os atores devem ser entendidos em termos normativos e culturais (GOHN, 1997, p. 147 -149).

Nestes termos, Gohn destaca que Touraine, influenciado pelas transformações da era da globalização, passa a assinalar a “perda da importância do processo de produção, a transformação do mundo do consumo como o grande espaço de socialização das relações sociais, a importância das comunicações etc”. Mudanças que, segundo concebe, incitou o crescimento do individualismo, com os indivíduos centrados em si, em seus próprios desejos e interesses, descentralizando as demandas, e dissociando o mundo dos negócios do mundo da cultura (GOHN, 1997, p. 151).

Sob esta insígnia distintiva, Gohn também atenta que em se tratando da relação de suas concepções teóricas com as concepções de Marx, Touraine esclarece suas diferenças, assertivando que:

[...] “a noção de movimento social deve tomar o lugar da noção de classe social”, porque atualmente “não se trata mais de lutar pela direção dos meios de produção e sim pelas finalidades das produções culturais, que são a educação, os cuidados médicos e a informação de massa. “As novas contestações não visam criar um novo tipo de sociedade, menos ainda libertar as forças de progresso e de futuro, mas ‘mudar a vida’, defender os direitos do homem, assim como o direito à vida dos que estão ameaçados pela fome e pelo extermínio, e também o direito à livre expressão ou à livre escolha de um estilo e de uma história de vida pessoais” (TOURAINÉ, 1994; *apud* GOHN, 1997, p. 152-153).

E resumindo os princípios da corrente teórica na qual Touraine é seu expoente, por fim observa a autora:

Ele conclui afirmando que os movimentos sociais mobilizam princípios e sentimentos. [...] Os novos movimentos sociais falam mais de uma autogestão que de um sentido de história, e mais de uma democracia interna que de tomada de poder. Cabe aos intelectuais, em especial aos sociólogos, resgatar sua tradição, "descobrir o que está oculto, sair de si mesmo e de seu meio para restabelecer a distância com o objeto estudado". "Descrever e analisar os modelos culturais, as relações e os movimentos sociais que lhes dão forma, as elites políticas e as formas de mudança social que agitam o que pode aparecer por um breve instante como um mundo além da historicidade" são as novas tarefas dos pesquisadores dessa temática. Em 1996, Touraine afirmou que hoje precisamos revisar o conceito de movimento social não apenas em relação a cem anos atrás, em relação ao movimento dos trabalhadores, mas revisá-lo na produção recente, dado a mudanças e o impacto da globalização na territorialidade e na soberania das nações, a crise e o declínio das instituições, as tensões individuais e dos grupos sociais entre o querer ser (seus valores) e o que realmente são na sociedade (Conference ISA, Califórnia). Ele passou a enfatizar a importância do político na análise das ações dos movimentos e volta-se novamente para o seu estudo na América Latina: "Hoje, vemos os movimentos sociais e culturais voltarem-se ao sistema político para firmar alianças e contribuir para o renascimento de uma vida política que, seja no caso do México ou da Colômbia e mesmo da Venezuela, atingiu um grau avançado de decomposição" (GOHN, 1997, p. 153).

Em se tratando da corrente italiana com Alberto Melucci, Gohn discorre que a preocupação em seu trabalho recai sobre questões teóricas e sobre o paradigma da identidade coletiva, enfatizando sistemas microsociais (diferentemente de Touraine que ressalta sistemas macrosociais), a ação coletiva dos indivíduos, e com foco no psicossocial. Com a publicação em 1980 do artigo *The New Social Movements: A Theoretical Approach* criou o conceito "novos movimentos sociais", estabelecendo o cultural como campo de análise e demarcando "as principais diferenças entre estes e as análises anteriores sobre movimentos sociais (centradas no estudo da classe operária)", e com a publicação de *Nomads of the Present*, em 1989, estabeleceu a conexão entre movimentos sociais e as necessidades dos indivíduos na sociedade contemporânea (GOHN, 1997, p. 153).

No entanto, como prossegue Gohn, é em sua obra principal *Challenging Codes-Collective Action in the Information Age* publicada em 1996, que Melucci "em elaborada análise da nova geração de ações coletivas, tenta incorporar à

experiência privada e coletiva os efeitos da globalização em contextos sociais que estão mudando rapidamente”, segundo a apreciação de Touraine. Nesta obra, Melucci retoma a tradição dos clássicos das ciências sociais, e centra sua análise na teoria da ação coletiva, partindo do entendimento de que apenas esta teoria pode “prover uma base analítica significativa para o estudo dos movimentos sociais”, que em sua definição representam:

[...] um conjunto de práticas sociais que envolvem simultaneamente certo número de indivíduos ou grupos que apresentam características morfológicas similares em contiguidade de tempo e espaço, implicando um campo de relacionamentos sociais e a capacidade das pessoas em incluir o sentido do que estão fazendo (Melucci, 1996, p. 20 *apud* Gohn, 1997 p. 154).

Gohn sustenta que para Melucci existe um “sistema de ações coletivas que não deve ser confundido com os lugares da práxis social onde aquelas ações tem lugar”. E para fugir da “caracterização da realidade social como algo metafísico ou portador de uma essência, emprega a noção de sistema como um complexo de relacionamentos entre elementos”:

No caso da ação coletiva estes elementos estão agrupados em quatro grandes sistemas: o sistema de produção e apropriação dos recursos da sociedade, o sistema político, que toma decisões sobre a distribuição destes recursos, o sistema organizacional e o sistema do mundo da vida¹, no âmbito da reprodução das relações sociais. (GOHN, 1997, p. 154).

Em sua teoria, Melucci concebe ação coletiva como “a união de vários tipos de conflitos baseados no comportamento dos atores num sistema social”, cujas formas mais comuns e conflituosas que se apresentam nos estudos dos movimentos sociais são as “revoluções, a violência, o comportamento da multidão e os conflitos decorrentes da participação em ações diretas”. E movimento social como “uma construção analítica e não um objeto empírico ou um fenômeno observável” que “designa formas de ação coletiva que invocam solidariedade, manifestam um conflito e vinculam uma ruptura (quebra) nos

¹ Sobre a adoção do conceito "mundo da vida", a autora destaca que este foi bastante desenvolvido por Habermas (GOHN, 1997, p. 154).

limites de compatibilidade do sistema onde a ação tem lugar" (MELUCCI, 1996: p. 28 *apud* GOHN, 1997, p. 155).

Destacando elementos elucidativos da corrente teórica, Gohn ainda observa que Melucci, considerando haver inadequação e equívocos na conceitualização dos movimentos sociais, direciona a atenção dos analistas para o fato de que:

[...] nos movimentos sociais atuais os iniciadores das ações não são os marginalizados, mas sim lideranças com experiência anterior. Os primeiros a se rebelar numa dada situação de opressão não são os mais oprimidos e desagregados, mas os que experimentam uma contradição intolerável entre a identidade coletiva existente e as novas relações sociais impostas pela mudança. Por que os mais experientes se mobilizam? Melucci afirma que é porque contam com a experiência de participação, isto é, já conhecem os procedimentos e métodos de luta. Nestes movimentos, eles já possuem líderes próprios e um mínimo de recursos de organização. Outro elemento explicativo é o fato de utilizarem redes de comunicações já existentes para veicular novas mensagens e novas palavras de ordem. (GOHN, 1997, p. 156).

Em *Challenging Codes-Collective Action in the Information Age*, ou mais especificamente nos anos de 1990, Melucci reafirma seus posicionamentos e acrescenta:

Movimentos são um sinal; eles não são meramente o resultado de uma crise. Assinalam uma profunda transformação na lógica e no processo que guiam as sociedades complexas. Como os profetas, eles falam antes: anunciam o que está tomando forma mesmo antes de sua direção e conteúdo tornarem-se claros. Os movimentos contemporâneos são os profetas do presente (MELUCCI, 1996, p. 1 *apud* GOHN, 1997, p. 157)

E assim como Touraine, Melucci também se apresenta contrário a tradição marxista, especialmente no que tange a concepção de que movimentos sociais sejam “meras expressões de condições estruturais da classe e de suas contradições”, o que o leva a reconsiderar os pressupostos dos teóricos norte-americanos que contemplam a questão de como ou “por meio de que processos os atores constroem suas ações coletivas”. Perspectiva sobre a qual Gohn argumenta:

Supondo que não é possível estabelecer uma relação linear entre ator (voluntário) e sistema (determinista), Melucci vê a interação do ator numa ação coletiva como resultado de múltiplos processos e diferentes orientações. Há um processo relacional, e este cria a identidade coletiva do grupo. Trata-se de um processo em que se enfatiza a reflexividade da ação social. Podemos observar que tal processo não é novo na literatura sociológica. Ele advém da psicologia social e de análises já tratadas pelo interacionismo simbólico, em que valores, símbolos e significados da ação social são construídos por meio de interações múltiplas. [...] Os próprios atores coletivos são criados no curso das atividades, eles se constituem a partir dos atributos que escolhem e incorporam como sendo os melhores para definir suas ações. O ator individual transforma-se em membro de um ator coletivo no processo da ação coletiva, ganha identidade nova, que não é só sua, mas ganha existência enquanto parte do coletivo (GOHN, 1997, p. 158).

E essa identidade coletiva referenciada, segundo o próprio Melucci, é “uma definição interativa e compartilhada, produzida por certo número de indivíduos (ou grupos em níveis mais complexos) em relação à orientação de suas ações e ao campo de oportunidades e constrangimentos onde estas ações tem lugar” (MELUCCI, 1996, p. 70; *apud* GOHN, 1997, p. 158).

Ela é construída e negociada por uma ativação de relacionamentos sociais que conectam os membros de um grupo ou movimento. Isto implica a presença de marcos referenciais cognitivos, de densa interação de trocas emocionais e afetivas. A perspectiva construtivista está presente na abordagem. “O ‘nós’ se constrói por uma lógica que nunca pode ser completamente transcrita em uma lógica racional de meios e fins, ou por racionalidades políticas. Há sempre uma margem de negociação” (MELUCCI, 1992, p. 49 *apud* GOHN, 1997, p. 158-159).

Outro aspecto do trabalho de Melucci apresentado por Gohn trata do resgate “das ideologias que fundamentaram ou que foram criadas pelos analistas nos anos 80”, conforme afirma o teórico: “novas linguagens e novos símbolos foram criados para definir os atores sociais em conflito” (MELUCCI, 1992, p. 59 *apud* GOHN, 1997, p. 161), concluindo, em um segundo momento de suas reflexões que:

Os movimentos sociais dos anos 70 e 80 foram a última transição de movimentos como atores políticos para movimentos como forma. E esta não é uma transição fácil, porque ainda precisamos de atores políticos. Sem ação política nada pode ser mudado em nossa sociedade. Movimento como forma pura refere-se a um tipo de ação que questiona a organização política” (Melucci, 1994 *apud* GOHN, 1997, p. 161-163).

Da mesma forma, Melucci não deixa passar despercebido o papel do pesquisador no processo de construção simbólica dos atores sociais, sobre a qual sugere que se adote uma postura de “produtor do conhecimento e não de missionário”:

Ele (o pesquisador) deve escapar do papel de demiurgo ou pedagogo, pois falar da fraqueza dos atores é também uma maneira de deformar o significado do poder. O pesquisador deve oferecer ao ator a possibilidade de aprender a aprender, a produzir seus próprios códigos, envolvendo uma nova ética e uma nova política do trabalho científico (MELLUCI, 1994 *apud* GOHN, 1997, p. 163).

Uma circunstância, ou uma linha de observação, ressaltada por Gohn na obra deste teórico é o aspecto da motivação para que os indivíduos participem de um movimento. Para Melucci esta não é uma variável que pode ser considerada exclusivamente individual, haja vista, os autores estarem envolvidos em redes, e neste sentido, destaca:

[...] são as lideranças que promovem a busca de objetivos, desenvolvem estratégias e táticas para a ação e formulam uma ideologia. A penetração do movimento na sociedade, a lealdade e o envolvimento de seus membros, o consenso de diferentes grupos sociais, tudo depende da ação dos líderes. Ou seja, as lideranças são elementos-chave para construir e manter a identidade coletiva de um grupo, para gerar inovações assim como para articular o movimento em suas conexões e redes (MELUCCI, 1996, p. 332 *apud* GOHN, 1997, p. 164).

Em contraposição as teorias apresentadas anteriormente, a terceira e última teoria analisada por Gohn é a corrente teórica de Claus Offe, e que, segundo introduz:

Vários autores caracterizam o trabalho de Claus Offe dentro da matriz neomarxista ou pós marxista. Trata-se de uma abordagem que segue a teoria crítica iniciada pela Escola de Frankfurt e bastante debatida contemporaneamente nos trabalhos de Habermas. No livro, *Partidos políticos y nuevos movimientos sociales* (Madri, Sistema), Offe analisa não apenas os movimentos sociais, mas todo o cenário da conjuntura sociopolítica após a Segunda Guerra Mundial, no sistema capitalista avançado; ao contrário de Touraine – que prioriza a análise sociocultural - e de Melucci - que prioriza a psicossocial -, Offe prioriza a análise política, fazendo articulações entre o campo político e o sociocultural (GOHN, 1997, p. 163-164)

Seguindo estes pressupostos, Gohn aponta que para Clauss Offe o paradigma dos novos movimentos sociais tem origem num “cenário delineado por análises de cunho mais estrutural, cujo modo de atuar politicamente aparece como uma resposta racional a um conjunto específico de problemas”, em que:

[...] as demandas e reivindicações não são apenas dos ativistas mas compartilhadas por uma ampla comunidade de pessoas, competentes e bem informadas, e que não estão envolvidas em movimentos políticos: isto constitui uma das principais causas dos NMS. A constituição dos movimentos surge a partir dos grupos mais propensos a serem afetados pelas consequências negativas dos processos pelos quais lutam. Os valores proclamados e defendidos fazem parte do repertório da cultura dominante, e é difícil caracterizá-los como provenientes de subculturas, ou de culturas pós-modernas, como querem alguns analistas. Os modos de comportamento extra-institucionais adotados pelos ativistas do novo paradigma são usados e justificados devido à incapacidade de aprender e à falta estrutural da capacidade de resposta por parte das instituições estabelecidas, mas não atuam em nome de nenhuma doutrina política revolucionária. (OFFE, 1998, p. 212 *apud* GOHN, 1997, p. 165).

Assim sendo, e tomando dessas características de atuação e de comportamento extra-institucional, Gohn observa que Offe sedimentando os pressupostos do novo paradigma:

[...] detecta novas formas de expressão da vontade política ao redor de problemas da vida cotidiana e da construção da identidade de novos atores sociais a partir do aumento de ideologias e de atitudes que levam as pessoas a servir-se cada vez mais do repertório dos direitos democráticos existentes. Ele chama a atenção para a busca de um controle mais amplo e próximo das elites políticas existentes. Embora tenha feito prognósticos denominados “dramáticos” para o desenvolvimento político das sociedades ocidentais - e a história tem registrado justamente o contrário (o drama maior tem sido com o modelo não-capitalista, porque o capitalista tem construído novos caminhos com a globalização da economia, a desativação das políticas públicas etc.) (GOHN, 1997, p. 165-166)

E esse novo paradigma, como ainda discorre Gohn, que abrange dentre outros, os Novos Movimentos Sociais, também pode ser chamado paradigma do “modo de vida” no qual, a partir de um rol organizado por Melucci (1998), Offe distingue movimentos de ordem:

[...] estudantil, feminista, de liberação sexual, movimentos de cidadãos, lutas ecológicas, mobilização de consumidores e contraculturas, relativos às questões de saneamento, saúde etc. (E) acrescenta os movimentos pela paz, afirmando que politizam questões que não podem ser "codificadas" com os códigos existentes no universo da ação social, segundo a teoria liberal, que distinguia as ações entre públicas e privadas (GOHN, 1997, p. 166).

Em cujo campo de ação, os Novos Movimentos Sociais, na teoria de Offe representam:

[...] uma categoria intermediária, nem pública nem privada, resultado da ação coletiva que se faz num espaço da política não institucional, cuja existência não está prevista nas doutrinas nem na prática da democracia liberal e do Estado de bem-estar social (GOHN, 1997, 166-167).

Categoria intermediária, na qual os atores sociais, dentro do novo paradigma:

[...] usualmente são provenientes de camadas médias e bem informadas; atuam em nome da coletividade, em função de conteúdos que tratam de direitos humanos, da paz, da ecologia, de discriminações, das formas alienadas de trabalho etc. Os valores básicos defendidos são autonomia pessoal e identidade, em oposição a formas de controle centralizadas. Os modos de atuar são, internamente, predominância de informalidade, espontaneidade, baixo grau de diferenciação horizontal e vertical. O uso de métodos não-convencionais ocorre não por desconhecimento das formas convencionais, mas por negá-las ou por conhecer suas limitações [...] (GOHN, 1997, p. 167).

E num apanhado geral, Gohn finaliza esta sua análise da corrente alemã, acrescentando que:

[...] para Offe, os movimentos sociais são elementos novos dentro de uma nova ordem que estaria se criando [...] O que é novo (também) é o paradigma da ação, que tem caráter eminentemente político. Os valores defendidos pelos movimentos em si não contém nada de novo, pois eles se ferem "aos princípios e exigências morais acerca da dignidade e da autonomia da pessoa, da integridade das condições físicas da vida, de igualdade e participação e de formas pacíficas e solidárias da organização social. Todos estes valores e normas morais propugnadas pelos mantenedores do novo paradigma político estão firmemente enraizados na filosofia política (assim como nas teorias estéticas) moderna dos últimos séculos, e foram herdados dos movimentos progressistas tanto da burguesia como da classe operária (OFFE, 1998, p. 213). [...] Trata-se, em síntese, de um novo paradigma político de crítica "moderna" à modernização em marcha, usando os próprios termos do autor. Offe destaca que, apesar das

lacunas metodológicas para uma boa teoria política, não cabe nenhuma dúvida de que os atores, os valores, os temas lhes dão conteúdo, e os modos de atuar dos movimentos sociais, no novo paradigma, expandiram sua base social e seu impacto político. [...] Ele sugere que para obter uma avaliação mais confiável da "força e potencial da base social do novo paradigma devem-se combinar dados acerca de sua situação socioestrutural na sociedade com teorias acerca das possíveis transformação e mudanças futuras na estrutura social. Ao analisar os movimentos sociais, Offe também se utiliza das categorias de estabilidade e equilíbrio da ordem. Quando a sociedade entra em crise, há desequilíbrio e instabilidade. Isto faz com que o Estado perca sua legitimidade diante dos cidadãos. [...] Ele destaca, entretanto, a importância de se analisar o contexto político no qual os movimentos operam, visando identificar suas causas e seus objetivos concretos. [...] As lutas defensivas contra as irracionalidades da modernização, para atingirem seus objetivos no novo paradigma da ação política, necessitam de novas leis, de alianças com as forças parlamentares existentes ou a se formar (GOHN, 1997, p. 167-170).

Na América Latina, os pesquisadores Sonia Alvarez, Evelina Dagnino e Arturo Escobar ao tratar da cultura e política dos movimentos sociais no continente, mas que não impede uma leitura que abranja e abarque outras regiões do mundo, observam e sustentam que a partir da década de 1990 os movimentos sociais promoveram uma noção ampliada de cidadania, libertando-se da noção até então vigente que baseava direitos e deveres na esfera política, tendo como forma de representação a política partidária, e a "cidadania equiparada cada vez mais à integração individual no mercado" (ALVAREZ et al., 2000, p. 15).

Segundo estes pesquisadores, os movimentos sociais ao criar novas agendas de participação política ampliaram a noção de "cultura política" e passaram a desenvolver práticas culturais. Neste sentido, uma concepção alternativa de cidadania apresentada por vários movimentos sociais passaram a ver as lutas democráticas como contendo não só uma redefinição do sistema político, como também das práticas econômicas, sociais e culturais que possam gerar uma ordem democrática para a sociedade como um todo, e em alguns casos, os movimentos sociais conseguiram traduzir suas agendas em políticas públicas, como também lutaram de maneira significativa para redefinir o próprio sentido de cidadania, representação política e participação, em consequência da própria democracia, e que acarretaram o estabelecimento de uma "política cultural" (ALVAREZ et al., 2000, p. 15-16).

Conforme expressam, o conceito de política cultural surgiu de um intenso diálogo interdisciplinar promovido por diversas correntes pós-estruturalistas, cujo entendimento expressa o processo pelo qual o cultural se torna fato político, e a cultura entendida como um processo coletivo e incessante de produção de significados que molda a experiência social e configura as relações sociais, caracteriza-se como um sistema significante pelo qual uma ordem social é “comunicada, reproduzida, experimentada e explorada” e que não pode ser entendida sem a devida consideração das relações de poder embutidas nessas práticas. Desse modo, a cultura é política porque os significados são constitutivos dos processos que, implícita ou explicitamente buscam redefinir o poder social. Isto é, quando desestabilizam os significados culturais dominantes, os movimentos colocam em ação uma política cultural, entendida como o resultado de articulações discursivas que se originam em práticas culturais existentes e no contexto de determinadas condições históricas (ALVAREZ et al., 2000, p. 16-18).

Sonia Alvarez e seus colaboradores também observam que nos anos de 1980, mais especificamente na América Latina, a restrição do conceito de política cultural, resultou numa divisão entre movimentos sociais “novos” e “velhos”. Para estes novos movimentos a identidade era importante, e se engajavam em “novas formas de fazer política”, contribuía para formas novas de sociabilidade, sobressaindo-se nesta vertente, os movimentos indígenas, étnicos, ecológicos, de direitos humanos, entre outros. Em contrário, eram vistos como lutas mais convencionais por necessidades e recursos, como os movimentos urbanos de favelados, de mulheres, dentre outros. No entanto, se mobilizados coletivamente em suas lutas contra os projetos dominantes de construção da nação, desenvolvimento e repressão, os atores populares, com base em conjuntos muito diferentes de significados e objetivos, deixam claro que as “identidades e estratégias coletivas de todos os movimentos estão inevitavelmente vinculados à cultura”. E quando “intervêm em debates políticos, tentam dar novo significado às interpretações culturais dominantes da política, ou desafiam as práticas políticas estabelecidas”, os movimentos colocam em ação as políticas culturais (2000, p. 22-23).

Nestas condições, sustentam os autores que a política cultural (ou as políticas culturais) posta em prática pelos movimentos sociais, ao contestar e

dar novo significado ao que realmente conta como político, e quem define as regras do jogo político, pode ser crucial para promover culturas políticas alternativas e ampliar e aprofundar a democracia na América Latina (ALVAREZ et al., 2000, p.31).

Por fim, e justificando o longo debate com o qual buscaram atenção para as políticas culturais dos movimentos sociais, se por um lado os autores ressaltam que os esforços de seus estudos foram a de oferecer:

[...] leituras alternativas da maneira como os movimentos contribuíram para a mudança cultural e política desde o neoliberalismo econômico e a democracia representativa se converteram nos pilares da dominação na América Latina (ALVAREZ et al., 2000, p. 34).

Por outro, enfatizam que mais recentemente:

Uma maneira particularmente frutífera de explorar como as intervenções políticas dos movimentos sociais se estendem para dentro e para além da sociedade política e do Estado é analisar a configuração das redes ou teias dos movimentos sociais (ALVAREZ et al., 2000, p. 35).

3.2. REDES DE MOVIMENTOS

Não há como se negar que ao longo da história eventos singulares como os de protesto ou de expressão da vontade popular também tenham sido promotores de transformação social. Muito menos que os movimentos sociais, portadores de dinâmicas e complexidades próprias, nem sempre compreensíveis ou comportadas dentro da extensa teorização de distintos campos disciplinares que se propõem explicitá-los, tem se destacado na efetiva construção de sociedades mais democráticas, mundos mais justos, humanos e solidários.

Sendo assim, e dentro desta perspectiva de transformação social e de construção de uma sociedade mais democrática, em busca de uma “concepção

alternativa de se viver, diferentemente das que se apresentam em sociedades industriais modernas, responsáveis por crises em vários níveis”, num mundo predominantemente globalizado e de processos tecnológicos autossuficientes, é que se encontra, conforme aponta Scherrer-Warren, a possibilidade de união de atores sociais aparentemente plurais e a formação de redes de movimentos (1996, p. 18).

Neste sentido, uma tendência interpretativa que adquire destaque no paradigma teórico das ações coletivas dos movimentos sociais, recai sobre a análise dos usos criativos das tecnologias de informação e comunicação e o seu potencial para a formação de redes de movimentos, cuja aplicação, para o entendimento de coletivos políticos no contexto da denominada "sociedade da informação" é ainda muito recente, ocorrendo mais precisamente a partir da década de 1990 (SCHERRER-WARREN, 2006, p. 215).

Desse modo, e particularmente interessada em alcançar um melhor entendimento da constituição de ações coletivas a partir da interação em rede, Scherrer-Warren distingue esse campo político em duas categorias de análise, denominado-as distintamente de “coletivo em rede” e “redes de movimentos sociais” e que, segundo esclarece:

Coletivo em rede refere-se a conexões numa primeira instância comunicacional, instrumentalizada através de redes técnicas, de vários atores ou organizações, que visam difundir informações, buscar apoios solidários, ou mesmo, estabelecer estratégias de ação conjuntas, como são, por exemplo, os links e conexões que ONGs promovem entre si ou com outros atores políticos relevantes, através da Internet ou de outras formas de mídia alternativa.

Rede de movimentos sociais são redes sociais complexas, que transcendem organizações empiricamente delimitadas, e que conectam, simbólica e solidaristicamente, sujeitos individuais e atores coletivos, cujas identidades vão se construindo num processo dialógico: 1) de identificações sociais, éticas, culturais e/ou político-ideológicas, isto é, formam a identidade do movimento; 2) de intercâmbios, negociações, definição de campos de conflito e de resistências aos *adversários* e aos mecanismos de discriminação, dominação ou exclusão sistêmica, isto é, definem seus *adversários*, com vistas à transposição dos limites desta situação sistêmica, na direção da realização de propostas ou projetos alternativos, ou seja, estabelecem seus objetivos, ou constroem um *projeto* para o movimento (SCHERRER-WARREN, 2006, p. 215-216).

Após estes esclarecimentos Scherrer-Warren aponta e ilustra que coletivos em redes poderão abarcar formas solidarísticas ou estratégias de

instrumentalização das redes de movimentos, seja em sua forma virtual, como as redes de ONGs diversas no ciberespaço, impulsionadoras de movimentos específicos; ou em sua forma presencial, como as grandes marchas constitutivas de um movimento mundial pela paz, mas que, no entanto, não definem por si mesmos um movimento social: são partes constitutivas dos movimentos sociais na sociedade da informação (2006, p. 216).

De uma forma ou de outra, e dentro de reais possibilidades de associação e apropriação social tecnológica, Márcio Souza inicialmente irá observar que:

As redes de movimentos sociais utilizam-se da possibilidade que oferecem as redes tecnológicas, de troca horizontal de informação, para fortalecer suas estratégias de conquista de espaço na sociedade. Atualmente, muitas redes de movimentos sociais e culturais estão surgindo estimulados pelas redes informacionais e a partir de seu "*locus*". Dialogicamente, o território, "o mar" das redes eletrônicas, está encontrando novos marinheiros que começam a navegá-la (SOUZA, 2005, p.6).

Desse modo, ao considerar a análise das transformações sociais e o surgimento de novas redes apresentada pelo cientista econômico e social Rainer Randolph, ressalta a visibilidade e notoriedade que ganharam as redes de movimentos sociais com a proliferação das chamadas Organizações Não-Governamentais (ONGs), mais incisivamente a partir da crise do Estado do Bem-Estar e da proliferação de propostas políticas neoliberais (SOUZA, 2005, p 6-7).

Em análise semelhante, que também contempla esta tríplice relação entre movimentos sociais, tecnologias digitais e entidades do terceiro setor, o sociólogo brasileiro Gustavo Lins Ribeiro, ao abordar e adentrar na complexidade do debate sobre "globalização, era da informação e organizações não-governamentais", considerando serem estes elementos "causa e resultado de muitas mudanças na vida política, social, cultural e econômica contemporânea", sustenta que muitos atores diferentes, como agências governamentais, partidos políticos, sindicatos, ONGs etc., comportando diferentes ideologias – progressistas, conservadoras, repressoras, se utilizam de redes de computadores (2000, p. 465; 478).

Nesta direção de análise, abordando a relação entre Internet e o ativismo político das ONGs, atentando para o uso que seus ativistas fazem de redes eletrônicas, especialmente daquelas entidades voltadas às questões ambientais, e justificando-se na consideração de que seus atores são “altamente sensíveis as novas formas de aperfeiçoar a prática política e as ideologias que estimulem o transnacionalismo”, Lins Ribeiro ressalta que:

[...] as ONGs e suas redes são, de fato, um novo sujeito político que cria novas formas de ação e impasses para mecanismos mais antigos de representação e ação políticas. Uma vez que não estão necessariamente investidas das pretensões de representatividade universal e corporativa, típicas das metanarrativas do Iluminismo responsáveis pelos perfis institucionais e ideológicos da maioria dos atores e aparatos “tradicionais”, as ONGs podem ser um eficaz sujeito político, fragmentado, descentrado em um mundo pós-moderno. [...] habituadas ao *networking* no “espaço físico” e ávidas por meio eficientes de comunicação e informação, as ONGs rapidamente encontram nas redes eletrônicas um outro meio útil e poderoso para suas necessidades organizativas e políticas (RIBEIRO, 2000, p. 480).

Em contrapartida, cientes do potencial deste novo meio de comunicação, como não deixa de observar Lins Ribeiro, as “ONGs do Terceiro Mundo” passaram a promover e enaltecer o uso das tecnologias digitais, enfatizando na mídia jornalística o “potencial das redes eletrônicas para a capacitação política e a democratização da informação em nível mundial” (2000, p. 481).

Contemplando a mesma temática, Dênis de Moraes, tratando de questões relativas à comunicação alternativa, redes virtuais e movimentos sociais na Internet, também observa que:

No limiar deste século XXI, desponta um fenômeno que tende a alterar toda a relação dos movimentos sociais com os meios de comunicação. Organizações não-governamentais e entidades civis dos quatro quadrantes estão utilizando cada vez mais a Internet para divulgar suas reivindicações e desenvolver espaços de interação e de mobilização pelos direitos da cidadania [...] que põe em xeque a velha estrutura piramidal da chamada grande mídia, descortinando um novo campo de expressão contra-hegemônica (MORAES, 2002, p. 1).

Sobre o cenário, e das possíveis alterações na relação dos movimentos sociais com os meios de comunicação, Moraes irá resgatar que a compreensão e concepção da Internet como ferramenta para o ativismo começou a

predominar em junho de 1999, a partir de um encontro internacional para debater alternativas de atuação para movimentos sociais em escala mundial, promovido em Paris, pela organização Attac². Naquela ocasião, a elaboração de um documento final ressaltava a “necessidade de tornar mais conhecidas as lutas e ações nacionais e internacionais de resistência à ditadura dos mercados, em especial através de redes que colocassem em contato organizações de numerosos países” (2002, p. 2).

Dentro da mesma linha de argumentação e de resgate histórico, é ainda no decorrer dos anos de 1990, mesmo antes de a Internet se alastrar em teia planetária, que grande parte das ONGs até então existentes evoluíram para a constituição de redes que produzissem “ações locais e intraorganizacionais (divisões e ramificações de uma mesma entidade) e interorganizacionais (entre diferentes ONGs)”, tendo como fatores que contribuíram para o processo a “exigência de intensificar parcerias; o desenvolvimento tecnológico; a internacionalização de conflitos sociais e ambientais; a necessidade de amplificar a oposição ao neoliberalismo e seus efeitos nefastos, como o empobrecimento, o desemprego, a competição desenfreada, o esvaziamento dos poderes públicos, o desprestígio das instituições de representação popular, (e claro!), o absolutismo do mercado e do lucro” (MORAES, 2002, p. 3).

E assim, organizadas em rede, as ONGs registram sua presença no mundo virtual, e que, de acordo com o relato de Moraes:

A incursão das ONGs na Web acentuou-se a partir do segundo semestre de 2000, sob a influência das mobilizações virtuais para os protestos antiglobalização em Seattle, Nice, Praga, Quebec, Barcelona, Gotemburgo, Washington, Davos e Gênova. Ao adotarem táticas de "guerrilha" virtual, os ciberativistas optam por modalidades de ação direta, com efeitos imediatos. Na cobertura da reunião anual do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial, de 26 a 28 de setembro de 2000, na República Tcheca, agências de notícias vinculadas a ONGs de direitos humanos, como a Indymedia (www.indymedia.org) e a Direct Action Media Network (www.tao.ca/earth/damn), montaram um QG em Praga. De seus notebooks acoplados a modems, enviavam, a um sem-número de instituições e veículos independentes, textos relatando o que se passava dentro e fora do encontro, com ênfase nos protestos contra o FMI (MORAES, 2002, p. 4).

² Association pour la Taxation des Transactions pour l'Aide aux Citoyens (Associação pela Tributação das Transações Financeiras para ajuda aos Cidadãos).

Ao final de janeiro de 2001, com a divisa “Um outro mundo é possível”, acontecia o I Fórum Social Mundial em Porto Alegre, com a cobertura da Ciranda Internacional de Informação Independente, que integrou 30 órgãos de imprensa independente de todo o mundo, compartilhando informações e fotos sobre o evento (MORAES, 2002; MATTELART, 2011). Na pauta: “a formulação de estratégias, a troca de experiências e a articulação entre as organizações, os movimentos e as pessoas que sublinham o desafio da ‘construção de um futuro mais digno para a humanidade’” (MATTELART, 2011, p. 172-173).

Neste processo de “formulação de estratégias”, se por um lado, como observa Moraes:

A Internet põe em evidência esforços de intervenção dos movimentos sociais na cena pública, graças à singularidade de disponibilizar, em qualquer espaço-tempo, variadas atividades e expressões de vida, sem submetê-las a hierarquias de juízos e idiosincrasias. [...] oferece novas ferramentas de intervenção, como as campanhas virtuais, o correio eletrônico, grupos de discussão, fóruns, salas de conversação, boletins, manifestos *on line*, murais, anéis de sites e árvores de links. É uma arena complementar de mobilização e politização, somando-se a assembléias, passeatas, atos públicos e panfletos³ (MORAES, 2002, p. 10).

³ Exemplificando essa junção de possibilidades, Moraes ainda observa que “algumas ONGs reproduzem em seus sites as matérias de seus jornais impressos, às vezes com traduções em um ou dois idiomas. O veículo convencional continua válido e necessário; o que se pretende é ampliar a circulação junto a entidades correlatas do mundo inteiro, a custo baixo - algo impensável em qualquer outro veículo, pelas despesas astronômicas. O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) considera que a Internet proporciona à causa da reforma agrária ‘um amplo canal de comunicação com a sociedade’, no qual expõe livremente seus pontos de vista e ações. O site do MST (www.mst.org.br) recebe uma média de 500 visitas por dia e oferece espaços interativos como mural e fóruns. Nem por isso a organização deixou de imprimir, mensalmente, um milhão de exemplares de seu jornal Sem Terra. O periódico, com quatro páginas e em cores, começou a circular em outubro de 2000. É distribuído nos acampamentos pelo país, onde a Internet ainda não chegou, e nos meios sindicais, estudantis, políticos e intelectuais. E há a Revista do MST, trimestral, concebida como ‘alternativa à manipulação de informações e dados sobre a questão agrária nos veículos de comunicação de massa, com propriedade concentrada nas mãos de poucas famílias’. [...] O campo dos direitos humanos beneficiou-se igualmente com a Internet. Existem centrais virtuais de denúncias, como as da Anistia Internacional (www.amnesty.org), do Human Rights Watch (www.hrw.org) e da Ordem dos Advogados do Brasil (www.oab.org.br). Os denunciadores não precisam, necessariamente, se identificar nos e-mails. Mas, se o fazem, o sigilo é assegurado. A base de dados de Les Droits de L'Homme (www.droitshumains.org) é uma das mais completas, com legislações específicas, fóruns e dossiês sobre desrespeitos a direitos fundamentais em vários países. A Anistia - uma das primeiras ONGs a aderir à Web - objetiva com sua página: a) mundializar as denúncias e acompanhar investigações sobre desrespeitos aos direitos humanos; b) interconectar as seções regionais; c) agilizar comunicados sobre agressões e tomar as conseqüentes providências. Com um milhão de membros em 160 países, a Anistia dispõe de 50 sites. A homepage principal apresenta notícias e campanhas contra tortura, pena de morte, prostituição infantil, prisões arbitrárias, violências policiais, execuções e perseguições a dissidentes políticos. Há links para duas dezenas de instituições afins e uma lista de discussão com milhares de assinantes. O correio eletrônico aproxima 80

Por outro, como considera Mattellart:

A multiplicação de formas de comunicação, acionadas pelas organizações não governamentais ou por outras associações da sociedade civil, constitui outra realidade inédita no processo de mundialização; essas novas redes sociais passam a fazer parte do debate sobre a possibilidade de um espaço público em escala planetária (MATELLART, 2011, p. 173).

No mesmo tom, que tende a ressaltar o vertiginoso aparecimento e crescimento dessas redes sociais formadas por cidadãos comuns da sociedade civil e considerando as manifestações realizadas por movimentos sociais contra a Organização Mundial do Comércio (OMC), em cidades como Seattle, Praga e Gênova, Moraes irá rememorar que:

A revolta de Praga inspirou-se na de Seattle, cidade norte-americana que sediou, em dezembro de 1999, a Rodada do Milênio, promovida pela Organização Mundial do Comércio (OMC). Cinquenta mil pessoas encheram as ruas, no primeiro ato público expressivo contra o neoliberalismo. Os movimentos civis provaram em Seattle que não poderiam ser mais ignorados pelos artífices da governança global. A Web foi valiosa na preparação dos atos, através de correio eletrônico, boletins, listas de discussão e fóruns. "A troca de informações pelos computadores permitiu uma articulação inédita entre grupos com os mais diferentes interesses e localizados em 140 países", diz Maria Luísa Mendonça, representante no Brasil da Global Exchange, uma das ONGs que coordenaram as manifestações. Naqueles dias, Global Exchange (www.globalexchange.org) e Indymedia registraram 1,5 milhão de visitas. [...] A mesma estratégia de difusão virtual foi em Gênova, em 2001, palco de brutal repressão contra os ativistas. A rede foi peça-chave na convocação de centenas de entidades civis européias para protestarem contra a reunião dos líderes do G-8 (MORAES, 2002, p. 13).

Momentos históricos e “mobilizações organizadas por meio de redes!”, como se expressa o especialista em gestão de redes Cássio Martinho, e que segundo observa:

mil voluntários de diferentes nações, treinados para socorrer e amparar vítimas de violências” (MORAES, 2002, p. 18). Neste sentido, a “Rede de Informações para o Terceiro Setor - RITS (www.rits.org.br), entidade de apoio aos movimentos sociais em políticas e serviços relacionados às tecnologias de informação e comunicação, oferece uma ferramenta simples de publicação descentralizada de notícias na Web e que pode ser disponibilizada em qualquer site de rede. De qualquer lugar, qualquer pessoa cadastrada pode publicar notícias em tempo real por meio desse sistema” (MARTINHO, 2003, p. 70-71).

Tais redes que, anteriormente, emergiam do relacionamento entre os atores sociais e das situações políticas que exigiam resposta coletiva, mas que mantinham uma existência episódica, transformaram-se, propriamente, numa das principais formas de organização permanente desses novos movimentos sociais. Uma multifacetada constelação de redes de ONGs, pessoas e grupos de afinidade em cada uma das áreas da ação política e social humana – educação, saúde, cultura, assistência social, meio ambiente, gênero, defesa de direitos e economia solidária, entre outros – passou a existir. Embora grande parte dessas articulações seja informal ou dependa da temperatura política para fomentar a mobilização coletiva, elas subsistem por longos períodos de tempo como instrumento de organização das lutas. As redes tornaram-se a principal forma de expressão e organização coletiva, no plano político e na articulação de ações de grande envergadura, de âmbito nacional ou internacional, das ONGs e dos novos movimentos sociais (MARTINHO, 2003, p. 11).

Em retrospectiva histórica, tomando como cenário o território nacional, num breve panorama das redes no Brasil, Martinho evidencia que o fenômeno dos movimentos sociais organizados em rede se iniciou no país por volta de 1960 quando os atores políticos democráticos necessitaram, na luta contra a ditadura militar, articular-se em prol da democracia e dos direitos humanos. No entanto, não deixa de observar (em consonância com outros autores) que a articulação em rede tomou “nova dimensão, uma função explícita e reconhecida e um papel político decisivo na conquista e manutenção dos direitos sociais no país”, em fins de 1980 e início de 1990 após a inclusão e uso de sistemas pioneiros da comunicação à distância mediados por computador (2003, p. 11).

Sob esta demanda, de expansão e de organização social em redes em solo brasileiro, e consequente incorporação das tecnologias de informação e comunicação ao processo, especialmente da Internet, Martinho⁴ também irá registrar que:

⁴ O autor observa que num “rápido panorama histórico das chamadas ‘redes sociais’ no Brasil não se pode deixar de incluir, por exemplo, a criação do Fórum Nacional Permanente de Entidades Não-Governamentais de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente - Fórum DCA, em 1988, que articulou, formulou e garantiu a aprovação pelo Congresso Nacional do Estatuto da Criança e do Adolescente, em 1990. Contudo, a expansão das redes ocorre mesmo nos anos 90. Em 1991, surgem duas grandes articulações: a Associação Brasileira de ONGs - Abong, uma entidade que terá papel importante no fortalecimento de redes em vários segmentos da sociedade civil brasileira; e a Rede Nacional Feminista de Saúde e Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos, criada por 40 organizações feministas de todo o país. Nessa mesma época é criado o Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais, que realizou o encontro paralelo da sociedade civil durante a RIO 92, na qual, entre outras articulações, nasceu a Rede Brasileira de Educação Ambiental – REBEA. O ano de 1992 também foi marcado pelo impeachment do presidente Fernando Collor e pela grande mobilização popular

Em 1996, a liberação do uso comercial e doméstico da Internet no Brasil deu novo alento ao trabalho das redes que já existiam e proporcionou um ambiente favorável à constituição de listas de discussão e comunidades virtuais, que se tornaram embriões de várias articulações de rede que se seguiram. A criação da ONG Rede de Informações para o Terceiro Setor - RITS, em 1998, também merece destaque neste ligeiro histórico por ter sido a primeira organização de âmbito nacional voltada especificamente para o fomento da organização em rede e do uso de ferramentas para o trabalho colaborativo à distância (MARTINHO, 2003, p. 12).

Ademais, para além do uso de ferramentas e em se tratando do processo de construção de redes, esclarece que:

Na experiência concreta das redes da sociedade civil nascidas por geração espontânea no calor de processos participativos, os valores e princípios de conduta são tácitos e, em geral, pelo pertencimento dos atores ao amplo espectro dos movimentos democráticos, não precisam ser explicitados. A prática da decisão compartilhada, por exemplo, em tese já se encontra incorporada à rotina de operação e de trabalho desses atores, bem como outros valores, como os relativos à cidadania, à cooperação e ao direito à participação (MARTNHO, 2003, p. 56).

E cidadania, nestas condições de participação e atuação em rede, nas quais dificilmente atores sociais poderão encontrar-se isolados, implica na construção de identidades sociais que resulte em indivíduos autoconscientes de seus direitos à comunicação, informação e conhecimento enquanto bens públicos que lhes possibilite maior alcance e exercício de sua autonomia nos “processos de luta e de intervenção para a transformação social” (MARTELETO, 2001, p. 1).

Para Regina Marteleto “a organização em redes de movimentos é uma forma dinâmica de intercambiar idéias e de fortalecer as ações de indivíduos, grupos e entidades” (2001, p. 1). E a internet, segundo Gohn, “tem sido o grande meio/veículo articulador de ações coletivas e movimentos sociais”:

estimulada, entre outros, pelo Movimento pela Ética na Política. A Ação da Cidadania contra a Miséria e pela Vida representou, já no ano seguinte, um marco para as redes pela experimentação de estratégias de descentralização, autonomia e ação diferenciada como orientadoras do desenho da “campanha contra a fome” - estima-se que a iniciativa tenha conseguido promover a criação de 3 mil comitês em todo o país, até meados de 1994 (MARTINHO, 2003, p. 12).

Ela possibilitou a criação de redes virtuais que viabilizam conexões de grupos que nunca se encontraram fisicamente de fato. A internet e outros meios das novas tecnologias informacionais possibilitam não apenas a conexão e estruturação das ações, mas eles têm sido os grandes agentes divulgadores das informações, alimentadores das ações e reações em cadeia, em tempos recordes (GOHN, 2010, p. 150).

Tecnologias que possibilitaram e dinamizaram “as lutas em favor da justiça social num mundo que globaliza desigualdades de toda ordem” (MORAES, 2002, p. 3). E isto, em parte, segundo sugere David de Ugarte:

Porque a mudança na estrutura da informação que a Internet supõe abrirá as portas a uma nova distribuição do poder. Com a Internet conectando milhões de pequenos computadores hierarquicamente iguais, nasce a era das redes distribuídas, que abre a possibilidade de passar de um mundo de poder descentralizado a outro mundo de poder distribuído (UGARTE, 2008, p. 24).

Redes distribuídas, ou redes de movimentos que pressupõem horizontalidade nas relações sociais. Relações de poder e de conflito; de compartilhamento de informações e reciprocidade de emoções; de equilíbrio ou desequilíbrios entre tendências e desenvolvimento de práticas que tem propiciado a formação de outro tipo de ativismo e militância, ou de “ciberativismo” e “cibermilitância”, conforme aponta Moraes, ao caracterizar os termos e o cenário:

Neste ambiente tendencialmente interativo, a cibermilitância traduz-se em campanhas, manifestos, informações em tempo real, oficinas de cidadania, cursos à distância para formação de ativistas e centrais de denúncias de violações de direitos humanos. As entidades valem-se de recursos como correio eletrônico, grupos de discussão, bases de dados compartilhados e fóruns para a discussão de políticas públicas e parcerias em eventos. As experiências buscam compatibilizar programas e objetivam o fortalecimento dos laços comunitários - na contramão, portanto, do ideário neoliberal, que menospreza a organização social e desqualifica a política como ação pública transformadora. [...] Graças à plataforma digital, os chamados à mobilização social ultrapassam barreiras geográficas, atropelam fusos horários e desconhecem grades de programação. Os intercâmbios tornam-se rápidos e acessíveis. O ciberativismo alicerça campanhas e aspirações à distância, no compasso de causas que se globalizam (combate à fome, defesa do desenvolvimento sustentável, preservação do equilíbrio ambiental, direitos humanos, luta por um sistema de comunicação pluralista). As entidades civis valem-se da Internet enquanto canal público de comunicação, livre de regulamentações e controles externos, para disseminar informações

e análises que contribuam para o fortalecimento da cidadania e para o questionamento de hegemonias constituídas (MORAES, 2002, p. 4-5; 23-24).

Assim, e a título mais ilustrativo e informativo, do que analítico, elenca-se a seguir algumas entidades ou organizações sociais que se valem da Internet em suas ações, atuam em rede, se constituem como apoio as mobilizações coletivas e se identificam e praticam o ativismo digital.

Tabela 1- Redes de organizações de apoio
as ações coletivas e de movimentos sociais

▪ Global Trade Watch (GTW) Causa: Fomentar a democracia por meio da promoção de um mercado mais justo e responsável como alternativa ao modelo corporativo de comércio mundial. Histórico: Um bom exemplo de organização que faz parte de outras redes de organizações de alcance mundial. Os temas principais da GTW são proteção ambiental, saúde, justiça econômica, segurança, democracia e responsabilidade política (GTW, 2004). A GTW faz parte do comitê executivo da Citizen Trade Campaign, coalizão que reúne entidades de trabalhadores, ambientais, religiosas, ligas de consumidores, fazendas familiares com o objetivo de lutar por políticas comerciais social e ambientalmente justas. A GTW também faz parte da rede Our World Is Not For Sale (OWINFS), que reúne organizações, movimentos sociais e ativistas independentes do mundo todo que lutam contra o modelo corrente da globalização incorporada pelas práticas do comércio internacional. Atuação: Usa a Rede para divulgar documentos, fazer denúncias, difundir e promover campanhas, angariar fundos, articular-se com seus membros, divulgar atividades, notícias, documentos e comunicados, além de ajudar a promover e apoiar organizações aliadas e suas atividades.
▪ IGC e APC (Institute for Global Communications e Association for Progressive Communications) Causa: Apoiar, por meio do uso das tecnologias de informação e comunicação, as organizações de todo o mundo que atuam por direitos humanos, paz, meio ambiente, desenvolvimento sustentável, direitos da mulher e dos trabalhadores. Histórico: Foi fundado em 1987 para dar suporte à rede de organizações pacifistas PeaceNet. Em parceria com seis organizações internacionais, o IGC fundou, em 1990, a APC, uma coalizão internacional de redes de computadores de entidades progressistas, com 25 membros e 40 parceiros. A APC diz apoiar um mundo em que as pessoas possam usar o "potencial

criativo das T.I.C. para melhorar suas vidas e criar sociedades mais igualitárias e democráticas" (APC, 2004). Sua assembléia consultiva é formada por membros de outras organizações ou redes de organizações como Peacefire.org, GreenMarketplace, Project Change Anti-Racism Initiative e redes como Envirolink Network, The Women's Network.

Atuação: O IGC oferece serviço de hospedagem na rede a cerca de 250 organizações sem fins lucrativos. Oferece também suporte à formação de outras redes como a EcoNet, WomensNet, LaborNet e AntiRacismNet. A APC oferece ferramentas de comunicação e compartilhamento de informação para organizações não-governamentais e ativistas de mais de 130 países.

▪ **Indymedia (Centro de Mídia Independente - CMIs)**

Causa: Apoiar e promover o intercâmbio de notícias entre a imprensa independente em todo o mundo.

Histórico: Reúne centros alternativos de mídias do mundo todo. Foi formada para cobrir a reunião da OMC, em Seattle, em 1999, utilizando a Internet como sua base para difundir informes, vídeo, áudio e fotos registrados. Após o fracasso da cúpula, a Indymedia se consolidou. Passou a publicar um jornal em Seattle - e em outras cidades através da Rede - e fundou uma estação de rádio. No site, foi desenvolvido um inovador sistema de publicação aberta, mediante cadastro. A difusão dos CMIs começou depois das coberturas, em 2000, dos protestos contra o FMI e o Banco Mundial. Atualmente há mais de uma centena de CMIs espalhados pelo mundo.

Atuação: A organização se dá basicamente pela Internet, envolvendo discussões internacionais entre os membros do centro, inicialmente através de suas listas e IRC. Também utilizam um sistema de gerenciamento de conteúdo chamado Twiki, que funciona como site de acesso aberto. A Indymedia não tem escritório central, nem endereço, telefone e fax, ainda que alguns CMIs possam tê-los.

▪ **No Border**

Causa: Coordenar a luta de ONGs e movimentos sociais contra a migração global com base no recrutamento e na exploração econômica de trabalhadores.

Histórico: Criada em 1999, em Amsterdã, trata-se de uma rede formada por mais de 150 organizações e grupos de ativistas europeus em defesa dos imigrantes e contra as formas de discriminação. Sua principal luta é contra as políticas de deportação de exilados estrangeiros por parte de governos, assim como contra as corporações que se beneficiam de alguma forma de tal situação. A No Border é conhecida por suas estratégias arrojadas de atuação, o que incluem hackerismo e campanhas em rede contra governos e empresas.

Atuação: A coordenação entre os grupos de ativistas é feita por uma lista de e-mails e por dois encontros anuais. Promove ocupações, acampamentos junto a aeroportos, manifestações simultâneas em vários países e hackerismo.

▪ **Nodo50.org**

Causa: Dar suporte informático a movimentos e coletivos sociais diversos, superar a fragmentação dos movimentos sociais e promover a difusão de "contrainformação".

Histórico: Reúne 853 organizações sociais, o Nodo50 surgiu com base em um simples BBS (Bulletin Board System), durante a comemoração dos 50 anos do FMI e do Banco Mundial, em 1994, em Madri. Seu objetivo era dar suporte às organizações que denunciavam a forma de atuação de tais organismos. Em 1996, o Nodo50 se tornou um provedor de acesso com o objetivo de apoiar campanhas de ações de movimentos sociais e pequenas organizações políticas. As organizações que fazem parte do Nodo50 são ligadas principalmente aos movimentos feministas, ecologistas, sindicalistas e grupos internacionais de apoio, solidariedade ou cooperação ao desenvolvimento. A ideia é "superar a fragmentação dos movimentos em ilhas atomizadas, trabalhando na construção de um arquipélago interconectado de resistências e ações coletivas" (Nodo50, 2004).

Atuação: O Nodo50, além de oferecer conexão, espaço para hospedagem, gestão de domínios e outros serviços comuns a empresas do ramo, faz projetos gráficos, dá cursos de formação, facilita a busca e a inscrição em suas organizações, apoia e divulga suas campanhas, facilita a difusão e o intercâmbio de informações entre tais organizações, por meio de sua lista e da lista de outras organizações que difunde.

▪ **Oxfam Internacional**

Causa: Tem como objetivo encontrar soluções para a pobreza e as condições de injustiça.

Histórico: Uma das redes de organizações que mais ganhou relevo nos últimos anos. Reúne em uma confederação 12 organizações que trabalham em conjunto com cerca de 3.000 organizações locais no mundo todo. Para alcançar seus propósitos, a OXFAM desenvolve intensos *lobbies* junto aos organismos internacionais, além de promover campanhas informativas e participar de programas de desenvolvimento.

Formas de atuação: Promove campanhas informativas, divulga documentos, articula-se através da rede com as 12 organizações que atuam com outras redes locais em mais de cem países.

▪ **Third World Network**

Causa: Apoio ao desenvolvimento e à cooperação internacional

Histórico: Rede internacional independente de organizações e indivíduos envolvidos em assuntos relacionados com o desenvolvimento e as relações Norte-Sul. Concentra-se sobre a investigação sobre assuntos econômicos, sociais e ambientais referentes aos países em desenvolvimento; publica livros e revistas, organiza seminários e apresenta plataformas de apoio aos interesses dos países do Sul nas conferências internacionais. A TNW possui escritórios na África, América, Ásia e Europa. Conta com organizações filiadas nos países em

desenvolvimento, com as quais desenvolve parcerias.

Atuação: Divulga documentos, distribui informes, promove campanhas informativas e eventos. Coordena-se com outras organizações pela Rede.

▪ **The Palestinian NGO Network**

Causa: Coordenar a atuação das organizações em apoio à causa palestina espalhadas pelo mundo; busca também estratégias comuns entre elas.

Histórico: Fundada em 1993, depois da assinatura do Tratado de Oslo, esta rede dá suporte a entidades civis que lutam pelos direitos do povo palestino, atuando como "guarda-chuva" de 92 organizações. A PNGO colabora ainda com outras organizações ou redes de organizações, como Sabeel Ecumenical Liberation Theology Center, The General Union of Palestinian Women, Christian Aid Christian Peacemaker Teams (CPT), Coalition of Women for Peace, Ecumenical Accompaniment Program in Palestine and Israel (EAPPI), International Solidarity Movement (ISM), International Women's Peace Service (IWPS), Israeli Committee Against House Demolitions e World Council of Churches.

Atuação: Através de seu site, a PNGO divulga suas estratégias de luta, publicações, informação sobre campanhas, projetos em andamento, notícias, documentos e comunicados. Sua página na Web se transformou em um veículo de referência, integração e intercâmbio entre as organizações que formam a PNGO.

Fonte: MACHADO, Jorge (2004)

3.3. MOVIMENTOS EM REDE

O levante armado de três ou quatro mil índios, ocorrido em Chiapas, a 1º de janeiro de 1994, com a tomada de sete cidades, foi marcado para coincidir com a data de entrada do México no Acordo de Livre Comércio Norte-Americano (NAFTA), junto com os Estados Unidos e Canadá (SLATER, 2000, p. 519). [...] Mandaram um comunicado explicando que o Nafta, que proibiu os subsídios a cooperativas agrícolas indígenas, representaria uma "execução sumária" de quatro milhões de indígenas mexicanos em Chiapas, o estado mais pobre do país (KLEIN, 2002, p. 89).

E assim, como um "exército de sonhadores"⁵, os povos indígenas de Chiapas desencadearam a mobilização autônoma que se tornou o primeiro e exemplar modelo de articulação e apropriação dos recursos tecnológicos e de

⁵ Expressão reproduzida da frase "Nós somos um exército de sonhadores, é, por isso, que somos invencíveis" da autoria do Subcomandante Marcos, líder do movimento zapata. Disponível em www.ezln.org.mx. Acesso em: set./2012.

comunicação aberto pelas redes de computadores e pela Internet para a construção de uma nova arena e plataforma de luta contra os impactos negativos da globalização.

Feito amplamente registrado pela mídia mundial e analisado por diversos campos de estudos interdisciplinares, a iniciativa zapatista inseriu-se e registrou na história o potencial de transformação que a sociedade tende a empreender e adquirir mediante o próprio desenvolvimento tecnológico. E mais do que isso, afinado com as tendências e evolução em tecnologias, a atitude zapatista além de possibilitar “a construção de relações interculturais de reconhecimento, respeito e solidariedade” (SCHERER-WARREN, 2006, p. 218) articuladas em escala mundial, enfatizou a capacidade de comunicação, mobilização e ação que podem ser empreendidas com a utilização das recentes tecnologias eletrônicas – as tecnologias digitais, como a Internet e demais tecnologias de software que dão suporte e propiciam a interação simultânea e o trabalho cooperativo e colaborativo entre grupos distintos e diversos.

É também nestes termos que após o episódio, e dentre os estudiosos e intelectuais que refletiram sobre a manifestação dos zapatistas, Alain Touraine irá afirmar que “precisamos revisar o conceito de movimento social, mediante a produção recente dada as mudanças e o impacto da globalização na territorialidade e na soberania das nações”. E ao se referir à ação zapatista, reflete:

Aqueles que vêem na ação dos zapatistas de Chiapas um novo surto guerrilheiro, responsável por criar de forma esporádica focos de violência nas várias partes do território mexicano, enganam-se profundamente. A ação armada não é mais essencial para os zapatistas; o que importa a Marcos e aos demais líderes do movimento é desempenhar um papel decisivo na transformação do sistema político (TOURAINÉ, 1996 *apud* GOHN, 1997, p. 153).

Papel decisivo na transformação do sistema político em cuja performance e gritos de “*Ya basta!*” os zapatistas, além de reivindicar apoio transnacional as suas denúncias e demandas por dignidade e justiça, transformaram e adotaram a comunicação como lugar de “conflitualidade social” mediada e viabilizada por circuitos e conexões da grande rede digital de

computadores, tornando-se o carro-chefe de um ciclo novo de ações de movimentos sociais, como as mobilizações de Seattle em 1997⁶, de Gênova em 1998, e outros mais que se reúnem sob a insígnia de movimentos antiglobalização e que adotaram a tática de semelhante atuação, ou seja, se apropriaram, se mobilizaram e agiram a partir do uso da estrutura lógica e informacional de redes de computadores e da Internet.

Analisando essa “nova dinâmica de interação entre a Internet e processos de conflito sociopolítico, representação e administração” e que também imprime uma nova dinâmica aos movimentos sociais, Castells avalia que:

Os movimentos sociais do século XXI, ações coletivas deliberadas que visam a transformação de valores e instituições da sociedade, manifestam-se na e pela Internet. O mesmo pode ser dito do movimento ambiental, o movimento das mulheres, vários movimentos pelos direitos humanos, movimentos de identidade étnica, movimentos religiosos, movimentos nacionalistas e de defensores/proponentes de uma lista infindável de projetos culturais e causas políticas (CASTELLS, 2003, p. 114).

Nova dinâmica, como aponta Castells, que fez do ciberespaço uma “ágora eletrônica global em que a diversidade da divergência humana explode numa cacofonia de sotaques” (2003, p. 114-115); ou num aglomerado de movimentos sociais que ao longo dos anos de 1990 se organizaram com a ajuda da Internet. Mas a Internet, conforme analisa:

[...] é mais que um mero instrumento útil a ser usado porque está lá. Ela se ajusta às características básicas do tipo de movimento social que está surgindo na Era da Informação. E como encontraram nela seu meio apropriado de organização, esses movimentos abriram e desenvolveram novas avenidas de troca social, que, por sua vez, aumentam o papel da Internet como sua mídia privilegiada (CASTELLS, 2003, p. 115)

Atribuição ou atuação que Castells, ao se permitir uma analogia histórica, propõe a compreensão de que se:

⁶ Em relação a este novo ciclo de ações empreendido por movimentos contemporâneos, Gohn observa que: “Em 1997, a *Global Trade Watch* empreendeu uma campanha nos Estados Unidos contra a OMC (Organização para Comércio e Desenvolvimento Econômico), e na Europa realizou-se a Marcha Europeia contra o Desemprego, com o apoio de sindicatos e organizações de direitos humanos (2011, p. 38).

[...] a constituição do movimento operário na Era Industrial não pode ser isolada da fábrica industrial como seu cenário organizacional (embora alguns historiadores insistam no papel igualmente importante do *pub* a esse respeito); [...] a Internet (para a constituição dos movimentos sociais no século XXI) não é simplesmente uma tecnologia, é um meio de comunicação (como eram os *pubs*), e é a infra-estrutura material de uma determinada forma organizacional: a rede (como era a fábrica) (CASTELLS, 2003, p. 115-116).

Sob este crivo de análise, que toma da Internet como um meio de comunicação e como uma estrutura material e organizacional em formato de rede, Castells apresenta três razões que a tornaram um componente indispensável para o tipo de movimento social que está emergindo na sociedade em rede. Uma primeira razão, ou uma primeira questão apresentada, é a de que na Era da Informação, e na luta para mudar os códigos de significado das instituições e da prática que resulte em mudança social no novo contexto histórico, os movimentos sociais são essencialmente mobilizados em torno de valores culturais. Neste sentido, caracteristicamente observa que:

[...] alguns dos movimentos sociais mais importantes de nosso tempo, como os nacionalistas ou religiosos, são muito antigos em seus princípios, mas assumem um novo sentido quando se tornam trincheiras de identidade cultural para a construção de uma autonomia social num mundo dominado por fluxos de informação homogêneos, globais. Nesse contexto, a comunicação de valores e a mobilização em torno de significados tornam-se fundamentais. Os movimentos culturais (no sentido de movimentos voltados para a defesa ou a proposta de modos específicos de vida e significado) formam-se em torno de sistemas de comunicação – essencialmente a Internet e a mídia – porque é principalmente através deles que conseguem alcançar aqueles capazes de aderir a seus valores e, a partir daí, atingir a consciência da sociedade como todo (CASTELLS, 2003, p. 116).

Uma segunda razão apresentada atribui aos movimentos sociais em rede a responsabilidade de “preencher o vazio deixado pelas crises das organizações verticalmente integradas e herdadas da Era Industrial”. Tomando como base este entendimento, e criticamente as organizações formalmente constituídas, acrescenta o autor que:

Os partidos políticos de massa, quando e onde ainda existem, são conchas vazias, mal ativadas com máquinas eleitorais a intervalos regulares. Os sindicatos só sobrevivem abandonando suas formas tradicionais de organização, constituídas historicamente como réplicas das burocracias racionais características das grandes corporações e das agências estatais. As associações cívicas formais, e seus conglomerados organizacionais, estão em franco declínio como formas de engajamento social [...]. (No entanto) isso não significa que as pessoas deixaram de se organizar e de se mobilizar na defesa de seus interesses ou na afirmação de seus valores. Mas coalizões frouxas, mobilizações semi-espontâneas, e movimentos *ad hoc* do tipo neo-anarquista substituem as organizações formais, estruturadas e permanentes. Movimentos emocionais, muitas vezes desencadeados por um evento de mídia, ou por uma crise de vulto, parecem ser fontes mais importantes de mudança social que a rotina diária de ONGs zelosas. (E neste caso), a Internet torna-se um meio essencial de expressão e organização para esses tipos de manifestação, que coincidem numa dada hora e espaço, provocam seu impacto através do mundo da mídia, e atuam sobre instituições e organizações (empresas, por exemplo) por meio das repercussões de seu impacto sobre a opinião pública. Esses movimentos pretendem conquistar poder sobre a mente, não sobre o Estado. (CASTELLS, 2003, p. 116-117).

Por fim, um terceiro fator, não menos importante, trata dos movimentos e do poder nas redes globais de nossa era, com o qual Castells avalia que:

Como o poder funciona cada vez mais em redes globais, passando em grande parte ao largo das instituições nacionais, os movimentos se defrontam com a necessidade de obter o mesmo alcance global dos poderes vigentes, exercendo seu próprio impacto sobre a mídia, através de ações simbólicas. Em outras palavras, a globalização dos movimentos sociais é um fenômeno distinto do movimento contra a globalização, e muito mais importante do que ele. Este último é apenas uma manifestação específica do advento de um terreno global disputado (CASTELLS, 2003, p. 118).

Manifestação ou manifestações que se expressam em processos de mudança social nessa Era da Informação, e que “giram em torno de lutas visando transformar as categorias de nossa existência mediante a formação de redes interativas como formas de organização e mobilização”, e que, segundo considera Castells:

Essas redes, que emergem da resistência de sociedades locais, visam superar o poder de redes globais, reconstruindo assim o mundo a partir de baixo. (E) a Internet fornece a base material que permite a esses movimentos engajarem-se na produção de uma nova sociedade. Ao fazê-lo, eles transformaram por sua vez a Internet: de ferramenta organizacional para as empresas ela se converte também numa alavanca de transformação social – embora nem sempre nos

termos buscados pelos movimentos sociais, e nem sempre, aliás, em defesa dos valores que você e eu compartilharíamos necessariamente (CASTELLS, 2003, p. 118-119).

Mas é compartilhando do interesse ou de impressões sobre o mesmo objeto de estudo, e também se debruçando sobre questões que tematizam movimentos sociais no início do século XXI, que Maria da Glória Gohn não deixa passar despercebido que na “atualidade movimentos atuam por meio de redes sociais, utilizam-se da Internet e exercitam o que Habermas denominou agir comunicativo” (2011, p. 13).

Partindo de tais princípios, e observando a atuação desses movimentos, Gohn se inclina a observar e constatar que:

Os movimentos sociais progressistas atuam segundo uma agenda emancipatória, realizam diagnósticos sobre a realidade social e constroem propostas. Atuando em rede, articulam ações coletivas que agem como resistência à exclusão e lutam pela inclusão social. Eles constituem e desenvolvem o chamado *empowerment*⁷ de atores da sociedade civil organizada à medida que criam sujeitos sociais para essa atuação em rede (GOHN, 2011, p. 14-15).

Tecendo um paralelo entre os movimentos sociais dos anos de 1980 e os atuais, Gohn destaca que ambos construíram “representações simbólicas afirmativas por meio de discursos e práticas, criaram identidades e projetaram em seus participantes sentimentos de pertencimento social” (2011, p. 15). E é com este perfil que, segundo a autora, os movimentos sociais têm retornado à cena política e a mídia, destacando quatro pontos que os caracterizam no início deste novo milênio:

- 1) As lutas de defesa das culturas locais, contra os efeitos devastadores da globalização. Eles estão ajudando na construção de um novo padrão civilizatório orientado para o ser humano e não para o mercado, como querem as políticas neoliberais de caráter excludente. Um outro papel importante a ser destacado nos movimentos atuais é o resgate que eles estão operando do caráter e sentido das coisas públicas - espaços, instituições, políticas etc.;
- 2) Ao reivindicarem a ética na política e, ao mesmo tempo, exercerem vigilância sobre a atuação estatal/governamental eles orientam a atenção da população para o que deveria ser dela e está sendo desviado, para o tratamento particular que supostamente estaria

⁷ Empoderamento; “atribuição de poder”.

sendo dado a algo que é um bem público, como os impostos arrecadados da população estariam sendo mal gerenciados etc.;

3) Os movimentos têm coberto áreas do cotidiano de difícil penetração por outras entidades e instituições do tipo partidos políticos, sindicatos ou igrejas. Assim, aspectos da subjetividade das pessoas, relativos a sexo, crenças, valores etc. têm encontrado vias de manifestação porque o grau de tolerância é alto na maioria dos movimentos sociais. Mas não podemos deixar de lado, ou ignorarmos, que intolerância também existe e ela tem estado presente em movimentos fanático-religiosos ou no ressurgimento de movimentos nacionalistas, com suas ideologias não democráticas, geradoras de ódios e guerras;

4) Os movimentos construíram um entendimento sobre a questão da autonomia diferente do que existia nos anos de 1980. Atualmente, ter autonomia não é ser contra tudo e todos, estarem isolados ou de costas para o Estado, atuando à margem do instituído; ter autonomia é, fundamentalmente, ter projetos e pensar os interesses dos grupos envolvidos com autodeterminação; é ter planejamento estratégico em termos de metas e programas; é ter a crítica, mas também a proposta de resolução para o conflito que estão envolvidos; é ser flexível para incorporar os que ainda não participam, mas têm o desejo de participar, de mudar as coisas e os acontecimentos da forma como estão; é tentar sempre dar universalidades às demandas particulares, fazer política vencendo os desafios dos localismos; ter autonomia é priorizar a cidadania: construindo-a onde não existe, resgatando-a onde foi corrompida. Finalmente, ter autonomia é ter pessoal capacitado para representar os movimentos nas negociações, nos fóruns de debates, nas parcerias de políticas públicas (por isso é grande o número de militantes/assessores de movimentos, advindos de ONGs, que têm adentrado aos programas de Pós-graduação da academia. (GOHN, 2011, p. 16-17)

Com tal composição, ou repertório, e redefinidos a partir de uma tendência organizacional que contempla a formação de redes, “os movimentos criaram, ou ampliaram, ou fortaleceram a construção de redes sociais” (GOHN, 2011, p. 23), e conseqüentemente, as redes de movimentos.

Com as redes, parceria com ONGs, recursos tecnológicos interplanetários de comunicação, e de encontro ao impacto das transformações tecnológicas e ao sistema econômico, que dentre outras misérias prestigiou o “declínio do espaço público e da convivência democrática”, surgiram os movimentos antiglobalização, cuja estratégia de ação se apropria e se espraia no uso de computadores e de interfaces amistosas dos sistemas de informação, e na capacidade de superação dos obstáculos impostos pelo tempo e pelo espaço que se apresentam em redes sociais eletrônicas.

Trata-se de puro movimento, não de um precursor de novas instituições. Isso não é novo na história, em absoluto. De fato, essa informalidade e espontaneidade relativas foram, em geral, marcas dos movimentos sociais mais produtivos. A novidade é sua

interconexão via Internet, porque ela permite ao movimento ser diverso e coordenado ao mesmo tempo, engajar-se num debate permanente sem, contudo, ser paralisado por ele, já que cada um de seus nós pode reconfigurar uma rede de suas afinidades e objetivos, com superposições parciais e conexões múltiplas. O movimento antiglobalização não é simplesmente uma rede, é uma rede eletrônica, é um movimento baseado na Internet. E como a Internet é seu lar, não pode ser desarticulado ou aprisionado. Nada como um peixe na rede (CASTELLS, 2003, p. 118).

Desde Chiapas, portanto, no “mundo como um todo”, importantes movimentos sociais, ao longo da década de 1990, se organizaram a partir do uso de computadores, por meio redes e com ajuda da Internet, tomando como base de funcionamento as ferramentas e dispositivos eletrônicos de *websites*, correios eletrônicos, fóruns de discussão, *blogs*⁸, e mais recentemente, as redes sociais virtuais. Com manifestações concretas, tais formas de mobilização, ação e protesto social passaram a ocorrer e tornaram-se lugar comum dos novos movimentos sociais na “nova” era da informação e conhecimento, diferindo totalmente dos movimentos que se teve conhecimento até o século XX.

Retrospectivamente Gohn resgata que a origem dos movimentos que se reúnem sob o título de “antiglobalização”⁹ localiza-se no primeiro Encontro

⁸ Semelhante a um diário pessoal, *blogs* são sistemas de publicação na web que se destina a publicar informações em ordem cronológica. Alcançando grande popularidade passaram a ser utilizados para os mais variados fins: pessoais, educacionais, jornalísticos, comerciais, etc.

⁹ Todavia, em termos analíticos e situando o surgimento do movimento antiglobalização a partir das mobilizações que antecederam Seattle (EUA) em 1999, Bringle e Echart identificam várias etapas (ou ciclos e subciclos) em suas origens: “a primeira fase (embrionária ou de gestação) surgiu no final dos anos 1980, com o aparecimento dos primeiros atos de protesto na Europa e a definição de alguns interlocutores globais contra os que se manifestam. Celebrou-se, nesse período, contracúpulas incipientes frente a instituições financeiras internacionais, como os protestos contra o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial de Berlim, em 1988, e se produziram as primeiras reflexões sobre as consequências negativas da globalização, com ênfase na questão do meio ambiente. No começo dos anos 1990, ocorreu a segunda etapa dessas manifestações (de Cúpula paralela). Nesse momento, frente à participação das ONGs nas Cúpulas de Alto Nível das Nações Unidas, criaram-se as cúpulas paralelas às oficiais, ainda que mantendo a agenda proposta pelas últimas, como no caso do evento *The Other Economic Summit* (A outra cúpula econômica), realizada de forma paralela às reuniões do G-7, em 1992. Neste mesmo ano, celebrou-se um dos principais eventos desta fase: a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento do Rio de Janeiro. Mais conhecida como Rio-92, Eco-92 ou como Cúpula da Terra, ela marcou a entrada definitiva da voz dos atores sociais no cenário internacional (principalmente ONG). Nessa fase, apareceram também campanhas com vocação de solidariedade internacionalista como ‘500 anos de resistência’ (em que a denúncia de movimentos sociais latino-americanos, principalmente indígenas, frente às comemorações do quinto centenário do descobrimento da América encontra canais e redes de convergências e denúncias compartilhadas com militantes europeus e norte-americanos), e a campanha ‘50 anos bastam’ (contra o quinquagésimo aniversário da criação das instituições de Bretton Woods). De grande importância foi o

Internacional pela Humanidade e contra o Neoliberalismo, empreendido pelos zapatistas, em 1996 e que, conforme expressa:

[...] apresenta-se, na virada deste novo milênio, como uma das principais novidades na arena política no cenário da sociedade civil, dada sua forma de articulação/atuação, em redes com extensão global. Ele tem elaborado uma *nova pragmática no repertório das demandas e dos conflitos sociais*, trazendo novamente as lutas sociais para o palco da cena pública e a política para a dimensão pública – tanto na forma de operar, nas ruas, quanto no conteúdo do debate que trouxe à tona: o modo de vida capitalista ocidental moderno e seus efeitos destrutivos sobre a natureza (humana, animal e vegetal) (GOHN, 2002, p. 1; 2011, p. 34).

Além do mais, esse novo movimento, como estima a autora, criou um novo ator sociopolítico de caráter mundial, cuja ação e repertório agendou no rol dos problemas internacionais do século XXI, o grande desafio de como "atuar mediante o choque entre as diferentes culturas nacionais e ampliação dos conflitos étnicos", quando desvelou as contradições e os efeitos destrutivos da globalização econômica mundial e da cultural local. Do mesmo modo, e expressando-se em uma compacta rede de resistência com atos de desobediência civil e propostas alternativas ao atual formato da globalização, considerada como o fator principal da exclusão social existente, o movimento também colocou em pauta um "outro tipo de globalização com base na solidariedade e respeito às culturas", direcionada para um "novo tipo de modelo civilizatório, com desenvolvimento econômico, mas também com justiça e igualdade social" (GOHN, 2002, p. 1-2).

levantamento zapatista de 1994 e a celebração do Primeiro Encontro Intergaláctico contra o Neoliberalismo e pela Humanidade, em que convergem vários movimentos sociais contrários à globalização. Outros momentos relevantes desta segunda etapa foram: a convocatória das primeiras jornadas de luta global pela Ação Global dos Povos (com o lema 'Nossa resistência será tão global como o capital'); os protestos contra o Acordo Multilateral de Investimentos (AMI) da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE) e a criação da rede ATTAC, coletivo que advoga pela aplicação da Taxa Tobin aos capitais financeiros especulativos e que convocou, em 1999, o Encontro Internacional Outro Mundo é Possível, convertido logo no lema do movimento. Esta etapa, que criou importantes centros de reflexão crítica sobre a globalização neoliberal, assim como campanhas de denúncia às empresas transnacionais, finalizou, em 1999, com a irrupção pública do movimento em Seattle. A terceira fase, de 1999 a 2001, foi protagonizada por sucessivos protestos e um aumento da intensidade do conflito social. Nasceu midiaticamente o movimento antiglobalização em 1999 durante a contracúpula realizada frente à Ronda do Milênio da OMC em Seattle. A alta visibilização dos protestos nos meios de comunicação de massa chamou a atenção para um movimento que vinha sendo tecido desde anos anteriores. Nessa terceira fase, as limitações das cúpulas ou fóruns paralelos levaram à criação de contracúpulas com agenda própria, organizadas graças à extensão do uso de Internet por parte dos diferentes grupos e coletivos" (BRINGEL; ECHART, 2010, p. 30-32).

Outro fator observado por Gohn reside na diversidade social ou de propósitos que compõe e estiliza esse novo tipo de movimento, destacando que:

Uma das características marcantes do movimento antiglobalização é a heterogeneidade de sua composição social: ele é composto por uma rede de movimentos e organizações sociais de espectro variado, destacando-se: defesa dos direitos humanos, estudantes, anarquistas, organizações não-governamentais, movimentos sociais rurais, centrais sindicais, alas de partidos políticos e organizações de esquerda, redes de interlocução de pequenos grupos etc. Cada um desses grupos tem origens, ideologias, instituições de apoio e trajetórias históricas diferenciadas. [...] A maioria das organizações que o compõem não é precisamente contra a globalização em si; várias facções do movimento reconhecem que a globalização é um dado momento do processo histórico contemporâneo. O que essas facções contestam é a forma como a globalização se processa. O que une as várias entidades/organizações e suas facções num só movimento é o fato de todas serem contra a parcela do *status quo* vigente que legitima uma ordem socioeconômica e moral de injustiças, criando grandes distâncias entre ricos e pobres, incluídos e excluídos. Recusam-se às imposições de um mercado global, uno, voraz. Contestam-se também os valores que impulsionam a sociedade capitalista, alicerçados no lucro e no consumo de mercadorias supérfluas (GOHN, 2002, p. 2; 2011, p. 35).

Mas não foram supérfluas as reivindicações e demandas apresentadas pelo movimento.

Entre 1998 e 2001 a bandeira central do movimento se expressava em demandas relativas à questão das relações comerciais entre os países. Formularam-se propostas sobre a dívida externa dos países pobres (pedindo seu perdão) e a democratização dos processos de decisão das agências financeiras multilaterais; propôs-se o imposto Tobin, a liberalização das regras do comércio internacional, a inclusão dos direitos humanos (especialmente em relação à manipulação genética) e a destruição do meio ambiente, enfatizando-se as florestas, nas negociações no âmbito da Organização Mundial do Comércio. [...] Até setembro de 2001 os protestos e as manifestações ocorreram por ocasião das grandes reuniões de cúpula de dirigentes governamentais, como o G-8; encontros de dirigentes do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional; conferências de grupos e de proprietários das grandes corporações. As manifestações têm levado as autoridades locais a recriarem o estilo urbano medieval: a cidade sitiada ("linha vermelha", segundo os estrategistas de segurança das autoridades, "muro da vergonha", segundo os manifestantes) (GOHN, 2002, p.2).

Em maio de 1998, numa ação conjunta, ocorreram as primeiras mobilizações antiglobalização na Europa, em Genebra, convocadas pela Ação Mundial dos Povos, durante a Segunda Conferência Ministerial da OMC contra o Acordo Multilateral de Investimentos (AMI). Na ocasião, conectadas em redes

de organizações não governamentais, mais de seiscentas organizações, aproximadamente de setenta países, unidas entre si pela internet, colocavam em cheque as negociações intergovernamentais de livre-cambismo conduzidas pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) (GOHN, 2002; MATTELART, 2011).

Em 1999, prevista a 3ª Conferência Mundial do Comércio (OMC) em Seattle, EUA, cem mil manifestantes se reuniram ainda com reivindicações difusas, mas que questionavam a globalização econômica e demarcavam um ciclo de protestos e mobilizações, trazendo de volta, para a cena política, os movimentos sociais (GOHN, 2011, p. 38-39). Sobre o fenômeno, Castells avalia e observa que:

O protesto de dezembro de 1999 contra a Organização Mundial do Comércio em Seattle foi um exemplo paradigmático (de um) novo tipo de movimento social. Reuniu uma vasta coalizão de interesses e valores extremamente diferentes, e até contraditórios, desde os batalhões do movimento operário americano aos enxames de ecopacifistas, ambientalistas, grupos de mulheres, e uma miríade de grupos alternativos, incluindo a comunidade pagã. [...] o movimento foi baseado na troca de informação, em meses de acalorado debate político na Internet, que precederam as decisões individuais e coletivas de ir a Seattle e tentar bloquear o encontro do que era percebido como uma organização que impunha "a globalização sem representação" (CASTELLS, 2003, p. 117).

Numa série de artigos e ensaios que reunidos resultaram na obra *Cercas e Janelas* (2002), a jornalista e ativista canadense Naomi Klein esboça o cenário, as ações e visibilidade que caracterizaram e se tornaram efetivas para este novo tipo de movimento a partir de Seattle:

Até bem pouco tempo, as negociações de comércio eram educadas, um assunto somente para especialistas. Não havia manifestantes do lado de fora, e muito menos manifestantes vestidos de tartarugas-marinhas gigantes. Mas a reunião da OMC desta semana é tudo, menos educada: foi declarado estado de emergência em Seattle, as ruas parecem uma zona de guerra e as negociações estão entrando em colapso. (...) Este é o primeiro movimento político nascido dos caminhos caóticos da Internet. Dentro de suas fileiras não existe uma hierarquia vertical pronta para explicar o plano mestre, nem líderes universalmente reconhecidos fazendo discursos fáceis, e ninguém sabe o que vai acontecer depois. Muitos dos jovens nas ruas de Seattle nesta semana se voltaram contra a exploração de mão-de-obra nas *sweatshops* da Nike, ou o histórico de direitos humanos da Royal Dutch/Shell no delta do Níger, ou a reengenharia do fornecimento de alimentos da Monsanto. Durante os últimos três

anos, cada uma dessas corporações tornou-se símbolo dos fracassos da economia global, em última análise proporcionando aos militantes pontos de partida com nome de marca para entrar no arcano mundo da OMC. (KLEIN 2002, p. 9-10)

Com ímpeto, segundo relata e registra Klein, essa “rede de militância focalizou as corporações globais e seu impacto no mundo, tornando-se muito rapidamente um movimento internacional e globalizado jamais visto”:

[...] Não há mais trabalhadores mexicanos ou chineses sem rosto roubando “nossos” empregos, em parte porque aqueles representantes dos trabalhadores estão agora nas mesmas listas de e-mail e nas mesmas conferências que os militantes ocidentais, e muitos até viajaram a Seattle para se unir às manifestações desta semana. Quando os manifestantes gritam sobre os males da globalização, a maioria não está pedindo a volta a um nacionalismo estreito, mas sim que as fronteiras da globalização sejam expandidas, que o comércio seja ligado aos direitos trabalhistas, à proteção ambiental e à democracia. [...] Eles vieram a Seattle ao descobrirem que os tribunais da OMC estavam subvertendo leis ambientais e de proteção a espécies ameaçadas porque as leis, aparentemente, representavam barreiras injustas ao comércio. Ou porque tiveram conhecimento de que a decisão francesa de proibir a carne com hormônio foi considerada pela OMC uma interferência inaceitável no livre mercado. O que está em julgamento em Seattle não é o comércio ou a globalização, mas o ataque global ao direito dos cidadãos de estabelecerem regras que protejam as pessoas e o planeta (KLEIN, 2002, p. 10).

Dentro do mesmo circuito de análise e do raio de propósitos das mobilizações ocorridas em Seattle, Gohn ressalta que o movimento social sob a denominação antiglobalização, que foi projetado para (e pelo) mundo via mídia:

É também completamente distinto das ações de grupos revolucionários, terroristas ou fundamentalistas que estão crescendo assustadoramente no início deste novo século. O movimento antiglobalização nega a forma como a ordem capitalista instituída vigente se reproduz e não a ordem em si. Ele é movido para a busca de soluções alternativas aos problemas sociais e à própria preservação da vida no planeta, e não para a sua destruição. Suas ações são motivadas pela solidariedade e não pelo ódio. [...] A *mídia* de um modo geral é um fator de grande relevância nas ações do movimento antiglobalização. É como ela lhe dá visibilidade mundial e o legitima por acompanhar todas as suas agendas. A mídia criou um nome para os manifestantes: “ativistas antiglobalização”. Entretanto, o destaque não tem sido os debates ou as propostas do movimento nos encontros paralelos aos encontros oficiais, mas, sim, as ações espetaculares dos manifestantes nas ruas, o que aparece exótico.

Nesses atos, a mídia elegeu uma das partes componentes do movimento como ator principal: os *punks*. Divulgando seu visual extravagante e as ações espetaculares e ruidosas de suas diferentes tribos, acabou-se encobrindo outros grupos participantes do movimento antiglobalização, como os sindicatos, as ONGs e outros grupos de jovens, e conferiu aos *punks*, em suas diferentes correntes e matizes de ação sociopolítica e cultural, o papel central nos protestos. Alguns grupos e estilos de música de bandas jovens têm incorporado as bandeiras de luta do movimento antiglobalização, ampliando-o; muitos se incorporaram fisicamente às ações dos eventos, ou criam músicas e depoimentos de apoio ao movimento, conferindo-lhe uma faceta de rebelião cultural muito semelhante à que ocorreu em maio de 1968 na França, e depois se propagou pelo mundo. (GOHN, 2011, p. 33-37).

Movimento social, ao sabor de rebelião cultural, que teve seu poder de alcance político duplamente ampliado com a mídia eletrônica, e no qual, “os recursos tecnológicos são as grandes armas estratégicas utilizadas em sua organização e mobilização. E a internet tem sido o principal instrumento de comunicação na elaboração de suas agendas¹⁰” (GOHN, 2011, p. 37).

Em publicação comemorativa aos dez anos da batalha de Seattle que firmou a entrada impetuosa do movimento antiglobalização no universo midiático, observam os pesquisadores espanhóis Breno Bringel e Enara Echart que após a queda do Muro de Berlim em 1989:

Seattle representa, dez anos depois, a queda de outro muro: o muro do silêncio que havia sido levantado com boas capas de cimento neoliberal e sustentado pela mais que conhecida irradiação do pensamento único: *do there is no alternative* (BRINGLE; ECHART, 2010, p. 29).

Para estes pesquisadores, os protestos ocorridos em Seattle e a emergência do movimento antiglobalização imputaram importantes mudanças tanto na sociedade internacional, quanto nas formas de mobilização política, uma vez que trouxeram à tona um novo ator internacional¹¹ e um novo

¹⁰ Dentre os sites existentes na Internet, os sites *protest.net*, editado em Bruxelas, *Reclaim the stret.net*, *the public eye on Davos* e *Indymedia.org* são citados por Gohn (2011, p. 37) como meios de articulação virtual do movimento.

¹¹ Os autores fazem entender “‘ator internacional’ segundo a visão da cientista política Esther Barbé (2003), ou seja, enquanto “unidade do sistema internacional (entidade, grupo ou indivíduo) que goza de habilidade para mobilizar recursos para alcançar seus objetivos, que têm capacidade para exercer influência sobre outros atores do sistema e que possui certa autonomia”, incluindo nesta definição os movimentos sociais globais como o movimento antiglobalização que atuam na sociedade internacional, com influência nas agendas e relações internacionais e também nas estratégias dos demais atores (Estados, organizações

repertório de ação coletiva cuja marca se estabelece a partir de dinâmicas internacionais e transnacionais:

A partir de Seattle, as forças sociais de diferente natureza (movimentos sociais, organizações não governamentais, sindicais, comunidades universitárias etc.) passam a desempenhar um rol mais ativo no âmbito global, por meio de diferentes estratégias e formas de participação. Tal fato permite o forjamento de um espaço numa arena outrora completamente dominada pelos Estados e organizações internacionais, os quais se vêem obrigados a incluir em suas políticas uma maior participação da sociedade civil (BRINGEL; ECHART, 2010, p. 29).

Em 2000, uma maior participação da sociedade civil se efetivou e a exemplo da batalha de Seattle, seguiram-se mobilizações e protestos em Davos na Suíça; em Washington, D.C.; Colônia na Alemanha; Bancoc no Japão; Melbourne, na Austrália; Praga, na República Tcheca; e Nice, na França (GOHN, 2002; KLEIN, 2002; CASTELLS, 2003).

[...] no dia 1º de maio, em Bancoq, durante a reunião da Unctad, no Japão, e em Melbourne/Austrália, durante o Fórum Econômico (300 ONGs se reuniram para o contestar). Em setembro desse mesmo ano, em Praga, na República Checa, no Encontro do FMI e Bird, os protestantes ganharam uma sigla e uma ONG para planejá-los: Inpeg (Iniciativas contra a Globalização Econômica). As manifestações em Praga reuniram jovens de 54 países e tiveram um saldo de 150 feridos, 900 presos e danos materiais avaliados em US\$ 250 mil. Em dezembro de 2000 o protesto se deslocou para Nice, na França, na Conferência de Cúpula da União Europeia. Ainda em 2000, o movimento teve uma primeira vitória: anunciou-se um esquema para o perdão da dívida de 23 países paupérrimos, denominados como HIPCS (Países Altamente Endividados) (GOHN, 2011, p. 39).

Naomi Klein, inspirada nestas mobilizações, e mais diretamente nas que ocorreram em Seattle e Washington, e como fruto de sua participação e envolvimento direto nos eventos, esboça uma das possibilidades de entendimento acerca destes movimentos, reparando que:

Talvez os protestos em Seattle e Washington pareçam sem foco porque não foram manifestações de um grande movimento, mas convergências de pequenos movimentos, cada um deles com sua mira apontada para uma corporação multinacional específica (como a

internacionais, empresas transnacionais etc.) que respondem, de diversas maneiras, à sua presença, desde a abertura de vias de participação até a repressão" (BRINGLE; ECHART, 2010, p. 29).

Nike), um setor econômico em particular (como o agrícola) ou uma nova iniciativa comercial (como a Área de Livre Comércio das Américas). Esses movimentos menores e focalizados são claramente parte de uma causa comum: compartilham a crença de que os problemas que estão enfrentando derivam da globalização estimulada pelas corporações, um programa que está concentrando poder e riqueza em um número cada vez menor de mãos. É claro que há desacordos - acerca do papel do Estado-nação, da questão de saber se o capitalismo pode ser redimido, da velocidade com que a mudança deve ocorrer. Mas na maior parte desses pequenos movimentos há o consenso emergente de que descentralizar o poder e formar um potencial de tomada de decisão baseado na comunidade - seja por meio de sindicatos, bairros, fazendas, vilas, coletivos anarquistas ou autogoverno aborígene - são essenciais para contra-atacar o poder das corporações multinacionais. Apesar do terreno comum, tais campanhas não se traduziram em um movimento único. Em vez disso, estão intrincada e estreitamente vinculadas umas às outras, em grande parte como "*hotlinks*" que conectam seus Websites na Internet. Essa analogia é mais que coincidente, e na verdade essencial para compreender a natureza mutável da organização política. Embora muitos tenham observado que os recentes protestos de massa teriam sido impossíveis sem a Internet, o que passa despercebido é como a tecnologia da comunicação que facilita essas campanhas está modelando o movimento à sua imagem e semelhança. [...] Graças à rede mundial de computadores, as mobilizações ocorrem com pouca burocracia e uma hierarquia mínima; o consenso forçado e os manifestos elaborados desaparecem do cenário, substituídos por uma cultura de troca de informação constante, frouxamente estruturada e às vezes compulsiva. O que surgiu das ruas de Seattle e de Washington foi um modelo de militância que espelha os caminhos orgânicos, descentralizados e interligados da Internet - a Internet ganhando vida (KLEIN, 2002, p. 14; 17).

E também Castells, ao tratar destes movimentos que encontraram na Internet um meio próprio para sua efetividade, dinâmica e diversidade funcional, acerca desta organização e ação "descentralizada" do movimento, inclina-se a considerar que:

O movimento antiglobalização não tem uma organização profissional, permanente, não tem um centro, uma estrutura de comando ou um programa comum. Existem no mundo todo centenas, milhares de organizações e indivíduos que convergem em alguns protestos simbólicos, para depois se dispersar e focalizar suas próprias questões específicas - ou simplesmente desaparecer, para serem substituídos por novos contingentes de ativistas recém-surgidos. A eficácia desse movimento advém precisamente de sua diversidade, que atinge as fímbrias enfurecidas, violentas da sociedade, de um lado, até as alturas da autoridade moral e religiosa, de outro. Sua influência, já mensurável em termos de uma significativa mudança de atitude em instituições da importância do Banco Mundial, vem da capacidade de suscitar questões, e forçar um debate, sem entrar numa negociação, pois ninguém pode negociar em nome do movimento. (CASTELLS, 2003, p. 117).

No entanto, e mesmo que assim o seja, Bringel e Echart se dispendo a examinar o legado sociopolítico do movimento em seu décimo aniversário, levantam a hipótese e pontuam que:

[...] o movimento antiglobalização demonstrou uma importante capacidade de organização (criando amplas redes sociais ou celebrando encontros relevantes, entre os quais se destaca, entre outros, o Fórum Social Mundial), de mobilização (Seattle foi somente o primeiro exemplo de uma série de ações coletivas que tiveram seu momento auge em Gênova, em 2001, nas mobilizações contra a guerra do Iraque ou nos protestos contra a Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) e de incidência (em diferentes escalas, esferas e eixos de atuação) no cenário internacional (BRINGLE; ECHART, 2010, p. 29).

Tomando, portanto, como ponto de partida esta hipótese e detendo-se brevemente em discutir o movimento em suas características, conceitos e terminologias, inicialmente os autores esclarecem que:

Entendemos o movimento antiglobalização, num sentido amplo, como um movimento social global que aglutina redes e movimentos sociais diversos (ambientalistas, feministas, sindicais, de defesa dos direitos humanos, entre outros) para além de suas diferenças, com uma perspectiva que une o local e o global, construindo identidades coletivas multirreferenciais que superam o Estado-nação e uma luta comum contra a globalização neoliberal, a quem responsabilizam as múltiplas problemáticas contra as que se mobilizam (BRINGLE; ECHART, 2010, p. 29).

Todavia, e mesmo que a luta do movimento se apresente num campo comum de ação, a despeito de sua denominação, observam Bringel e Echart a disputa terminológica existente na definição do movimento, justificando-se quanto à adoção e uso da legenda antiglobalização. Nestes termos discorrem:

[...] a denominação antiglobalização não está isenta de polêmicas, uma vez que muitos analistas rejeitam esta definição negativa, utilizada, pela primeira vez, pelo jornal The Economist, no dia 30 de novembro de 1999, durante as mobilizações de Seattle. [...] De forma paralela, Callinicos (2003), Klein (2001) e amplos setores do movimento argumentam que o termo antiglobalização é contraditório à realidade de um movimento global, para muitos, o mais globalizado da História, pelo uso realizado de ferramentas como a Internet. Outros, pertencentes à rama mais reformista do movimento, preferem

insistir na ideia de uma globalização com um rosto humano (George, 2001), de uma globalização por baixo (Falk, 1993) ou de um movimento altermundista, caso da versão francófona. Também podem ser encontradas definições mais gerais como movimento global ou movimento de resistência global, para ressaltar sua extensão; movimento pela justiça global (Díaz-Salazar, 2002), para assinalar sua finalidade; ou movimento de movimentos e nuvem de mosquitos, para mostrar sua heterogeneidade. Existem outras definições negativas, utilizadas e incorporadas às subjetividades e aos discursos de vários grupos, como é o caso de movimento anticapitalista. Essa disputa terminológica é somente um exemplo da enorme dificuldade que existe ao definir um movimento que, apesar de sua difusão e popularidade nos círculos acadêmicos e ativistas, escassas vezes é analisado com precisão como ator internacional. Optamos pelo rótulo antiglobalização por uma razão simples: é justamente a oposição à globalização capitalista o nexo de união de tamanha heterogeneidade e não a necessidade de reformá-la (opção de somente alguns setores) ou de lutar por um determinado modelo de nova ou outra globalização, terreno em que não há nenhum tipo de consenso. [...] Trata-se, assim, de uma questão com importantes implicações políticas e teóricas, se considerada uma ruptura com a dimensão de totalidade dentro dos processos de mudança social na pós-modernidade (BRINGEL; ECHART, 2010, p. 29-30).

E dentre características que se apresentam para o entendimento desse movimento global, com as quais os pesquisadores se permitem contribuir na compreensão deste formato de ação coletiva, são elencadas e destacadas nesta publicação comemorativa:

[...] em primeiro lugar, sua enorme heterogeneidade derivada da união de amplos setores da esquerda (política e social) e de diversas lutas (geradoras de eixos temáticos que conformam o movimento antiglobalização); em segundo lugar, o caráter espetacular de seu repertório de ações coletivas (o que contribuiu para a sua inclusão na agenda midiática) que se articula entre o pacifismo, os vários tipos de ação direta, as estratégias de inovação cultural e a resistência ativa, entre outras; em terceiro, a utilização das novas Tecnologias de Informação e Comunicação, com iniciativas que surgem desde Seattle como Indymedia, passando pelo media center de Gênova ou os diferentes canais de contra-informação, os quais se constituíram em ferramentas-chave em todo o mundo para canalizar a informação contada pelos próprios movimentos sociais, mas que também funcionam como instrumentos de participação, mobilização e criação de identidade; em quarto lugar, a horizontalidade como forma de organização política, a partir de um sistema de tomada de decisões de caráter assembleário e por consenso, desvinculado do centralismo, das fortes hierarquias e da lógica da representatividade, e uma estrutura organizativa descentralizada em forma de redes; em quinto lugar, a presença de uma conexão glocal, cujo lema pensar globalmente, atuar localmente funciona como impulsor de uma engrenagem que permite identificar a globalização neoliberal como causa principal de diversos conflitos locais, com a importância da visibilização global dos conflitos e também dos trabalhos de base

mais invisíveis; finalmente, em sexto lugar, uma radicalidade reivindicativa frente a um modelo socioeconômico que se pretendia infalível. O outro mundo possível emerge, assim, frente ao *there is no alternative*, de Thatcher, ou o fim da história, de Fukuyama, como uma importante ruptura discursiva, algo que já pode ser considerado um primeiro grande êxito deste movimento (BRINGEL; ECHART, 2010, p. 30).

Do mesmo modo, realçando os muitos desafios de interpretação do perfil complexo e das identidades do militante que compõem um movimento de amplitude global apontam, nesta sua análise, algumas das variáveis utilizadas na sistematização da heterogeneidade que perfaz o movimento antiglobalização, assinalando dentre estas:

(a) o eixo ideológico direita/esquerda (que varia, dentro do movimento antiglobalização, entre sensibilidades de centro esquerda e a extrema esquerda); (b) o grau de institucionalização (desde partidos políticos, sindicatos e associações passando por coletivos, associações, grupos de afinidades e também indivíduos); (c) o posicionamento perante o Estado (desde a socialdemocracia até os anarquistas); (d) suas diferentes localizações e manifestações geográficas (ainda que possa ser considerado um movimento global, não podem ser destacadas as particularidades referentes aos vínculos com o Estado em que surgem, com a cultura política com a qual habitualmente se socializam e com as oportunidades políticas dos lugares onde atuam) (BRINGEL; ECHART, 2010, p. 30-31).

Em 2001 o movimento adquire maior força política. Os protestos tendem a ocorrer mais localmente e enfatizam-se os trabalhos via Internet. Nas Filipinas, utilizando-se de tecnologias de comunicação sem fio e práticas de agregação social, denominadas *smart mobs*¹², uma mensagem SMS¹³ mobiliza milhares de pessoas em protesto que resulta na deposição do então presidente Joseph Estrada. Mediante as críticas direcionadas a falta de propostas do movimento, acontece em Porto Alegre, no Brasil, o primeiro Fórum Social Mundial, representando a postura reformista (o lado da proposta) dentro movimento com a massiva participação das ONGs, e servindo ainda como espaço de encontro e troca de experiências entre os diferentes atores e iniciativas espalhadas pelo mundo. Ao longo do ano, ocorrem mobilizações em

¹² *Smart mobs* é o termo criado por Howard Rheingold para descrever as “novas” formas de *swarming* usando tecnologias móveis como celulares, com voz e SMS, pages, internet sem fio, blogs, etc. (LEMOS, 2012).

¹³ SMS é a sigla para *Short Message Service* e que significa serviço de mensagens curtas.

Buenos Aires, na Argentina, por ocasião da reunião de dirigentes latino-americanos para a formação da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA). Conflitos e repressão policial marcam as ruas do Quebec, no Canadá, durante a Reunião de 34 chefes de Estado da Cúpula das Américas. Em 1º de maio violentos protestos contra a globalização acontecem em diversas regiões do mundo. Violentos confrontos são registrados durante a reunião para a ampliação da União Européia, em Gotemburgo, na Suécia. No mesmo período, devido a falta de segurança, é suspensa a reunião do Banco Mundial que deveria acontecer em Barcelona, na Espanha, havendo apenas uma teleconferência entre seus representantes. Protestos também são registrados em Salzburg, na Áustria, durante a realização do Fórum Econômico Europeu. Em Gênova, na Itália, local da reunião de cúpula do G-8, acontecem as mais conflituosas e violentas manifestações, com a participação de aproximadamente 800 grupos antiglobalização, e cerca de 100 mil pessoas vindas de diferentes lugares do globo terrestre se fizeram presentes¹⁴ (BRINGEL; ECHART, 2010; GOHN, 2011; LEMOS, 2012).

Com os atos terroristas do célebre onze de setembro nos Estados Unidos, e como qualquer mobilização contra a globalização poderia significar perigo à segurança dos cidadãos, o movimento necessitou rever suas estratégias, transformando atos de protesto e de condenação a globalização neoliberal em manifestações pacíficas pela paz em algumas regiões do mundo (GOHN, 2011). Após este fatídico episódio, considerando a amplitude do movimento, Naomi Klein em sua visão protagonista e militante se reflete, também cogita que:

O que agora é o movimento antiglobalização deve se transformar em milhares de movimentos locais, combatendo as maneiras como a política neoliberal está lançando tudo por terra: falta de moradia, estagnação salarial, aumento dos aluguéis, violência policial, população carcerária excessiva, criminalização de imigrantes e refugiados, a erosão das escolas públicas e o risco do suprimimento de

¹⁴ Em Gênova, segundo relato de Gohn, a violência se sobrepõe aos protestos pacíficos e às manifestações de desobediência civil. Os *punks* roubam a cena, pictoricamente e tragicamente, quando um de seus manifestantes além de morrer baleado, também é atropelado e massacrado pelo jipe onde estava o policial que o alvejou. As imagens de sua morte foram transmitidas pelas televisões do mundo todo causando comoção, protestos e indignação. Para protestar contra a violência policial em Gênova, milhares de pessoas marcharam em várias partes do mundo, inclusive em São Paulo, Brasil (GOHN, 2011, p. 41).

água. Ao mesmo tempo, os movimentos locais que combatem a privatização e a desregulamentação precisam relacionar suas campanhas a um grande movimento global, capaz de mostrar onde suas questões particulares se ajustam em uma agenda econômica internacional imposta em todo o mundo. É necessário um contexto político que possa ao mesmo tempo assumir o poder corporativo e o controle internacionalmente, e fortalecer a organização local e a autodeterminação. A chave para esse processo é desenvolver um discurso político que não tema a diversidade, que não tente abarrotar cada movimento político em um único modelo. A economia neoliberal tende, em todos os níveis, à centralização, consolidação, homogeneização. É uma guerra travada contra a diversidade. Contra isso, precisamos de um movimento que estimule e proteja ferozmente o direito à diversidade: diversidade cultural, ecológica, agrícola - e sim, a diversidade política também: formas diferentes de fazer política. A meta não é afastar as regras e quem as faz (os governantes), mas trazer a democracia para a prática. Para chegar a isso, precisamos abrir espaço para as vozes - de Chiapas, Porto Alegre, Kerala -, mostrando que é possível desafiar o imperialismo enquanto se adota a pluralidade, o progresso e a democracia profunda (KLEIN, 2002, p. 102).

No entanto, e mesmo que já se tenham passado mais de uma década, o que ainda dizem os movimentos antiglobalização, segundo notifica Castells, “é que essa democracia, embora necessária para a maioria, é insuficiente aqui e agora” (CASTELLS, 2002, p. 4). E que tem sido insuficiente para a resolução de históricas problemáticas sociais e mazelas humanas, mesmo que uma rede internacional de computadores como a Internet, constituída por milhares de outras redes, ofereça a milhões de cidadãos/usuários de sistemas de comunicação e troca de informação a possibilidade de construção e formação de novas plataformas políticas e arenas de luta ao redor do mundo, frente às consequências de um processo de múltiplas e nefastas dimensões que inevitavelmente acompanham a globalização e a ideologia neoliberal, e que tem aumentado o abismo entre países abastados e alastrado a miséria em países subdesenvolvidos.

Contudo, o desenvolvimento de novas tecnologias e a proliferação de novos canais de comunicação, informação e interação social como a Internet, despertam o interesse e, conseqüentemente, o aparecimento de novas possibilidades de organização e participação política que contribuam efetivamente para uma maior democratização da sociedade. Neste sentido, esboçamos no quadro a seguir, protestos e mobilizações relacionadas à temática deste trabalho de pesquisa e que, seguindo no lastro dos movimentos antiglobalização, abertos as potencialidades das tecnologias de informação e

comunicação, se organizaram em redes sociais “físicas” e em redes sociais virtuais da grande rede mundial de computadores, e que caracteristicamente, fizeram e fazem uso da Internet, onde os excluídos modernos ou pós-modernos também “tecem resistências e nutrem a história a partir de baixo”, como poeticamente anunciou o subcomandante Marcos, líder dos zapatistas de Chiapas.

Quadro 1 – Movimentos via tecnologias e redes de informação e comunicação

ANO	PROTESTOS
2001	▪ Filipinas Milhares de pessoas trocam mensagens de texto no celular para coordenar protestos que culminam no impeachment do presidente Joseph Estrada.
2004	▪ Espanha Mensagens de texto acusando o premiê José María Aznar de mentir sobre o atentado ao metrô de Madri influenciam a eleição e impõem derrota ao primeiro-ministro nas urnas.
2006	▪ Bielorrússia A tentativa de revolução começa por e-mail, mas não vai longe: protestos não têm força para derrubar o ditador Aleksandr Lukashenko, que em seguida tenta controlar a rede.
2009	▪ Irã Ativistas utilizaram celulares e redes sociais para coordenar protestos contra fraudes nas eleições. Em resposta, a ditadura dos aiatolás bloqueia o acesso ao Twitter e ao Facebook ▪ Moldávia Ações na web reúnem mais de 10.000 manifestantes antigoverno comunista - que responde com perfis falsos no Facebook para atraparalhar os manifestantes
2010	▪ Tailândia Chamado Red Shirt, o movimento que se opõe à junta militar que governa o país usa as redes sociais para coordenar ações, mas é esmagado. Dezenas de pessoas morrem.
2011	▪ Tunísia O ditador Zine El Abidine Ben Ali cai após confusão popular. As

redes sociais são usadas como meio e comunicação entre manifestantes.

- **Egito**

Motivados pelos acontecimentos da Tunísia, os egípcios saem às ruas contra o ditador Hosni Mubarak, que tenta bloquear o Twitter - ferramenta de coordenação do movimento.

Fonte: JUNIOR; SBARAI (2011)



FIGURA 17. EXÉRCITO ZAPATISTA DE LIBERAÇÃO NACIONAL (EZLN)
Reaparição do Subcomandante Marcos na celebração de 20 anos do
levante zapatista. Fonte: <http://www.rededemocratica.org>.



FIGURA 18. FÓRUM SOCIAL MUNDIAL
Marcha de abertura da primeira edição do Fórum Social Mundial,
realizada em 2001, em Porto Alegre. Fonte:
<http://zequinhabarreto.org.br>.



FIGURA 19. A BATALHA EM SEATTLE 1999

A polícia usa bombas de gás para afastar manifestantes na reunião da OMC. Fonte: <http://acervo.oglobo.globo.com>.



FIGURA 20. VITRINE EM TIMES SQUARE

Uma das características mais notável da globalização é a presença de marcas mundiais. Fonte: <http://pt.wikipedia.org>.



FIGURA 21. ATENTADO AO METRÔ EM MADRI

O trágico ataque a estação de trens de Atocha, em março de 2004, chocam os espanhóis e nas eleições impõe derrota ao candidato apoiado pelo premiê José María Aznar. Fonte: <http://impressoesdigitaisdocase.blogspot.com.br>.



FIGURA 22. RED SHIRT NA TAILÂNDIA

Protesto de milhares de camisetas vermelhas em retaliação aos assassinatos pelas forças militares de manifestantes pró-democracia. Fonte: <http://links.org.au>.



FIGURA 23. MANIFESTANTES NA TUNÍSIA

O cartaz do manifestante aponta o Facebook como uma das redes sociais utilizada como meio de comunicação. Fonte: <http://traczone.blogspot.com.br>.



FIGURA 24. REVOLUÇÃO NO EGITO

Manifestante exibe cartaz que denuncia a importância das tecnologias de comunicação e das redes sociais na disseminação de informações sobre a crise no país. Fonte: <http://www.aviagemdeodiseio.com>.

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Apropriação tecnológica em movimentos sociais

Não é recente na história da humanidade o processo material de apropriação e uso de recursos naturais, artificiais e intelectuais empreendidos pelo homem em prol de sua evolução biológica e sobrevivência, criação artística e cultural, organização sociopolítica e produção econômica. Prática comum ao longo dos tempos, na qual bens naturais podem ser utilizados e aplicados tanto para o desenvolvimento comum, quanto privativamente visando o lucro a partir do controle proprietário a apropriação, em muitas e diversificadas vertentes e campos da atividade humana, também se tornou um conceito incorporado ao instrumental teórico de diversas correntes teóricas e metodológicas. Na produção historiográfica, por exemplo, ou mais especificamente quando se deu o movimento de renovação da história na esfera do político, uma das tendências esteve em apropriar-se tanto de métodos quanto de teorias desenvolvidas por historiadores ou por cientistas sociais, objetivando novas abordagens e hipóteses científicas em seu campo de ação que resultou, a partir de condicionantes diversos, em uma estrutura explicativa de politização dos acontecimentos que contempla, além de outros determinantes históricos, o “advento da sociedade pós-industrial, cuja lógica se baseia no domínio tecnológico, consubstanciado na informática, sobre um conjunto de seres humanos massificados e manipulados pela mídia” (FALCON, 1997, p. 120). Outro exemplo possível, dentro deste contexto, apresenta-se nas proposições da nova história cultural do historiador de orientação francesa, Roger Chartier. Com seus conceitos de representação e apropriação, o conceito de apropriação faz-se central em seus estudos, cujo objetivo visa “uma história social das interpretações, remetidas para as suas determinações fundamentais que são sociais, institucionais, culturais” (VAINFAS, 1997, p. 229).

Mas independente de origens disciplinares, e em geral disputado por diversas correntes teóricas, o uso do termo e aplicação do conceito de

apropriação, tem sido utilizado em diferentes escalas de análise. No debate que se trava em torno de temas relacionados à C&T, uma questão que se coloca indaga por que a discussão sobre tecnologia entre os marxistas foi relegada a um segundo plano. Dentre explicações, ou causas possíveis, aponta-se a prioridade que se deu ao processo de transição para o socialismo, e em relação direta, a busca da apropriação pura e simples da tecnologia na superação do capitalismo, e do mesmo modo, o interesse dos autores e atores sociais direcionado para as questões dos determinismos histórico e tecnológico. No caso da Revolução Russa de 1917, segundo aponta a literatura que trata do tema, categoricamente se enfatizou a transição ao Socialismo e a apropriação pragmática da tecnologia, sem se considerar o sentido e os significados que esta apropriação poderia adquirir historicamente.

Com a revolução tecnológica, e mais especificamente, com a revolução concentrada nas tecnologias de comunicação e informação que tomou maior intensidade com a criação da Internet a partir da década de 1970, e que originou infinitas formas de interação, complexas são as buscas pelo entendimento de como os indivíduos se relacionam com a tecnologia e como dela se apropriam. Afora os muitos mitos sobre as potencialidades da Internet, o que se sabe e o que se tem em consideração até então é que as pessoas (usuários/internautas), ao se apropriarem de suas ferramentas e as redefinirem, amplificam as possibilidades de comunicação, trocas de informação, capacidades de criação, “manipulação de símbolos (a cultura da sociedade) e a produção e distribuição de bens e serviços (as forças produtivas)” (CASTELLS, 1999, p. 52) quando conectam comportamentos sociais, idéias, crenças, valores e emoções pessoais a partir de dispositivos e equipamentos técnicos distribuídos e localizados em qualquer canto do globo terrestre, e em ambientes virtuais que ignoram ou desconsideram qualquer noção de tempo e de espaço em fronteiras. Mesmo assim, acredita-se que não é a Internet, nem suas tecnologias, que alteram os comportamentos sociais, mas sim, que as pessoas ao se apropriarem das tecnologias disponíveis nas redes eletrônicas, passam a consumir produtos e serviços advindos das mais variadas regiões do mundo, tendem a assimilar culturas diferentes, e a enfraquecer identidades nacionais e culturais, que são resultados inerentes dos

processos econômicos e políticos mais globais, ou seja, dos efeitos próprios da globalização mundial.

No entanto, e conseqüentemente, as redes sociais e as eletrônicas aumentaram o poder de difusão da tecnologia, e à medida que novos usuários dela se apropriam e a redefinem, amplificam seu poder a dimensões desmedidas. Do mesmo modo, e como afirmara Walter Benjamin (1994) que uma “tecnologia só pode ser absorvida por uma cultura quando esta lhe dá uma função social”, as redes apenas passariam a ter sentido no momento em que fossem apropriadas e utilizadas para a propagação de mais de uma fala no conjunto e no complexo dos discursos sociais, quando lhes fosse dada o cunho social que possibilitasse o intercâmbio de experiências e a construção conjunta de diferentes modos de perceber, compreender e de construir o mundo (MENDONÇA, 2009, p. 5) no qual também se possa vislumbrar novas formas de apropriação, de mobilização social e de luta política na era tecnológica que nos toca viver, “onde o faz-de-conta de uma cultura da virtualidade, vai se tornando realidade” (CASTELLS, 1999, p. 398).

Sob esta conjugação, os espaços abertos pelas possibilidades de interconexão do ciberespaço, das comunidades virtuais e das novas redes eletrônicas de comunicação e informação oferecem um amplo e novo campo de atuação e de mobilização para os movimentos sociais contemporâneos, mesmo que haja objeções e contradições relacionadas, em sua maioria, com as condições de acesso restrito e ausência de conhecimentos específicos com os quais contingentes carentes da população não conseguem aceder e manter uma relação de maior familiaridade e aproveitamento destas tecnologias, dos conteúdos e informações disponibilizados por esta via e nestes espaços do virtual. Em todo caso, as inumeráveis modalidades de comunicação, de colaboração e ajuda mútua propiciada pela Internet e suas tecnologias, especialmente a partir de sua difusão em 1990, têm apontado com frequência que, mobilizações de cunho social, político, ideológico e outras mais, tem se efetivado em suas malhas, em suas redes eletrônicas, sociais e virtuais; mantendo íntima relação com processos de transformação social, com a construção de novas sociabilidades, com o revigoramento da participação política e fortalecimento de novos patamares para uma real democracia.

Na sociedade contemporânea, ou na sociedade de redes, experimentos e projetos como, dentre outros, os das cibercidades, que surgiram visando à construção de redes locais de participação, a apropriação do indivíduo das ferramentas digitais de comunicação objetiva, dentre outras possibilidades, a inclusão social e digital que reconduza a participação do cidadão nas partidas governamentais, e que reanime arenas de lutas públicas e de debates políticos em busca de soluções para as querelas e mazelas sociais.

A utilização e ação potencializada que os povos indígenas de Chiapas fizeram das ferramentas tecnológicas do ciberespaço são bastante significativos para processos de construção, reconstrução e apropriação desses espaços públicos pelos movimentos sociais. E cada vez mais, manifestações com os moldes e ideários zapata tem se organizado por meio de e em redes eletrônicas de informação, comunicação, conhecimento, mobilização, participação e ação. E apropriação, nestas situações, refere-se e consiste na apropriação tecnológica que inclui e abarca o uso das ferramentas e técnicas eletrônicas, dos recursos e discursos disponíveis em ambientes de interação e “convívio” virtual empreendida por atores sociais, individual ou coletivamente, por meio de interações e mobilizações que expressam suas necessidades, seus interesses, anseios e desafios, e que tem favorecido o aparecimento de novas práticas e novas modalidades de militância e de ativismo eletrônico e contemporâneo, haja vista que os conflitos inerentes a este modelo de sociedade serão, cada vez mais, mediados por aparatos tecnológicos e informacionais.

E se por um lado novas formas de ativismo, o ciberativismo, são mediadas por estruturas tecnológicas que determinam práticas diferenciadas, por outro, as próprias problemáticas sociais impressas na hodiernidade, em princípio por questões relacionadas com o avanço em ciência e tecnologia, também determinaram novas modalidades de resistência e de luta, e novos repertórios de ação para os movimentos sociais, por meio dos quais, novos processos constitutivos e organizativos requerem e favorecem a introdução e utilização massiva e assistiva de novas tecnologias, de sistemas de informação e mídias eletrônicas, tornando-os fundamentais na promoção e democratização das relações sociais e de poder no seio da sociedade, dado que este manancial de tecnologias tende a configurar nosso cotidiano.

Para além desta constatação, convém observar a importância que a apropriação da mídia eletrônica e o exercício da comunicação em rede tem sido essenciais nas estratégias que articulem visibilidade e fortaleçam as lutas dos movimentos sociais, e do mesmo modo, perceber que o uso de recursos eletrônicos e meios alternativos de comunicação, como a Internet, tornaram-se um potente e atrativo meio de se comunicar e de se articular politicamente com o todo social; de se esgueirar e se precaver do crivo da marginalização.

Com ações políticas que se apropriaram da Internet, de suas redes sociais e mídias eletrônicas, os movimentos sociais contemporâneos, e mais especialmente aqueles reunidos sob a terminologia de “antiglobalização” conseguiram, de certa forma, burlar e se contrapor as informações e percepções que as mídias tradicionais repassam e imprimem à opinião pública, aumentar a audiência e canais de informações, incutir maior reconhecimento de direitos as suas lutas, alcançar maior liberdade de expressão, autonomia e visibilidade para as mobilizações em vias públicas, e isto porque, os sistemas de comunicação como a Internet tornaram-se uma via principal que estes movimentos encontraram para “alcançar aqueles capazes de aderir a seus valores e, a partir daí atingir a consciência da sociedade como todo” (CASTELLS, 2003, p. 116).

Caracteristicamente, para tornarem visíveis e públicas suas reivindicações, além da mobilização em ações diretas como os protestos e marchas de rua, invasão e ocupação de espaços públicos e privados, interrupção de fóruns governamentais, dentre outras modalidades de atuação, os ativistas destes movimentos, em função das tendências sociais e tecnológicas, ao apropriarem-se e usufruírem da estrutura descentralizada e distribuída da Internet também passaram a agir e a marcar presença por meio das conexões digitais, adotando e incluindo em suas estratégias organizacionais a utilização e o envio de correios eletrônicos e informativos digitais, a participação em listas de discussão, a construção de *websites*, a disponibilização de perfis em *blogs*, a criação de canais de vídeo, e mais recentemente, a articulação em sistemas eletrônicos de informação que se consolidaram como redes sociais, dentre os quais o *Twitter* e o *Facebook*, inserindo e congregando estas tecnologias em seu repertório instrumental de luta; e materializando-se na nova “esfera pública interconectada”.

Como um dispositivo que oferece possibilidades múltiplas de comunicação, a Internet estabelece interações de um para um, de um para muitos e reversamente, nas quais, as mensagens tendem a alcançar um grande número de indivíduos e as informações passam a circular em níveis distintos e espaços que privilegiam o local e o global. Nestes espaços, os movimentos sociais se criam, também encontram canais comunicativos e informativos, alternativos e a baixos custos, nos quais os atores sociais, por meio da interação e troca de informações passem a (e possam) perceber e refletir, discutir e lutar por questões e conflitos que aflijam a si, a sociedade na qual estejam inseridos, ou ao mundo como um todo. Neste sentido, “fornecem pautas para potenciais transformações futuras, proporcionam vislumbres de futuros possíveis e são em parte veículos para sua realização” (GIDDENS, 1991, p. 140; 143)

Com a apropriação, mediação e suporte da Internet e suas tecnologias os movimentos sociais, em tempos de ciberativismo, adquirem maiores possibilidades de denunciar questões novas e reapresentar antigos conflitos até então silenciados nas esferas públicas. De renovar e modificar repertórios de ação em função, dentre outros fatores possíveis, do contexto político (local ou global) e em função da evolução e mudanças no próprio contexto tecnológico, a partir de práticas descentralizadas, da construção de espaços cooperativos e colaborativos com informações das mais diversificadas fontes, e da participação militante de velhos e novos adeptos ou simpatizantes, *off* e *on line*, integral ou ocasionalmente, mas que enriquecem e potencializam as ações e mobilizações públicas, coletivas e políticas, que se propagam e se definem inter e entre classes sociais e relações de poder superando, de certa forma, constrangimentos que se apresentem financeiros, educacionais, identitários e ou ideológicos.

Neste sentido, e como um dispositivo de mão-dupla, o espaço de debates virtuais e colaborativos gerado pelo desenvolvimento, aperfeiçoamento e apropriação das tecnologias de informação, como a Internet e a grande rede mundial de computadores, utilizado pelo ativismo político e social contemporâneo, se inaugurou novos modos de ação e atuação, também refez velhas e abriu novas agendas e arenas de luta para os movimentos sociais, fortificando os níveis de pressão de suas demandas sobre os poderes e

agentes políticos, formal e institucionalmente constituídos, como no caso dos movimentos que se somam àqueles reunidos sob a terminologia de antiglobalização e que são denominados “neoluddita”, cuja luta, expressa intensa aversão à ideologia do capitalismo global e resistência a crescente introdução de novas tecnologias no seio da sociedade, mas que também se faz presente nesta grande arena multifacetada que é a Internet. Ou seja, também se situam nos mesmos “campos de historicidade” das organizações e associações que defrontam (GIDDENS, 2003, p. 241).

Materializados no mundo real, e além das temáticas ou problemáticas que os fizeram e os fazem emergir, o caráter inovador destes movimentos que se apropriaram da Internet também se apresenta na criação de redes de articulação entre diferentes movimentos, criando elos que os permite intensificar e fortalecer a pressão de suas demandas, favorecida por uma permanente e constante troca de informações sobre os campos de atuação pelos quais se mobilizam respectivamente. Com as redes, e por meio delas, o ativismo político destes movimentos transcende as necessidades de proximidade geográfica, corrobora no apoio recíproco as ações coletivas que ampliam o poder de pressão sobre as instâncias e os agentes políticos, e dilata a hierarquia das relações entre as organizações, que passam a ter características, se menos verticais, mais democráticas. Daí que, para os movimentos sociais contemporâneos, as novas possibilidades de organização, de mobilização e difusão de suas demandas propiciadas pela Internet, viabilizam inúmeras possibilidades de ação, de atuação e de protestos, presenciais ou virtuais, síncronos ou assíncronos; nacionais e ou transnacionais.

E assim, após mais de duas décadas do levante de Chiapas, que pontuou e apontou para o princípio de um movimento sem precedentes contra as misérias do capitalismo e os estragos da globalização, e que inicial e originalmente influenciou e resultou na Batalha de Seattle, em dezembro de 1999, e nos protestos de Gênova, em julho de 2001, longe de esgotar o tema, chegamos ao final deste trabalho de pesquisa com a expectativa de que, de fato, assim como outros segmentos da sociedade, movimentos sociais também se apropriaram dos recursos e tecnologias contemporâneas de informação e comunicação e que tal prática, inserida numa perspectiva maior de apropriação

social das descobertas e invenções da ciência, inovações das técnicas e desenvolvimento de novas tecnologias, têm se inscrito no tempo e se consolidado na história da humanidade.

E se ao longo, e durante a realização deste trabalho de pesquisa, testemunhamos a explosão de vários e muitos movimentos que viabilizaram suas ações e protestos nos terrenos virtuais da Internet e das redes sociais como, dentre outros, o movimento espanhol 15-M e *Acampada del Sol*, o movimento nova yorkino *Occupy Wall Street*, e o recente movimento brasileiro Passe Livre, uma outra impressão que perpassa este trabalho indica que, além da apropriação tecnológica que os movimentos sociais contemporâneos empreenderam em suas estratégias de luta, outros aspectos e questões de relevância também podem ser enfatizados mediante os fenômenos e paradigmas abertos pela introdução de novas e renovadas tecnologias nos processos de organização social e na compreensão dos dilemas políticos conquanto, não haja na investigação científica e pesquisa acadêmica juízos de valor *a priori*, objeção e oposição radical na aplicação de teorias e métodos científicos em captar e interpretar as realidades do mundo e as experiências humanas, e em apreender, mesmo que parcialmente, as questões contemporâneas do relacionamento entre história, tecnologia, sociedade e política que, quer se queiram quer não, necessitam de maior aprofundamento investigativo. Até porque não há uma teoria única, como bem pontua o historiador Peter Burke, que forneça “um guia completo para o reino contemporâneo das ‘tecnologias de comunicação de alta definição, de interação e mutuamente convergentes’, nas quais as relações, sejam elas individuais ou sociais, locais ou globais, estão em fluxo contínuo” (BRIGGS; BURKE, 2004, p. 23).

Ademais, e considerando a irreversibilidade dos contextos sociais, culturais e históricos em tempos de permanente e constante avanço científico e tecnológico, nos instiga sugerir que adotar postura e apropriação crítica da tecnologia poderá indicar saídas de emergência para a solução de questões que afligem e causam sofrimentos à humanidade, para as bandeiras de luta e arenas de debate que levantam e constroem os movimentos sociais na contemporaneidade, pelas quais, um novo e crítico olhar possa encontrar caminhos para uma cidadania planetária, fundamentada em valores

democráticas que vislumbre a esperança e as possibilidades de que “um mundo melhor é possível”, e que, por fim, priorizem o desenvolvimento e explorem o potencial de dispositivos e tecnologias humanizadas que atribuam sentido e facilitem a prática do “aprender a aprender” para uma cultura da paz que a todos posicione contra a exclusão social, econômica e política; contra as discriminações raciais, de gêneros e de orientações sexuais; que a todos sensibilize em favor da preservação do meio ambiente e de proteção e respeito à vida dos animais; que a todos oriente para sentimentos solidários e atitudes colaborativas, e para as oportunidades geradas pelas transformações tecnológicas e de luta contra todas as formas de risco e de injustiças numa recente sociedade de redes.

REFERÊNCIAS

ACIOLI, S. Redes Sociais e Teoria Social: revendo os fundamentos do conceito. **Informação & Informação**, v. 12, p. 01-12, 2007. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/1784/1520>. Acesso em: dez./2012.

AGUIAR, Ricardo Portella. O Aparato Retórico Tecnológico e os Novos Rumos do Aprendizado. **Revista Jacaré Acadêmico**, nº. 2, Jan/2009. Disponível em: <http://www.jacareacademico.com/12.php>. Acesso em: out./2012

ALVAREZ, Sonia; DAGNINO, Evelina e ESCOBAR, Arturo (Orgs.). **Cultura e Política nos Movimentos Sociais Latino-Americanos: Novas Leituras**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2000. 538 p.

ANTUNES, Catia. A história da análise de redes e a análise de redes em História. **Revista da FLUP Porto**, IV Série, vol. 2 - 2012, pp 11-22. Disponível em: <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/11313.pdf>. Acesso em: jan./2013.

ARAUJO, José Braz; CAMPANÁRIO, Milton de Abreu. **Trabalho Colaborativo e Groupware**. UNINOVE. pg.1-14. Disponível em: <http://www4.uninove.br/ojs/index.php/cadernosdepos/article/viewFile/1752/1360>. Acesso em: mar./2013.

ASSOUN, Paul-Larent. **A Escola de Frankfurt**. Tradução: Dra. Helena Cardoso. São Paulo: Editora Ática S.A., 1991.

BELL, Daniel. **O advento da sociedade pós-industrial: uma tentativa de previsão social**. São Paulo: Editora Cultrix, 1973.

BENJAMIN, Walter. **A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica**, 1995. Disponível em: <http://www.mariosantiago.net>. Acesso em: dez/2012.

BENJAMIN, Walter. Pequena história da fotografia. **In: Magia e técnica, arte e política: Ensaios sobre Literatura e História da Cultura**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1994.

BRIGGS, Asa, PETER, Burke. **Uma História Social da Mídia: de Gutenberg à Internet**. Tradução de Maria Carmelita Pádua Dias; Revisão de Paulo Vaz. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004.

BRINGEL, Breno; MUÑOZ, Enara Echart. Dez anos de Seattle, o movimento antiglobalização e a ação coletiva transnacional. **Ciências Sociais Unisinos**. 46(1):28-36, janeiro/abril 2010. Disponível em: http://revistas.unisinos.br/index.php/ciencias_sociais/article/viewFile/168/38. Acesso em: out./2011.

CARDOSO, Gustavo. **Contributos para uma sociologia do ciberespaço**, 1998. Disponível em: http://www.bocc.ubi.pt/pag/_texto.php?html2=cardoso-gustavo-sociologia-ciberespaco.html. Acesso em: jan./2013.

CASTELLS, Manuel. **A Sociedade em Rede**. Tradução: Roneide Venâncio Majer. - (A era da informação, economia, sociedade e cultura; v. 1). São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CASTELLS, Manuel. **A Galáxia da Internet; reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade**. Tradução: Maria Luiza /x. de A. Borges; revisão técnica, Paulo Vaz - Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003. Coleção Interface.

CASTELLS, Manuel. Redes Sociais e Transformação da Sociedade. **In: Cadernos Ruth Cardoso (1/2010)**. Centro Ruth Cardoso, 2010. Disponível em: <http://www.centroruthcardoso.org.br/cadernos/01-2010.pdf>. Acesso em: jan./2013

CASTLES, Stephen. Estudar as Transformações Sociais. **Sociologia, Problemas e Práticas**, n.40 Oeiras set. 2002. Disponível em http://www.scielo.oces.mctes.pt/scielo.php?pid=S087365292002000300008&script=sci_arttext. Acesso em: dez./2012

DAGNINO, Renato. **Um Debate sobre a Tecnociência: neutralidade da ciência e determinismo tecnológico**, 2006. Disponível em: http://www.ige.unicamp.br/site/aulas/138/UM_DEBATE_SOBRE_A_TECNOCIE NCIA_DAGNINO.pdf. Acesso em: nov./2012

DUARTE, Adriano Luiz; MEKSENAS, Paulo. História e Movimentos Sociais: possibilidades e impasses na constituição do campo do conhecimento. **Revista Diálogos, DHI/PPH/UEM**, v. 12, n. 1, p. 119-139, 2008. Disponível em <http://www.dialogos.uem.br>. Acesso em: jul./2011.

ELIAS, Norbert. **A Sociedade dos Indivíduos**. Organizado por Michael Schöter; tradução, Vera I Ribeiro; revisão técnica e notas, Renato Janíne Ribeiro. - Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994. Disponível em: <http://bibliotecasocialvirtual.files.wordpress.com/2010/06/norbert-elias-a-sociedade-dos-individuos.pdf>. Acesso em: fev./2013.

ENNE, Ana Lucia. Conceito de rede e as sociedades contemporâneas. **Comunicação & Informação** v. 7, n. 2, jul./dez. 2004. Disponível em: <http://www.brapci.ufpr.br/documento.php?dd0=0000004073&dd1=b58ff>. Acesso em: ago./2011.

FALCON, Francisco. História e Poder. **In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (orgs.). Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p. 97-138.

FEENBERG, Andrew. Racionalização subversiva: tecnologia, poder e democracia. **In: Neder, Ricardo T. (org.) – Andrew Feenberg: racionalização democrática, poder e tecnologia**. Brasília: Observatório do Movimento pela

Tecnologia Social na América Latina/Centro de Desenvolvimento Sustentável - CDS. Ciclo de Conferências Andrew Feenberg. série Cadernos PRIMEIRA VERSÃO: CCTS - Construção Crítica da Tecnologia & Sustentabilidade. Vol. 1. Número 3. 2010. Disponível em: <http://dc355.4shared.com/doc/13oB9mWj/preview.html>. Acesso em set./2012.

FEENBERG, Andrew. **Teoria Crítica da Tecnologia**. Nota autobiográfica, 2012. Disponível em: <http://www.sfu.ca/~andrewf/critport.pdf>. Acesso em: out./2012.

FERREIRA, Jorge. **Inimigos do Futuro. A Guerra Ludista Contra a Revolução Industrial**, 2006. Disponível em: <http://br.groups.yahoo.com/group/naturezaabc/message/757>. Acesso em: jul./2012.

FERREIRA, Gonçalo Costa. Redes sociais de informação: uma história e um estudo de caso. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v.16, n.3, p.208-231, jul./set. 2011. <http://www.scielo.br/pdf/pci/v16n3/13.pdf>. Acesso em: out./2012.

GIDDENS, Anthony. **As Consequências da Modernidade**. Tradução de Raul Fiker. São Paulo: Editora UNESP, 1991. (Biblioteca básica).

GIDDENS, Anthony. **A constituição da sociedade**. Tradução Álvaro Cabral. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003. (Biblioteca universal).

GIDDENS, Anthony. **O Mundo na Era da Globalização**. Tradução de Saul Barata. 6ª ed. Lisboa: Editora Presença, 2006.

GOHN, Maria da Glória. **Teoria dos Movimentos Sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. São Paulo: Editora Loyola, 1997.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos sociais e redes de mobilizações civis no Brasil contemporâneo**. Petrópolis: Vozes, 2010.

GOHN, Maria da Glória (Org.). **Movimentos sociais no início do século XXI: antigos e novos atores sociais**, 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

GOLDSTEIN, Maurício. Conectados. **Harvard Business Review Brasil - Blog**, 2011. Disponível em: <http://www.hbrbr.com.br/post-de-blog/conectados> Harvard Business Review Brasil- Blog. Acesso em: out./2012.

HERMANA, Luis Ángel Fernández. Comunidades Virtuais. **In: Desafios de Palavras: Enfoques Multiculturais sobre as Sociedades da Informação**. 2006. Disponível em: http://www.vecam.org/article.php3?id_article=620&nemo.edm. Acesso em: abr./2012.

HOBBSBAWM, Eric. **A Era das Revoluções: Europa 1789-1848**. Tradução de Maria Tereza Lopes Teixeira, Marcos Penchel. 3ª ed. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1981a.

HOBBSAWM, Eric. Os Destruidores de Máquinas. **In: Os Trabalhadores: estudo sobre a história do operariado.** Tradução de Marina Leão Teixeira Viriato de Medeiros. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981b. p. 15-31.

HOBBSAWM, Eric. **Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991.** Tradução Marcos Santarrita; revisão técnica Maria Célia Paoli - São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOBBSAWM, Eric. **Sobre História.** Tradução Cid Knipel Moreira - São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

IANNI, Octavio. **Teorias da globalização.** - 4ª ed. - Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

JUNIOR, Jadyr Pavão; SBARAI, Rafael. O Twitter só não faz revolução. Mas ajuda. **Revista Veja.** Vida Digital (2011). Disponível em: <http://veja.abril.com.br/noticia/vida-digital/o-twitter-so-nao-faz-revolucao-mas-ajuda#quadro1>. Acesso em: out./2013

LEMOS, André. Agregações eletrônicas ou Comunidades Virtuais? Análise das Listas Facom e Cibercultura. **404nOtF0und**, ano 2, vol 1, n. 14, março/2002, ISSN 1676-2916, Publicação do Ciberpesquisa - Centro de Estudos e Pesquisas em Cibercultura. Disponível em: <http://www.facom.ufba.br/ciberpesquisa/404nOtF0und>. Acesso em: 16 out./2009

LÉVY, Pierre. **O que é o virtual.** Tradução de Paulo Neves. São Paulo: Ed. 34, 1999. 160 p. (Coleção Trans).

LÉVY, Pierre. **Cibercultura.** Tradução de Paulo Neves. São Paulo: Ed. 34, 1999. 160 p. (Coleção Trans).

MAÇADA, Debora Laurino; Ana Vilma Tijiboy. **Aprendizagem cooperativa em ambientes telemáticos.** 1998. Disponível em: <http://www.url.edu.gt/sitios/tice/docs/trabalhos/274.pdf>. Acesso em ago./2012.

MACHADO, Jorge Alberto S. **Movimentos sociais, tecnologias de informação e o ativismo em rede,** 2004. Disponível em <http://www.educacaopublica.rj.gov.br/biblioteca/geografia/0022.html>. Acesso em: jun./2013.

MAGALHÃES, Gildo. Telecomunicações. **In: VARGAS, Milton (org.). História da técnica e da tecnologia no Brasil.** São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista: Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza, 1994. - (Biblioteca básica).

MANCIE, Euclides André. **A revolução das redes: a colaboração solidária como alternativa pós-capitalista à globalização atual.** Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

SCI Marcos. Enlace Zapatista [Blog]. Disponível em www.ezln.org.mx. Acesso em: set./2012.

MARTELETO, Regina Maria. A análise de redes sociais - aplicação nos estudos de transferência da informação. **Ci. Inf.**, Brasília, v. 30, n. 1, p. 71-81, jan./abr. 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ci/v30n1/a09v30n1.pdf>. Acesso em dez./2012.

MARTINHO, C. Redes: Uma introdução às dinâmicas da conectividade e da auto-organização. **WWF-Brasil**, Brasília, 2003. Disponível em: http://www.aliancapelainfancia.org.br/pdf/redes_wwf.pdf. Acesso em: dez./2012.

MATTELART, Armand e Michéle. **História das teorias da comunicação**. Tradução Luiz Paulo Rouanet. Edições Loyola, São Paulo, 2011. 14 ed.

MATTAR, João. **Metodologia científica na era da informática**. 3ª ed. rev. e atualizada. - São Paulo: Saraiva, 2008. 307 p.

MENDONÇA, Maria Luiza Martins de. Redes digitais e movimentos sociais: perspectivas. Revista TEXTOS de la CiberSociedad (2009) Disponível em: <http://www.cibersociedad.net> . Acesso: mai./2010.

MORAES, Dênis de. Comunicação alternativa e redes virtuais: os movimentos sociais na Internet. **Semiosfera**, ano 2, número 3, dezembro/2002. Disponível em: <http://www.semiosfera.eco.ufrj.br/antiores/semiosfera03/perfil/mat1/frmat1.htm>. Acesso em: abr./2013.

MORGADO, Isabel S. Teoria Crítica. **In: Dicionário de Filosofia Moral e Política**. Lisboa: Instituto de Filosofia da Linguagem. 2003. Disponível em <http://www.ifl.pt/private/admin/ficheiros/uploads/477ace0137b460334c3a5ea2f1136b54.pdf>. Acesso em: jan./2013

MOTOYAMA, Shozo; MARQUES, Paulo Q..Informática no Brasil - Apontamentos para o Estudo da sua história. **In: VARGAS, Milton (org.). História da técnica e da tecnologia no Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista: Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza, 1994. - (Biblioteca básica)

KLEIN, Naomi. **Cercas e Janelas - na linha de frente do debate sobre globalização**, 2002. Disponível em: http://www.nacorenteza.jor.br/blog/wp-content/uploads/2010/03/cercas_e_janelas_-_Klein_naomi12.pdf. Acesso em: ago./2012.

NEDER, Ricardo T. (org.) – **Andrew Feenberg: racionalização democrática, poder e tecnologia**. Brasília: Observatório do Movimento pela Tecnologia Social na América Latina/Centro de Desenvolvimento Sustentável - CDS. Ciclo de Conferências Andrew Feenberg. série Cadernos PRIMEIRA VERSÃO: CCTS - Construção Crítica da Tecnologia & Sustentabilidade. Vol. 1. Número 3. 2010. Disponível em: <http://dc355.4shared.com/doc/13oB9mWj/preview.html>. Acesso em: set./2102.

OLIVEIRA, Marcos Barbosa. Desmercantilizar a Tecnociência. **In: SANTOS, Boaventura de Sousa (org.), Conhecimento prudente para uma vida decente: “Um discurso sobre as ciências” revisitado.** Edição portuguesa: Porto, Edições Afrontamento, 2003; edição brasileira: São Paulo, Cortez, 2004. Disponível em: <http://www2.fe.usp.br/~mbarbosa/dt.pdf>. Acesso em: set./2012.

OLIVEIRA, Natanael. **História das Redes Sociais: Tudo o que você precisa saber, 2011.** Disponível em <http://www.natanaeloliveira.com.br/a-historia-das-redes-sociais/>. Acesso em: set./2012.

OLIVIERI, Laura. **A importância histórico-social das Redes.** Disponível em: [ttp://www.dhnet.org.br/dados/cursos/dh/cc/2/construcao.htm](http://www.dhnet.org.br/dados/cursos/dh/cc/2/construcao.htm). Acesso em: set./2012.

POLISTCHUCK, Ilana; TRINTA, Aluizio Ramos. **Teorias da Comunicação: o pensamento e a prática do jornalismo.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

RAMOS, Fabio P. O movimento Luddista e a oposição à automatização do trabalho. **Para entender a história ...** Ano 3, Vol. jan., Série 02/01, 2011, p.01-07. Disponível em: <http://fabiopestanaramos.blogspot.com.br/2012/01/o-movimento-luddista-e-oposicao.html>. Acesso em: out./ 2012.

RECUERO, Raquel da Cunha. **A Internet e a Nova Revolução na Comunicação Mundial,** Rio Grande do Sul, 2000. Ensaio, disciplina de história das Tecnologias de Comunicação, Universidade Católica do Rio Grande do Sul PUC/RS, 2000. Disponível em <http://pontomidia.com.br/raquel/revolucao.htm>> Acesso em: mai./ 2012.

RECUERO, Raquel da Cunha. **Redes Sociais na Internet.** 2009. Disponível em: http://www.4shared.com/office/yvVz0PGv/redes_sociais_na_internet_ra.htm. Acesso em: nov./2012

RIBEIRO, Gustavo Lins. Política cibercultural: ativismo político à distância na comunidade transnacional imaginada-virtual. **In: ALVAREZ, Sonia E.; DAGNINO, Evelina; ESCOBAR, Arturo (Orgs). Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos: novas leituras.** Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000. 538p. - Humanitas

RODRIGUES Sara. Comunidades Virtuais. **In: Jornalismo On line: a imprensa em bits.** Centro de Investigação para Tecnologias Alternativas, 1999. Disponível em: http://www.citi.pt/estudos_multi/sara_rodrigues/Comunidades_virtuais.html. Acesso em: abr./2012.

SABATINI, Marcelo. **As publicações eletrônicas dentro da comunicação científica.** 1999. Disponível em: <http://bocc.ubi.pt/pag/sabattini-marcelo-publicacoes-electronicas.html>. Acesso em: abr./2012

SANTOS, Milton. **Técnica, Espaço, Tempo. Globalização e Meio técnico-Científico Informacional**. Editora Hucitec, 3ª Ed. São Paulo, 1997.

SCHERER-WARREN, Ilse. **Redes de movimentos sociais**. São Paulo: Loyola-Centro, 2ª ed, 1996.

SCHERER-WARREN, Ilse. Redes Sociais na Sociedade de Informação. **In: MAIA, Rousiley; CASTRO, Maria Céres Pimenta Spinola (orgs). Mídia, Esfera Pública e Identidades Coletivas**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006. 247 p. - (Humanitas).

SCHERER-WARREN, Ilse, LÜCHMANN, Ligia Helena Hahn. Situando o debate sobre movimentos sociais e sociedade civil no Brasil. **Revista Política & Sociedade**, Vol. 3, No 5 (2004). Disponível em <http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/politica/issue/view/974/showToc>. Acesso em: mai./ 2010.

SCHERER-WARREN, Ilse. Redes de Movimentos Sociais na América Latina - caminhos para uma política emancipatória?. **Cad. CRH** vol.21 no.54 Salvador Sept./Dec. 2008. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-49792008000300007. Acesso em: jan./2013.

SEVCENKO, Nicolau. **A corrida para o século XXI: no loop da montanha-russa**. Coordenação de Laura de Mello e Souza, Lilia Moritz Schwartz - São Paulo: Companhia das Letras, 2001. - (Virando séculos; 7)

SIQUEIRA, Holgonsi Soares Gonçalves. **Globalização e Autonomia (limites e possibilidades)**, 2001. Disponível em: <http://www.angelfire.com/sk/holgonsi/globoautonomia.html>. Acesso em: jan./2013.

SLATER, David. Repensando as espacialidades dos movimentos sociais: questões de fronteiras, cultura e política em tempos globais. Trad: Pedro Maia Soares. **In: ALVAREZ, Sonia E.; DAGNINO, Evelina; ESCOBAR, Arturo (Orgs). Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos: novas leituras**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000. 538p. - Humanitas

SOUZA, Márcio Vieira. **Redes de comunicação no terceiro milênio: um desafio para a cibercidadania**, 2005. Disponível em: http://www.naya.org.ar/congreso2002/ponencias/marcio_vieira_de_souza.htm. Acesso em: abr./2010.

TAKAHASHI, T. (Org.). **Sociedade da Informação no Brasil: Livro Verde**. Brasília: Ministério da Ciência e Tecnologia, 2000. 203 p.

TOMAÉL, M. I., MARTELETO, R. M. Redes Sociais: Posições dos atores no fluxo da informação. **Enc bibli.R. eltr. Boblioteocn**, Florianópolis n. esp., 2006. Disponível em <https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2006v11nesp1p75/387>. Acesso em: dez./2012.

TRIGUEIRO, Michelangelo Giotto Santoro. O debate sobre a autonomia/não-autonomia da tecnologia na sociedade. **Sociologias**, no.22 Porto Alegre, July/Dec. 2009. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-45222009000200008&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em set./2012.

UGARTE, David. **O Poder das Redes. Manual ilustrado para pessoas, organizações e empresas chamadas a praticar o ciberativismo**. Disponível em <http://pt.scribd.com/doc/23701745/O-Poder-das-Redes-David-de-Ugarte>. Acesso em set./2012.

VAINFAS, Ronaldo. História das Mentalidades e História Cultural. **In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (orgs.). Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p. 189-241.

VARGAS, Milton (org.). **História da técnica e da tecnologia no Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista: Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza, 1994. - (Biblioteca básica)

VERGARA, Moema de Rezende. Uma história social da ciência e tecnologia. **História, Ciências, Saúde-Manguinhos** vol.9 nº. 3 Rio de Janeiro Sept./Dec. 2002. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59702002000300013. Acesso em: out./ 2012.

VICENTE, Maximiliano Martin. **História e Comunicação na Nova Ordem Internacional**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. Disponível em: <http://livros.universia.com.br/>. Acesso em: jun./2012.

YÚDICE, George. **A Globalização da Cultura e a Nova Sociedade Civil**. In: Cultura e Política no Movimentos Sociais Latino-Americanos: novas leituras. ALVAREZ, Sonia E., DAGNINO, Evelina, ESCOBAR, Arturo (orgs). Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000. p. 427-464.

ZOTTO, Ozir Francisco de Andrade. **A internet e a sociedade em redes**. Bate Byte, 1999. Disponível em: <http://www.batebyte.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=1438>. Acesso em: dez./2012.

FONTES ELETRÔNICAS DAS ILUSTRAÇÕES

Figura 1. **Ferrovias**. Disponível em: <http://www.novomilenio.inf.br>. Acesso em: out./2013.

Figura 2. **Radar**. Disponível em: <http://www.radarworld.org>. Acesso em: out./2013.

Figura 3. **Motor a jato – Modelo original WU com painel de instrumentos**. Disponível em: <http://eaglesgate.com>. Acesso em: out./2013.

Figura 4. **Transistor**. Disponível em: <http://www.newtoncbraga.com.br>. Acesso em: out./2013.

Figura 5. Kenbak-1. Disponível em: <http://www.museudocomputador.com.br>. Acesso em: out./2013.

Figura 6. **Circuito Integrado**. Disponível em: <http://www.techtudo.com.br>. Acesso em: out./2013.

Figura 7. **Foguetes Espaciais**. Disponível em: <http://historica.com.br>. Acesso em: out./2013.

Figura 8. **Rádio**. Disponível em: <http://imastoria.blogspot.com.br>. Acesso em: out./2013.

Figura 9. **Televisão**. Disponível em: <http://www.wired.com>. Acesso em: out./2013.

Figura 10. **Telégrafo**. Disponível em: <http://www.if.ufrgs.br>. Acesso em: out./2013.

Figura 11. **Teoria dos Grafos**. Disponível em: <http://www.xtimeline.com>. Acesso em: out./2013.

Figura 12. **Estrutura de uma Rede de Computadores**. Disponível em: <http://www.projetoederedes.com.br>. Acesso em: out./2013.

Figura 13. **Teoria dos Seis Graus de Separação de Stanley Milgram**. Disponível em: <http://olharnomade.blogspot.com.br>. Acesso em: out./2013.

Figura 14. **Logo da Rede Social Twitter**. Disponível em: <https://about.twitter.com>. Acesso em: out./2013.

Figura 15. **Homepage da Rede Social Friendster**. Disponível em: <http://www.techtudo.com.br>. Acesso em: out./2013.

Figura 16. **Arquitetura típica da Internet**. Disponível em: <http://www.teleco.com.br>. Acesso em: out./2013.

Figura 17. **Exército Zapatista de Liberação Nacional (EZLN)**. Disponível em: <http://www.rededemocratica.org>. Acesso em: out./2013.

Figura 18. **Fórum Social Mundial**. Disponível em: <http://zequinhabarreto.org.br>. Acesso em: out./2013.

Figura 19. **A batalha em Seattle 1999**. Disponível em: <http://acervo.oglobo.globo.com>. Acesso em: out./2013.

Figura 20. **Vitrine em Times Square**. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org>. Acesso em: out./2013.

Figura 21. **Atentado ao metrô em Madri.** Disponível em: <http://impressoesdigitaisdocase.blogspot.com.br>. Acesso em: out./2013.

Figura 22. **Red Shirt na Tailândia.** Disponível em: <http://links.org.au>. Acesso em: out./2013.

Figura 23. **Manifestantes na Tunísia.** Disponível em: <http://traczone.blogspot.com.br>. Acesso em: out./2013.

Figura 24. **Revolução no Egito.** Disponível em: <http://www.aviagemdeodiseio.com>. Acesso em: out./2013.



*“Os homens criam as ferramentas. As ferramentas recriam os homens”
Marshall McLuhan.*